



Instituto Superior de Economia e Gestão

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional

PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE/UNIÃO EUROPEIA-UE:
UMA MUDANÇA DE PARADIGMA NAS RELAÇÕES ENTRE CABO VERDE E UE?

MARIA ISABEL GOMES MONTEIRO

E-mail: montaiza@hotmail.com

LISBOA 2011

Dissertação apresentada ao ISEG para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor **Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira** (ISEG/UTL)

JÚRI

Presidente:

Doutor João António Ramos Estêvão, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Outros Membros:

Doutor Manuel António de Medeiros Ennes Ferreira, Professor Auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa;

Doutor Adelino Augusto Torres Guimarães, Professor Jubilado do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

*É preciso atrair violentamente a atenção para o presente do modo como ele é,
se se quer transformá-lo. Pessimismo da inteligência, optimismo da vontade.*
Antonio Gramsci

Ao Leonardo Miguel Monteiro Cruz

**Meu Filho
Meu Tudo
Pelo simples facto de
EXISTIR**

AGRADECIMENTOS

Pese embora o carácter solitário de qualquer projecto de investigação de uma dissertação, o produto final é, regra geral, uma soma de contribuições.

No meu caso específico gostaria de agradecer ao meu orientador, o Professor Doutor Ennes Ferreira, pela dedicação, profissionalismo que evidenciou durante o processo e, sobretudo, pelos reparos e sugestões pertinentes.

Agradeço, com especial ênfase, às seguintes pessoas: Luís Dupret, João Esteves, Barbara Ferreira, Abel Djassi, Eduardo Jorge Silva, Arnaldo Andrade, Hércules Cruz, Eurídice Furtado, Suzano Costa e à Família Neves (Anunciação, Joaquim, Nádía, Walter e António).

Cumpre-me também agradecer:

Aos docentes da 16ª Edição do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional, pela maneira competente como souberam transmitir os seus conhecimentos;

Aos meus colegas da 16ª Edição do Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação, pelo companheirismo, amizade e momentos de convívio e partilha de saber, que se traduziram numa oportunidade ímpar de engrandecimento académico e pessoal;

Ao pessoal da Biblioteca Francisco Pereira de Moura do ISEG.

E, ainda, a todos os que não foram mencionados aqui, mas que, de uma forma ou outra, contribuíram para a concretização desta dissertação, estimulando-me intelectual e emocionalmente, o meu profundo e sentido agradecimento.

ÍNDICE GERAL

| | |
|---------------------------------------|-----------|
| Dedicatória..... | 3 |
| Agradecimento | 4 |
| Índice Geral | 5 |
| Índice dos Gráficos e do Quadro | 6 |
| Resumo..... | 7 |
| <i>Abstract</i> | 8 |
| Lista de Siglas | 9 |
| Introdução | 11 |

Capítulo I

| | |
|--|-----------|
| A Perspectiva Neogramsciana das Relações Internacionais | 13 |
| 1. A Abordagem Neogramsciana | 13 |
| 1.1. O conceito da Hegemonia Índice dos Gráficos | 15 |
| 1.2. O Bloco Histórico | 17 |
| 1.3. Hegemonia e Teoria da Estabilidade Hegemónica | 18 |
| 1.4. Hegemonia, Globalização e Instituições..... | 21 |
| 1.5. Algumas Críticas à Abordagem Neogramsciana | 24 |

Capítulo II

Uma Incursão pela Parceria Europa-África no Quadro do Relacionamento ACP/UE

| | |
|--|----|
| 1. As Relações da UE com o Mundo em Desenvolvimento e a Conjuntura Actual | 27 |
| 2. A Parceria África-Europa | 32 |
| 3. Acordos de Parceria Económica entre UE-África no Quadro do Acordo de Cotonou..... | 39 |

Capítulo III

Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia

| | |
|--|----|
| 1. As Relações CV/UE: Um Breve Historial | 44 |
|--|----|

| | |
|--|----|
| 2. O Que é a Parceria Especial CV/UE? | 46 |
| 3. Os Porquês da Parceria Especial CV/UE | 50 |
| 3.1. Vulnerabilidades de Cabo Verde <i>versus</i> Potencialidades da Europa | 50 |
| 3.2. Afinidades com as RUP do Atlântico: As Ilhas Afortunadas ou Macaronésia | 53 |
| 3.3. Valores e Interesses Partilhados?..... | 55 |
| 4. O Dilema Cabo-verdiano: Entre uma Perspectiva de Aproximação à Europa e uma Dívida Histórica para com a África..... | 58 |
| 5. Parceria Especial CV/UE: Rompendo o Paradigma ou Mantendo o <i>Status Quo</i> ?..... | 60 |

Índice dos Gráficos e do Quadro

| | |
|--|----|
| Gráfico 1: Trocas Comerciais entre a África e a UE | 32 |
| Gráfico 2: Importações de Cabo Verde por Regiões de Origem (2000-2009) | 51 |
| Gráfico 3: Exportações de Cabo Verde por Regiões de Destino (2000-2009)..... | 52 |
| Quadro: Conta do Estado Ano 2005: | 43 |

| | |
|-----------------------------------|----|
| Considerações Finais | 64 |
|-----------------------------------|----|

| | |
|---|----|
| Referências Bibliográficas | 69 |
|---|----|

Anexos

| | |
|--|-----|
| Quadro 1: Trocas Comerciais entre a África e a UE | 78 |
| Quadro 2: Cabo Verde: Importações por Região de Origem (2000-2009)..... | 78 |
| Quadro 3: Cabo Verde: Importações por Região de Origem (2000-2009) + o Cálculo do Peso Percentual por Região | 79 |
| Quadro 4: Cabo Verde: Importações por Região de Origem (2000-2004) Realçando Alguns Parceiros | 79 |
| Quadro 5: Cabo Verde: Importações por País de Origem (2000-2009)..... | 81 |
| Quadro 6: Cabo Verde: Exportações por Regiões de Destino (2000-2009) | 97 |
| Quadro 7: Cabo Verde: Exportações por Regiões de Destino (2000-2009) + o Cálculo do Peso Percentual por Região | 97 |
| Quadro 8: Cabo Verde: Exportações por Regiões de Destino (2000-2009), Realçando Alguns Parceiros..... | 98 |
| Quadro 9: Cabo Verde: Exportações por País de Destino (2000-2009) | 99 |
| Quadro 10: Verbas afectadas a Cabo Verde no âmbito da Cooperação com a UE | 103 |
| Quadro 11: Distribuição da Ajuda por Área Temática do DEC 2008-2013 | 104 |

RESUMO

Esta dissertação de mestrado tem como principal objectivo desenvolver uma análise crítica da parceria especial Cabo Verde/União Europeia (UE), no contexto das relações externas da União Europeia, procurando desmistificar os novos e renovados contornos deste relacionamento. Reflexo da parceria entre a UE e o Grupo ACP (África, Caraíbas e Pacífico) e consequentemente da cooperação entre a Europa e África, a relação entre Cabo Verde e a União Europeia é afectada pela hegemonia europeia em relação à África que influencia e é influenciada pela recente intensificação da globalização neoliberal, que trespassa as relações internacionais e a economia política internacional. Este trabalho argumenta que, não obstante as potencialidades intrínsecas desta parceria especial – que propõe ultrapassar os meandros do tradicional relacionamento entre o doador/recipiendário –, se a mesma não for bem estudada e negociada por parte de Cabo Verde, as proclamadas “novidades” poderão não passar de retóricas falaciosas, podendo ter um efeito contrário do desejado para o país. Para se atingir o desiderato proposto, além de se apoiar na literatura especializada a nível da conceptualização – tendo como suporte teórico a perspectiva neogramsciana das relações internacionais para explicitar a hegemonia europeia –, pretende-se fazer uso da literatura cabo-verdiana transdisciplinar, bem como de documentos internos da política externa cabo-verdiana e europeia, nomeadamente no que se refere ao processo de edificação da Parceria.

Palavras-chave: Hegemonia Neogramsciana; Parceria Europa/África; Parceria Especial CV/EU.

ABSTRACT

This master thesis has as its main objective the development of a critical analysis of the special partnership Cape Verde/European Union (EU) in the context of European Union's foreign policy. It aims towards demystifying the new and renewed contours of the above-mentioned relationship. To a certain degree, the relations Cape Verde/European Union can be understood as the offshoot of Europe/Africa relationship. The latter, on its own turn, fits in the vast picture of the relationship UE/ACP Group (Africa, Caribbean and the Pacific [Ocean] states). Cape Verde/EU relations are affected by the European hegemony vis-à-vis Africa that had influenced, while at the same time it is being influenced, by the recent intensification of the neoliberal globalization. Notwithstanding the intrinsic potentialities of the special partnership EU/Cape Verde, which is expected to exceeds the patterns of the traditional relationship donor-recipient states, this monograph argues that such a partnership needs to be not only well studied but also assertively negotiated by the Cape Verdean authorities lest the proclaimed "new features" will pass as rhetorical fallacies, producing a rather contrary effect to the one desired for the country. To reach the considered desideratum, this thesis grounds on the specialized secondary literature of international relations--particularly in what concerns theoretical and conceptual developments as constructed by the neo-Gramscian approach, a tool deemed of extreme importance for understanding European hegemony—as well as of the multidisciplinary literature on Cape Verde. Moreover, special attention will be given to the primary sources from the Cape Verdean Ministry of Foreign Relations and European Union, particularly those related to the construction of the Cape Verde/EU partnership.

Keywords: Neogramscian Hegemony; Europe-Africa Relations; Special Partnership CV/EU.

LISTA DE SIGLAS

AC – Acordo de Cotonou
ACP – África, Caraíbas e Pacífico
APD – Ajuda Pública ao Desenvolvimento
APE – Acordo de Parceria Económica
AH – Ajuda Humanitária
BM – Banco Mundial
BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China
CAD – Comité de Ajuda ao Desenvolvimento
CAGRE – Conselho de Assuntos Gerais e Relações Exteriores
CARIFORUM - Caribbean Forum of African, Caribbean and Pacific States
CE – Comissão Europeia
CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CW – Consenso de Washington
DGA – Direcção Geral das Alfândegas
DP – Declaração de Paris
EUA – Estados Unidos da América
FED – Fundo Europeu de Desenvolvimento
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FMI – Fundo Monetário Internacional
IDE – Investimento Directo Estrangeiro
INTERREG – Iniciativa cujo objectivo é estimular a cooperação regional na UE
MNEC – Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação
MPD – Movimento Para a Democracia
NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento de África
ODM – Objectivos de Desenvolvimento do Milénio
OE – Orçamento de Estado
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONG – Organizações não Governamentais
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PAICV – Partido Africano da Independência de Cabo Verde

PD – Países Desenvolvidos

PE – Parceria Especial

PEGV – Política Europeia de Grande Vizinhança

PEV – Política Europeia de Vizinhança

PESC – Política Externa de Segurança Comum

PESD – Política Europeia de Segurança e Defesa

PRM – País (es) de Rendimento Médio

PVD – Países em Vias de Desenvolvimento

RUP – Regiões Ultraperiféricas

SGP – Sistema Generalizado de Preferências

ZEE – Zona Económica Exclusiva

UA – União Africana

UE – União Europeia

INTRODUÇÃO

Antes e imediatamente após a independência de Cabo Verde, em 1975, muitos vaticinaram a inviabilidade deste país, devido às suas vulnerabilidades e fragilidades crónicas, derivadas sobretudo da sua insularidade, exiguidade territorial, escassez de recursos naturais e humanos e condicionantes geoclimáticas. Entretanto, contrariando os prognósticos mais reservados, o arquipélago conseguiu romper com o ciclo da pobreza e elevar-se, em 2008, à categoria de País de Rendimento Médio (PRM). Atempadamente entendeu-se que sua estratégia de desenvolvimento estaria arraigado e intrinsecamente ligada a factores exógenos, um dos quais a cooperação para o desenvolvimento, particularmente no dealbar da sua existência como Estado independente, desempenhou um papel crucial. Embora continuando a depender fortemente de contribuições externas, a graduação do país o obriga a procurar soluções dinâmicas e desenvolver parcerias¹ que encaixem nos seus novos desafios de desenvolvimento.

Evocando razões históricas e de proximidade cultural, laços políticos e um estreito relacionamento económico e humano, as autoridades cabo-verdianas elegeram a Europa como um dos suportes básicos de desenvolvimento do arquipélago. Essa “opção” estratégica – talvez mais condicionalismos do que escolha – ditou consciente ou inconscientemente o afastamento do continente africano, quando os argumentos identitários usados para explicar a aproximação à Europa poderiam irrepreensivelmente ser usados a favor da África.

Os novos paradigmas da política externa de Cabo Verde, reforçados pelos renovados desafios resultantes da graduação para PRM explicam, em parte, a opção em relação à Europa. A acoplagem a este continente integra o desígnio económico e desenvolvimentista de inserir o país em espaços dinâmicos, capazes de galvanizar e cimentar o seu crescimento, fazendo com que usufrua das benesses do mundo globalizado.

Embora por razões históricas o espaço europeu sempre tenha acompanhado o imaginário do cabo-verdiano, quer pelas inegáveis afinidades históricas, quer pelo seu potencial, a PE não se traduz na panaceia que visa curar todos os males deste pequeno país, pelo contrário, se mal negociado pode ser pernicioso para os desígnios

¹ Pese embora o facto de a diplomacia política cabo-verdiana ter estado *sempre a mercê das relações de poder, dos projectos de emancipação política e de projectos ideológicos das grandes potências internacionais, forjando o pragmatismo a sua acção na intersticialidade de vários espaços de cooperação política multilateral* (Costa 2009, p. 159).

desenvolvimentista do país. Cabo Verde não tem estrutura técnica para suportar uma negociação igualitária com a UE e defender firmemente os seus interesses como uma verdadeira parceria pressupõe, apesar da PE requer uma postura diferente do tradicional relacionamento doador/receptor. Poderá esta parceria ultrapassar a retórica discursiva que tem acompanhado o relacionamento África/Europa? Poderá Cabo Verde, com as condições e debilidades estruturais que lhe são intrínsecas, ultrapassar as fragilidades da parceria Europa/ACP que constitui o sustentáculo jurídico da PE e ser um parceiro, no verdadeiro sentido da palavra, da UE? E para esta instituição, quais são os ganhos desta parceria? Será conflituante a dupla pertença identitária das ilhas (europeia e africana)? Estas são as questões centrais que esta dissertação propõe responder ao dissecar os meandros da PE e as suas condicionantes. O objectivo deste estudo, portanto, é fazer uma incursão analítica e crítica do ponto de situação e progressos realizados no relacionamento entre as duas partes, com enfoque na PE. O substrato teórico subjacente é a teoria neogramsciana das relações internacionais, porquanto o suporte jurídico relacional Cabo Verde/UE é o acordo de Cotonou entre o Grupo ACP e a União que corrobora a hegemonia europeia em relação ao Grupo ACP e consequentemente à África e Cabo Verde.

Para se atingir o objectivo proposto, usar-se-á diferentes e complementares estratégias metodológicas, privilegiando a aplicação de técnicas qualitativas. Para além da pesquisa bibliográfica especializada sobre os neogramscianos e as Relações Internacionais, pretende-se também fazer uso de literatura cabo-verdiana transdisciplinar. Igualmente, analisar-se-ão alguns documentos internos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da União Europeia que incidem sobre o processo da construção da parceria.

Este trabalho está dividido em três partes complementares. A primeira faz uma incursão teórica pelo estudo das relações internacionais protagonizado pelos neogramscianos, com ênfase nas análises de Robert Cox. Debruçar-se-á sobre os conceitos-chaves da análise política de Gramsci e a adaptação neogramsciana dos mesmos, os quais servirão como uma base dinâmica da explicação da hegemonia da UE em relação à África que é tratada no segundo capítulo. Esta parte explora a cognominada Parceria Estratégica entre a África e a UE. Atenção especial será dispensada aos Acordos de Parceria Económica (APE) assinados ou por assinar entre a Europa e Grupo ACP. A terceira e última parte analisa mais especificamente o relacionamento entre Cabo Verde e a UE, com a devida ênfase na PE, explicitando em que medida esta é de facto uma “parceria especial”.

CAPÍTULO I

A PERSPECTIVA NEOGRAMSCIANA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O presente capítulo aborda a perspectiva neogramsciana das relações internacionais, com ênfase no conceito de *hegemonia* que irá fornecer a ferramenta teórica desta dissertação: a análise da PE Cabo Verde/UE que é tributária do relacionamento ACP/UE. A escolha desta teorização prende-se com o raciocínio de que a Parceria Estratégica entre o Grupo ACP/UE é consequência do domínio hegemónico do neo-liberalismo no seio da elite política mundial e consequentemente na Europa, cuja evidência máxima, neste particular caso, é o argumento europeu – explorado nas negociações do Acordo de Cotonou, que regula juridicamente as relações entre as duas partes – que reflecte o imperativo de se adequar esta cooperação aos preceitos da Organização Mundial do Comércio (OMC).

1. A Abordagem Neogramsciana

A abordagem neogramsciana, cujo início é atribuído ao Robert C. Cox (1983, 1987)², é uma perspectiva relativamente nova do estudo das relações internacionais e da economia política internacional, que procura transpor para o plano internacional parte dos estudos de António Gramsci (1891-1937), teórico italiano fortemente influenciado por Marx. De ressaltar que apesar do rótulo neogramsciano pressupor a existência de uma perspectiva gramsciana das relações internacionais, Gramsci não debruçou especificamente sobre as relações internacionais, conquanto estava mais interessado em analisar as mutações das forças sociais dentro do Estado. Baseado no legado teórico gramsciano da hegemonia, da formação de *blocos históricos*, da sociedade civil e consequentemente das confluências das ideias – entendidas como imagens colectivas da ordem mundial, também com significado intersubjectivo – de recursos acumulados e instituições³, enquanto influenciadores da formação ou da

² Com base nos estudos de Gramsci, forjou uma nova forma do pensar/entender as relações internacionais, tendo sido seguido por autores como Stephen Gill, Craig Murphy, Mark Rupert, Kees van Der Pijl, Henk Overbeek, William Robinson, Adam Morton, Andreas Bieler, entre muitos outros, que apesar de partirem das reflexões de Gramsci, têm desenvolvido linhas distintas de pensamento.

³ Fundem os dois elementos supra referidos (ideias e recursos acumulados) e constituem os meios para se estabelecer uma ordem particular.

mudança de contornos dos Estados perspectivados por Gramsci, os neogramscianos analisam a forma como as constelações de forças sociais moldam e definem os perfis dos Estados e consequentemente sustentam ordens mundiais. Entretanto, se por um lado Gramsci aceitava a análise da estrutura do capitalismo feita por Marx, por outro recusava-se a aceitar as exegeses economicistas e mecanicistas que eram feitas da obra deste autor no início do Século XX (Gramsci, 2004, pp. 114-167). É que, para ele, a mudança social evolutiva não segue mecanicamente os desenvolvimentos económicos, mas é levada a cabo por agentes sociais numa dialéctica histórica, onde as acções são contrafeitas pelos auto-entendimentos sociais e dependem da delimitação ou expansão dos horizontes dos mesmos.

Em meados dos anos 80, partindo dos trabalhos de Robert Cox⁴, inserido nos debates epistemológicos dos estudos internacionais, mais especificamente a problemática do materialismo histórico da transformação social analisada por Gramsci, começa a emergir uma nova perspectiva de análise, desafiando as premissas ortodoxas⁵ do neo-realismo⁶ e institucionalismo neoliberal⁷ - que alicerçam-se sobretudo na centralidade ontológica do Estado e na condição anárquica da política mundial, que reafirma as rivalidades e insegurança internacionais - ao rejeitar as

⁴ Cox analisa como o poder nas relações sociais de produção pode dar origem a forças sociais concretas, que por sua vez transformam as bases do poder em formas de Estado e ainda examina como estas moldam a ordem mundial.

⁵ Sobre as teorias ortodoxas ver sobretudo: Keohane, R. O. (1984), *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*, Princeton, Princeton University Press; ____ (1986), *Neorealism and its Critics*, New York, Columbia University Press; ____ (1989), *International Institutions and State Power: Essays in international Relations Theory*, Boulder, Westview Press; ____ (1989), "International Relations Theory: Contributions of a Feminist Standpoint", *Millennium: Journal of International Studies* 18 (2): 245-53; ____ (1998), "Beyond Dichotomy: Conversations Between International Relations and Feminist Theory", *International Studies Quarterly* 42 (1): 193-8 e Waltz, K. N. (1979), *Theory of International Politics*, Reading, Mass: Addison-Wesley; ____ (1990), Realist Thought and Neorealist Theory, *Journal of International Affairs* 44 (1): 21-37; ____ (1998), Interview with Ken Waltz, Interview by F. Halliday and J. Rosenberg, 7 May 1993, London. *Review of International Studies* 24 (3): 371-86; ____ (1999), Globalization and Governance, *Political Science and Politics* 32 (4): 693-700.

⁶ Baseia-se no pressuposto hobbesiano de que o sistema internacional é anárquico e os Estados, através do equilíbrio de poder, procuram sobreviver - a este ambiente desorganizado e descentralizado - numa filosofia de todos contra todos, prevalecendo o mais forte, que passa a ditar as regras do jogo.

⁷ Engloba as teorias que argumentam que as instituições - descrito pelos neoliberais como "conjunto de regras (formais e informais) persistentes e interligadas e que influenciam comportamento, delimitam actividades e moldam expectativas" (Keohane 1998, p. 386) - desempenham um papel importante na coordenação da cooperação internacional. Apesar de partirem das mesmas assumpções, esta teoria diferencia-se da teoria realista pelo seguinte: enquanto os realistas assumem que os Estados concentram-se nos ganhos relativos e no conflito latente, os neoliberais institucionalistas acreditam que o potencial para o conflito é exagerado por aqueles e sugerem que há forças compensatórias, tais como interacções repetidas, que compelem os Estados a cooperarem. Os mesmos vêem a perfídia como a maior ameaça à cooperação e a anarquia como a falta de organização para impor regras contra a deslealdade.

teorias *mainstream* baseadas na *resolução de problemas* e no estatocentrismo. De acordo com Cox (*apud* Bieler, 1998)⁸, para explicar a mudança estrutural que vem acontecendo no sistema internacional impõe-se uma teoria crítica que não tome como garantidas as instituições e as relações sociais e de poder, mas sim que as questione, preocupando-se com as suas origens e suas mutações.

1.1. O Conceito da Hegemonia

Uma das formas de explorar a complexa construção teórica neogramsciana é através do *conceito da hegemonia* de Gramsci. Este define a mesma como a “habilidade do grupo social de liderar a sociedade tanto política como moralmente” (1971, p. 57). O grupo hegemónico adquire a autoridade através da persuasão ou do consentimento intelectual, moral e cultural da população subordinada, sem usar explicitamente a violência política ou económica coercitiva. Contudo, a coerção está sempre latente para sustentar a hegemonia. Logo, para se tornar hegemónico, um grupo deve usar simultaneamente da coerção e do consenso, numa *dupla perspectiva*⁹ (Gramsci, 1971, pp. 169-71). Ele assevera, ainda, que coerção ou dominação¹⁰ e consenso ou liderança intelectual-moral são aspectos consensuais complementares da *estratégia dialéctica* dos grupos sociais para manter a sua supremacia na sociedade.

A hegemonia é atingida, portanto, na esfera da sociedade civil por meios consensuais, embora a coerção esteja sempre latente¹¹, quando a classe líder, estribada nos seus recursos materiais e fazendo uso de certas instituições¹², consegue fazer prevalecer as suas ideias, valores e visão do mundo, como se de premissas universais se tratassem, conquistando uma harmonia política e ética entre o grupo dominante e o subordinado, dando a diáfana impressão de um consenso alargado. Germain e Kenny (1998, p.17) asseguram que a extensão da hegemonia é medida

⁸ Cox, Robert W. (1993a), “Structural Issues of Global Governance: Implications for Europe” in: Stephen Gill (Ed.), *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*, Cambridge, University Press, pp.260.

⁹ Gramsci (1971, pp. 169-70) apoderou-se da imagem de Maquiavel do poder de centauro que, metade animal - metade homem, representa a combinação necessária de consenso e coerção. Esta está sempre presente, mas só é usada em casos excepcionais.

¹⁰ A supremacia do grupo social manifesta-se tanto através da dominação como através da liderança intelectual e moral (Gramsci 1971, p. 57)

¹¹ Quanto mais alargado for o consenso na sociedade a favor da força hegemónica, menos se torna necessário usar da coerção.

¹² A nível interno são as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, a sociedade civil, entre outros.

pela existência ou ausência de conflitos sociais e pelo grau de legitimação e aceitação de que a ordem social e o corpo político gozam.

Cox (1993, p. 62) descreve a hegemonia nas relações internacionais como “uma ordem dentro da economia mundial com um modo de produção dominante e que penetra em todos os outros países e os conecta ao modo de produção subordinada”. Apesar de ser uma forma de domínio, refere-se mais a uma ordem consensual, onde o domínio talvez seja necessário, mas, insuficiente para garantir a hegemonia (Cox 1981, p. 139). Ele identifica uma interação de longo prazo entre coerção e consenso nas relações entre os Estados, concluindo que consenso é mais frequente que a coerção numa situação de hegemonia, pois a estratégia da potência hegemónica passa por alargar ainda mais o seu consenso e manter o seu papel de líder (Cox 1993, p.62). Uma situação de hegemonia prevalece quando se conjuga coerentemente o poder material, a imagem dominante da ordem mundial e um conjunto de instituições que ajudam a disseminar a ordem vigente com um semblante universalista (Cox 1981, p. 139).

Na óptica coxiana, a hegemonia na estrutura histórica é constituída por três esferas de actividade. Primeiramente, as *relações sociais de produção*. A produção é aqui entendida em sentido lato e cobre a produção e reprodução de conhecimento e relações sociais, morais e instituições que são pré-requisitos para a produção de bens materiais. A segunda esfera de actividade é a *forma de Estado*, cujo poder depende das configurações das forças sociais. O conceito de Estado¹³ extravasa a sua definição tradicional para albergar as relações dentro da sociedade civil. Assim, ao invés de tomar o Estado como um dado adquirido – uma categoria institucional distinta ou coisa em si mesmo - são analisadas, numa perspectiva histórica, as suas várias formas (através do qual se expressa o capitalismo e a hegemonia) e o contexto social das lutas políticas. Em terceiro lugar, através da *ordem mundial*, que representa não só fases de instabilidade e conflito, mas permite que se discorra sobre as formas alternativas da ordem mundial que possam emergir (Cox 1987, pp. 1-9; 1981 pp.135-8 e 1989 *apud* Bieler e Morton)¹⁴.

¹³ Para Gramsci o Estado deve ser entendido não somente como o aparato governamental operando dentro da esfera “pública” (governo, partidos, políticos, espanto militar), mas também como parte da esfera “privada” da sociedade civil (igreja, comunicação social, educação), onde a hegemonia opera (Gramsci 1971, p. 261).

¹⁴ Cox, Robert W. (1989), “Production, the State and Change in World Order”, in: Ernst-Otto Czempiel and James N. Rosenau, (eds), *Global Changes and Theoretical Challenges: Approaches to World Politics for the 1990s*, Toronto, Lexington Books.

Dentro de cada uma das três esferas supra elencadas, há mais três outros elementos que se combinam reciprocamente para constituir uma estrutura histórica, quais sejam: *as ideias*, *as capacidades materiais*, e *as instituições* (Cox 1981, p.136).

1.2. O Bloco Histórico

O explicitado acima conduz ao seguinte epítome: as relações de produção determinam a forma do Estado, no seu sentido mais amplo, que por sua vez é transposto para o plano internacional através do chamado *bloco histórico* e que acaba sendo o foco da análise neogramsciana. No seu nível básico, este bloco traduz-se na aliança de classes ou parte delas, cujo objectivo é estabelecer uma forma particular de Estado e/ou ordem mundial que favoreçam estas classes. Na sua definição mais complexa engloba toda a panóplia de relações sociais, tendo em atenção a dinâmica histórica que subjaz a interconexão política, cultural e económica da formação social de um dado momento (Rupert 1995, pp. 29-30). Constituiu, assim, uma estrutura sólida de sociedade política que reúne tanto a máquina coerciva do Estado como a sociedade civil, incluindo os partidos políticos, os sindicatos, as igrejas, entre outros.

O bloco histórico refere-se à maneira como uma força social líder num contexto nacional específico estabelece a sua supremacia sobre os outros grupos. A sua construção está associada normalmente a uma classe social hegemónica e por isso é um fenómeno social. E só depois da hegemonia ter sido consolidada internamente é que pode ser transposta internacionalmente, através de um modo particular de produção de relações sociais e suportada por mecanismos de organização do sistema internacional. Um novo bloco é criado quando uma classe subordinada estabelece a sua hegemonia sobre outro grupo subordinado¹⁵.

O bloco histórico internacional que emergiu após a II Guerra, centrado nos EUA, mas expandido à escala mundial, “conglutinou fracções de capital financeiro e produtivo e elementos dentro do aparato estatal para formar uma comunidade política transnacional”¹⁶. Morton (2003, p. 164) assegura que desde 1970 já havia condições para a consolidação de um bloco histórico internacional, tendo em conta a existência de um emaranhado de ligações e encontros de interesses e identidades, não só a nível nacional como internacional, criando condições para uma hegemonia do capital

¹⁵ Cox 1987, pp. 149-50 e Cox 1993, pp. 56-57.

¹⁶ GILL, Stephen (1990), *American Hegemony and the Trilateral Commission*, Cambridge, Cambridge University Press, *apud* Morton 2003.

transnacional. Gill (2001, p. 54-5) alega que o caso da UE¹⁷ pode ser analisado dentro dos termos de um bloco histórico transnacional.

A consolidação da hegemonia no plano internacional depende, em grande parte, daquilo que Susan Strange (1998, pp. 24-5) rotula de *poder relacional* – o que permite que um Estado coaja outros a agirem segundo os seus interesses, sob pena de sofrerem as consequências caso contrário – e *poder estrutural*¹⁸ – que cria estruturas subordinativas que promove, por sua vez, um sistema de poder relacional com outros Estados e organismos, ou seja, confere o poder de definir o quadro de relacionamento entre os Estados.

Sintetizando, o poder estrutural é a base do poder relacional e o controlo de ambos permite atingir o poder hegemónico, o que também requer ter capacidades para manter essa posição.

1.3. Hegemonia e Teoria da Estabilidade Hegemónica

É necessário, porém, que se faça uma distinção entre a hegemonia analisada pelos neogramscianos e a teoria da estabilidade hegemónica - modelo paradigmático da investigação neo-realista dos regimes internacionais. Para começar, os neo-realistas apreendem hegemonia como a dominação de um Estado em relação aos outros. Daí que a teoria da estabilidade hegemónica sustente que uma ordem mundial pode ser suportada por um único Estado poderoso, que domina todos os outros devido à sua preponderância militar e capacidade económica, como aconteceu durante a *Pax britânica* e a presentemente contestável *pax americana*, cujo declínio¹⁹, vaticinado por

¹⁷ Para a análise da integração Europeia dentro do contexto da globalização e o papel das classes transnacionais dentro da governação europeia ver: Bieler, Andreas (2000), *Globalization and Enlargement of the EU: Austrian and Swedish Social Forces in the Struggle over Membership*, London, Routledge; Bieler, Andreas and Adam David Morton 2001, eds., *Social Forces in the Making of the new Europe: The Restructuring of European Social Relations in the Global Political Economy*, London, Palgrave; Van Apeldoorn, B. (2000), "Transnational Class Agency and European Governance: The Case of the European Round table of Industrialists", *New Political Economy* 5 (2), 157–81; Holman, O. and K. van der Pijl (1996), "The Capitalist Class in the European Union", In: *The impact of European integration: Political, Sociological and economic Changes*, ed. G. A. Kourvetaris, Westport, Praeger e Shields, S. (2003), "The Charge of the "Right Brigade": Transnational Social Forces and the Neoliberal Configuration of Poland's Transition", *New Political Economy* 8 (2), 225–44.

¹⁸ De acordo com Strange (*op. cit.*), o poder estrutural aglutina segurança, conhecimento, produção e finanças e quem ou o que os domina pode determinar as condições de acesso de outros não tão afortunados.

¹⁹ Actualmente, muitos estudiosos advogam o declínio da hegemonia americana como consequência da perda do importante controlo dos elementos gramscianos do poder coercitivo estrutural. A inabilidade crescente dos EUA em manter o consenso em várias matérias a nível internacional é tida com um sinal do início do naufrágio americano.

muitos, foi refutado por Nye (1990, pp. 31-35), ao introduzir o seu conceito de *soft power*²⁰, em oposição ao *hard power*, nas relações internacionais. Por seu lado, o conceito de hegemonia desenvolvida pelos neogramscianos é bastante mais alargado, na medida em que vai para além do simples domínio, resultante do poder que subjaz às capacidades militares e económicas da potência hegemónica. A mesma é atingida através de uma combinação de consenso e coerção – é mais consensual do que coercitiva - que permite ao poder hegemónico, através de certas instituições²¹, legitimar as suas crenças, ideologias, como se de valores universais se tratassem, fazendo ainda a parte subordinada crer que os seus interesses são coincidentes. Apesar de ter grande relevância, a dominação não leva obrigatoriamente à hegemonia neogramsciana, pois para que isso aconteça é imprescindível uma boa dose de consenso. Ou seja, uma hegemonia global só é conseguida e mantida enquanto for possível legitimar a coerção pelo consenso.

A teoria da estabilidade hegemónica destaca os recursos materiais em detrimento das questões ideológicas, enquanto os neogramscianos enfatizam tanto a correlação existente entre as ideias e os recursos materiais²², como a importância da questão do consenso na construção da hegemonia. Também estes teóricos rompem

Também o aparecimento do euro como moeda alternativa, aliado à desvalorização do dólar e o défice da balança comercial dos EUA, tem posto em causa o controlo deste país do sistema financeiro internacional. Concomitantemente, o crescimento dos países emergentes (nomeadamente Brasil, Rússia, Índia e China - BRIC), sobretudo a China, criou um pólo económico alternativo que desafia o poder dos EUA. Ainda, no entender de Iseri (2007, p.1) o colapso da União Soviética minou a capacidade desta potência em organizar a política internacional à volta das suas preferências, pelo facto de ter desaparecido o efeito coercitivo da competição ocidente-leste para o domínio da influência mundial. O recurso a mais força nas suas relações exteriores, para fazer valer os seus interesses e manter a sua hegemonia, tem-se traduzido na diminuição do tradicional poder de forjar consenso dos EUA. Keohane, Robert (1984, *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*, Princeton, Princeton University Press apud Woods, 2001) advoga que os EUA perderam a sua capacidade de manter o sistema, mas explica, no entanto, que o regime pode sobreviver sem a potência hegemónica, desde que o Sistema Internacional e o líder hegemónico estabeleçam um regime internacional que torne possível a cooperação pós-hegemonia.

²⁰ Também chamado pelo mesmo autor de poder indirecto, é a capacidade dos Estados (neste caso EUA) de utilizarem os meios que possuem (cultura, ideologia e instituições, além das capacidades mais óbvias) para definirem agendas políticas que moldem as preferências expressas por outros, sem que haja necessidade do uso explícito do poder (*hard power* - imposição de uma vontade recorrendo a pujança tanta económica como militar). O uso deste tipo de poder, na argumentação deste autor, permitiu aos EUA, além de manter o ser poder hegemónico, diminuir os custos da sua liderança. Apesar de Nye não reconhecer expressamente, nota-se, iniludivelmente, um ponto de encontro entre o conceito da hegemonia neogramsciana e a presente noção de *soft power*.

²¹ Como por exemplo: a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o Fórum Económico Internacional (FEI), a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), o G-7, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), etc.

²² Provendo a integração sociológica da justiça, legitimidade e credibilidade moral.

com o estatocentrismo ao asseverarem que a hegemonia não é um fenómeno exclusivo do Estado, na medida em que aquela está ligada, em última instância, à esfera da sociedade civil²³, ampliando o conceito do Estado²⁴ e consequentemente o da hegemonia ao introduzir a realidade intersubjectiva e as bases sociais do Estado.

Ao invés de deduzir a posição específica das forças sociais a partir do seu posicionamento no processo de produção, a perspectiva neogramsciana tenta perceber, através de análises empíricas, quais as forças sociais que tentam formular um projecto hegemónico e à volta de que ideias. A este respeito Gill (*apud* Bieler e Morton 1993)²⁵ concluiu que o capital transnacional dentro do capitalismo está correntemente envolvido na formulação dum projecto à volta das ideias da economia neoliberal. Dentro da UE, por exemplo, o capital transnacional promove o compromisso do *neo-liberalismo incrustado*, ou seja, baseado predominantemente no neo-liberalismo, mas também englobando aspectos tanto mercantilistas - para atrair fracções de capital que se concentra no mercado europeu e prefere protecção contra a competição global - como sociais para atrair uniões comerciais e elementos social-democráticos (Van Apeldoorn 2002 *apud* Bieler e Morton, 2003)²⁶. Na óptica de Robinson (2005, p.3), as forças sociais transnacionais não têm que estar necessariamente ligadas a um determinado Estado, o que se aproxima do conceito da hegemonia gramsciana, traduzindo-se antes sob forma de dominação social exercida não pelo Estado mas por grupos sociais e classes que operam através de Estados e outras instituições. A análise de Robinson permite melhor compreender a dinâmica da globalização neoliberal exercida por um bloco histórico capitalista transnacional emergente que é conduzida por uma classe capitalista transnacional – menos centrado no Estado e mais baseado em teorias gerais da formação de classe global. Essa decomposição possibilita, ainda, entender melhor as forças anti-hegemónicas que enformam a *sociedade global* (*idem*, pp. 5-7).

²³ Gramsci (1971, p. 261) entendia a sociedade civil como a conjugação de redes formais e informais, instituições e práticas culturais (incluindo os partidos, os sindicatos, as igrejas, a educação, a arte, a literatura, etc.), que permeiam os indivíduos e o Estado.

²⁴ Entendido por Gramsci (1971, p.244) no seu sentido mais alargado, ou seja, não se reduzindo à burocracia responsável pela política externa e suas capacidades militares, mas, incluindo também a sua base social.

²⁵ Gill, Stephen (1995), "Globalisation, Market Civilisation and Disciplinary Neoliberalism", *Millennium: Journal of International Studies*, 24(3), pp. 399-423.

²⁶ Van Apeldoorn, Bastiaan (2002), *Transnational Capitalism and the Struggle over European Integration*, London, Routledge.

1.4. Hegemonia, Globalização e Instituições

A internacionalização do *modus pensanti* e os interesses de uma determinada força é facilitada pelas instituições internacionais²⁷ que constituem o mecanismo através do qual o grupo hegemónico assegura o consenso. Foi graças a elas que os EUA conseguiram impor-se como uma força hegemónica e foi através delas que a agenda neoliberal conseguiu traçar os rumos da globalização dominante. Cox (1993, pp. 62-63) afirma que de entre as características das instituições hegemónicas, destacam-se: (1) a incorporação das regras que facilitam a expansão da ordem mundial hegemónica; (2) são elas mesmo o produto da ordem mundial hegemónica; (3) legitimam ideologicamente as normas da ordem mundial; (4) cooptam as elites dos países periféricos e (5) absorvem as ideias contra-hegemónicas. A potência hegemónica, que geralmente cria as regras das instituições internacionais, assegura, de acordo com a importância dos Estados no sistema internacional/hierarquia de poder, o envolvimento e suporte dos demais países, ao mesmo tempo que absorve as ideias contra-hegemónicas, tornando-as compatíveis com os seus interesses²⁸.

Também as instituições internacionais que desenvolvem e legitimam as ideologias dominantes são elas mesmas produtos das ordens mundiais hegemónicas e servem, através da sua função ideológica, como guias para a definição de políticas nacionais ajudando a legitimar os *modi pensanti e operandi* a este nível. Tendem, também, a cooptar elites locais que, mesmo com ideias iniciais de trabalhar dentro do sistema no sentido de transformá-lo, acabam por sucumbir ao poder avassalador das forças hegemónicas. Esses arranjos institucionais, ao incorporarem normas que facilitam e promovem a expansão de certas forças sociais e económicas, além de perpetuarem a ordem mundial daí adveniente, permitem ajustar a agregação dos interesses dos grupos subordinados com o mínimo de conflito, persuadindo-os de que os seus melhores interesses convergem com os do grupo dominante. Modernamente,

²⁷ O conjunto de instituições transnacionais formais e informais que têm coadjuvado a expansão hegemónica dos princípios neoliberais foi classificado por Cox (1992 p.30) de *Nébuleuse*. Albergando a noção de “governance without government”, a *Nébuleuse* favorece a interconexão entre as autoridades de vários países (*ibid*), onde o Estado funciona como “cinto de transmissão” do global para a economia local, (*idem*, p. 31), subordinando, muitas vezes os interesses nacionais aos interesses supostamente globais. O impacto estrutural no governo nacional desta centralização global, onde as políticas e práticas nacionais são ajustadas de acordo com o consenso internacional em relação as necessidades e aos requisitos da economia mundial, é caracterizado por Cox (*idem* 30) de “internacionalização do Estado”.

²⁸ A noção do desenvolvimento, por exemplo, baseado em factores endógenos, foi transformada em apoios das agências da economia mundial aos países periféricos para que eles mesmos elaborem os seus programas sociais (Cox 1993, pp. 63).

os Estados subordinados que parecem agir por consenso podem estar a agir sob o poder latente da força hegemónica que tem a capacidade de moldar o comportamento dos outros de forma a adequá-lo às suas conveniências, argumentando de que servem o interesse geral. Nesta senda, os neogramscianos interpretam o domínio neoliberal desde os anos 80 como reflexo dos interesses dos EUA na economia global, projectado com sucesso através da estrutura de conhecimento, instituições, crenças e entendimentos culturais.

Uma vez consolidados internacionalmente, os valores e interesses do grupo hegemónico passam a funcionar como se fossem universais, razão pela qual os Estados emergentes não oferecem grande resistência, salvo quando atingem um nível de poder tal que põem em causa a própria força hegemónica e tudo o que a mesma representa, isto é, provavelmente, o que tem acontecido ultimamente quer com a emergência dos BRIC que vêm desafiando a ordem hegemónica quer com o movimento contra-hegemónico comumente intitulado altermundialismo²⁹ que tem tentado refrear os interesses da força neoliberal.

Reflectindo sobre as transformações das relações económicas e sociais ocorridas, sobretudo a partir da década de 70, a perspectiva neogramsciana começa a incorporar o fenómeno da globalização³⁰ (sobretudo a financeira e a ideológica) nas suas análises, o que levou a um alargamento do conceito de bloco histórico, por forma a permitir um melhor entendimento das esferas internacionais, transnacionais e globais. Levando em consideração o fenómeno supra referido, os neogramscianos argumentam que a transnacionalização da produção e das finanças tem engendrado forças sociais transnacionais que constituem o bloco histórico neoliberal, que congrega

²⁹ Qualquer tentativa de descrever o movimento anti-globalização/altermundialismo não pode negligenciar uma leitura holística do que poderá significar um outro mundo. E esse holismo tem sido consistentemente alargado pela problematização decorrente da aparição de novos movimentos, reivindicações, manifestações, inter-relações, desejos, propostas, práticas, experiências, etc. A anti-globalização radica primordialmente nessa multiplicidade de substâncias e formas que compõe as perspectivas factuais e normativas do que é e deve ser o mundo e como nele se deve actuar. Pressupõe-se que a adesão a esse exame crítico não seja reflexa, mas reflexiva, incorporando a própria produção de sentido que cada um realiza subjectivamente e lhe confere. Este é um Movimento Social internacional cujo objectivo é lutar contra a globalização hegemónica, baseada no capitalismo e nos princípios económicos neoliberais. Deste movimento fazem parte os sindicalistas, os ambientalistas, os anarquistas, o movimento dos ocupas, os activistas dos direitos dos indígenas, as organizações que promovem os direitos humanos e o desenvolvimento sustentável, os opositores da privatização, entre outros, que têm em comum o facto de culparem a globalização dominante pelo exacerbamento da pobreza global e aumento da desigualdade, constituindo, em ultima instância, um atentado ao exercício da cidadania.

³⁰ Os neogramscianos vêem o discurso neoliberalista como o produto de uma elite transnacional que está à frente das tendências globalizacionais mundiais, tendo conseguido sustentar um conjunto de argumentos intelectuais que lhes permite manter a sua posição material na economia mundial globalizada.

o G7³¹, as instituições financeiras internacionais³², os grandes grupos económico-financeiros internacionais, que têm disseminado as suas ideias neoliberais do comércio livre e desregulação económica como melhor e única forma dos Estados interagirem e consequentemente atingirem o desenvolvimento. Contudo, conforme nota Gill (*apud* Bieler, 1998)³³, existem algumas contradições internas e forças contra-hegemónicas, já referidas acima, que desafiam esse bloco histórico transnacional e hegemónico.

Porém, no entender de Cox, só uma *guerra de posição*³⁴, em oposição a uma *guerra de movimento*³⁵, pode, a longo-prazo, trazer mudanças estruturais, sendo que a mesma envolve a construção de uma base sociopolítica para a mudança através da criação de um novo bloco histórico. Resumindo, a tarefa da mudança da ordem mundial começa com o laborioso esforço de construir um bloco histórico contra-hegemónico dentro das fronteiras internas (Cox 1993, p.65), que depois deverá ser transportado para a arena internacional.

A abordagem neogramsciana constitui parte da rejeição epistemológica e ontológica da abordagem positivista e empirista³⁶ que caracterizam as teorias ortodoxas, pelo facto de adoptar um *historicismo não-estruturalista* (Gill 1993b p. 22), que serve para ultrapassar o problema do determinismo inerente ao pensamento estruturalista. Gill (*ibid*) insta que esta óptica se posiciona contrariamente ao abstracto estruturalismo, pelo facto de ter um substrato humanístico, porquanto as mudanças históricas são entendidas, em grande parte, como consequência da actividade humana colectiva.

Os neogramscianos afastam-se da observação “neutra” dos neo-realistas para se apoiarem na *integração sociológica da justiça, legitimidade e credibilidade moral* (Gill 1993b, p. 24), dando um cunho ético às suas análises e não tomando a ontologia

³¹ Grupo dos 7 países mais industrializados do mundo.

³² Sobretudo BM e FMI.

³³ Gill, *op. cit.*

³⁴ Que significa a construção lenta das raízes sociais de um novo Estado, implicando a contestação da estrutura institucional existente e a construção duma alternativa que enfraqueça o controlo da classe dominante ao mesmo tempo que galvaniza a consciencialização da classe subordinada da sua opressão. Esta guerra só é possível numa sociedade civil desenvolvida, onde a classe dominante já legitimou o seu poder social, estabelecendo a sua hegemonia através do uso tanto das instituições estatais como não estatais (Cox 1993, pp. 52-5).

³⁵ É uma metáfora militar utilizada por Gramsci que significa uma confrontação frontal para a remoção física da força opressora. É uma revolução activa que é mais associada a sociedades pouco desenvolvidas, que são governadas quase exclusivamente pela coerção (*ibid*).

³⁶ Que assume que o objectivo das ciências sociais é identificar as relações causais do mundo objectivo.

social como algo dado, mas sim algo historicamente situado, passível de ser criticado, contestado e transformado.

Geralmente, as teorias que se debruçam sobre as relações internacionais assumem que determinadas componentes do sistema são constantes. Para o neo-realista, por exemplo, o Estado é o único actor importante deste sistema, enquanto os institucionalistas neoliberais consideram aquele actor – que usa os regimes para defenderem os seus interesses - o mais importante de todos os outros. Já a teoria do sistema mundo define o sistema internacional como um misto de centro, semi-periferia e periferia. Neste contexto, uma mudança do sistema fora desses componentes está fora de conceptualização, já que esses elementos constantes devem ser sempre incorporados. Já a teoria crítica neogramsciana não toma as instituições e relações sociais e de poder por garantidas, mas analisa como emergiu a ordem mundial vigente e como as normas dominantes, instituições e práticas são estabelecidas. Ao passo que as teorias ortodoxas são estáticas e constantes, os conceitos neogramscianos são dinâmicos e explicam que mudanças estruturais ocorrem em relacionamentos complexos entre forças sociais, formas de Estado e ordens mundiais.

1.5. Algumas Críticas à Abordagem Neogramsciana

A perspectiva neogramsciana, ela mesma produto da censura da visão ortodoxa das relações internacionais, não é isenta de críticas. A encabeçá-las encontram-se aqueles que posicionam esta perspectiva muito próxima de Marx – pelo facto do materialismo histórico se centrar nessas análises - paradoxalmente e na mesma proporção aqueles que consideram que ela está muito destoadada das análises de Marx, por carecer do rigor deste.

Determinadas críticas imputadas aos neogramscianos estão relacionadas com as teses da globalização e internacionalização dos Estados propostas por estes teóricos. A este respeito, Panitch (*apud* Ramos 2005 e Morton 2003)³⁷ argumenta que esta visão enfatiza em demasia o aspecto *top down* das relações de poder, que leva a crer que a globalização é um processo que procede do global para o nacional, ou seja, de cariz exógeno, renegando a contribuição dos Estados para este fenómeno e, consequentemente, a frutífera interacção entre o global e o local, bem como as

³⁷ Panitch, Leo (1997), "Rethinking the Role of the State", in: Mittelman, James H., (ed.). *Globalization: Critical Reflections*, London, Lynne Rienner Publishers.

relações sociais que se reforçam mutuamente dentro da economia política global e os conflitos de classe dentro das formações sociais nacionais (Baker 1999, p.96 e Ling 1996, *apud* Ramos)³⁸. Esta crítica é facilmente refutável tendo em atenção que, no entendimento de Cox, como foi referido anteriormente, a hegemonia nacional, para ser transposta para o plano internacional, deve ser consolidada internamente. Este autor avança ainda que as forças sociais podem atingir a hegemonia, tanto dentro de uma ordem social nacional quanto na ordem mundial, através da promoção e expansão de um modo de produção, operando em dois níveis: através da formação de um bloco histórico e do estabelecimento da coesão social dentro de uma forma de Estado e também por meio da expansão internacional de um modo de produção e projecção da hegemonia ao nível da ordem mundial (Cox 1987, pp. 149-150 e Cox 1993, 60-62).

Também questiona-se³⁹ até que ponto as teorias forjadas em realidades nacionais tão distantes das do século XXI, conseguem explicar as complexas relações internacionais actuais ou ainda se as interpretações neogramscianas constituem verdadeiramente uma interpretação viável das análises de Gramsci, ou seja, se não há um divórcio entre estes teóricos e as complexas questões metodológicas, ontológicas, epistemológicas e contextuais dos escritos de Gramsci. Para estes críticos, transpor as teorias de Gramsci para o plano internacional desvirtua o quadro teórico deste autor, que por si só apresenta dificuldades em explicar as intrincadas relações sociais e políticas que enformam as relações dentro dos Estados. Apesar da relativa legitimidade dessas críticas, importa dizer que nada impede que teorias forjadas em determinados momentos e circunstâncias, não possam ser aplicadas em contextos distintos, desde que haja um adequado enquadramento.

Também, de acordo com Peter Burnham (*apud* Morton)⁴⁰, os neogramscianos, ao colocarem muita ênfase na articulação das ideias e condições materiais, estariam falhando no reconhecimento da real importância do capital, caindo num certo idealismo na determinação da política económica.

³⁸ Ling, L. H. M. (1996), "Hegemony and the Internationalising State: A Post-colonial Analysis of China's Integration into Asian Corporatism", *Review of International Political Economy*, v. 3, n. 1, p. 1-26.

³⁹ Sobre tudo German e Kenny (1998, p. 4) e Morton, Adam David (2003) "Historicising Gramsci: Situating Ideas in and Beyond their Context", *Review of International Political Economy*, 10(1): Forthcoming, *apud* Bieler e Morton, 2003.

⁴⁰ Burnham, Peter (1991), Neo-Gramscian Hegemony and the International Order, *Capital & Class*, 45, p. 73-93.

Argumenta-se, ainda, contra a falta de engajamento dos neogramscianos com as formas criativas de resistência ou potenciais alternativas à ordem vigente (Drainville, *apud* Bieler e Morton, 2003)⁴¹.

Sintetizando, a abordagem neogramsciana desafia o discurso hegemónico e tenta explicar a dinâmica do sistema internacional, tendo em atenção as explicações integradas numa dialéctica histórica. A reconstrução da teoria do materialismo histórico que esta abordagem propõe, considera epistemológica, ontológica e metodologicamente as questões do passado, presente e futuro, o que implica a rejeição do reducionismo⁴² inerente ao materialismo objectivista, mecanicista e empirista/positivista. Ela obriga a uma análise para além do escopo dos diplomatas, que estão formalmente engajados nas negociações (inter)nacionais, incluindo a luta que acontece entre as forças sociais sobre as normas, princípios e procedimentos dos regimes internacionais, o que confere relevância – não captada pelas teorias *mainstream* – aos actores não-estatais tanto nacional como internacionalmente. “Apesar dos governos serem decisores formais, eles não o fazem no vácuo, livre das pressões das opiniões públicas, doméstica e internacional - dos lobbies privados dos poderosos interesses da classe dominante e do esforço das coligações internacionais de organizações não governamentais” (Gale p. 277).

Como se pode verificar, esta perspectiva, oferecendo uma inovadora leitura do materialismo histórico conjugado com um flexível entendimento historicista das classes sociais, instituições e poder das ideias, propõe elaborar um arcabouço teórico que oferece uma fundação ontológica e epistemológica para explicar as mudanças não-determinísticas, mas com raízes estruturais, do sistema internacional, que expõe o sistema vestfaliano como obsoleto, explicando alguns aspectos menos claros da lógica do sistema internacional contemporâneo. Através do conceito de hegemonia, da formação do *bloco histórico* e da actuação da sociedade civil, explana como grandes poderes como os EUA (e Inglaterra no passado) mantêm o seu domínio dentro do sistema internacional, apesar de todos os componentes anárquicos do sistema e do carácter aparentemente incontrolável da balança de poder.

⁴¹ Drainville, André (1994) “International Political Economy in the Age of Open Marxism”, *Review of International Political Economy*, 1(1): 105-32.

⁴² A justaposição dos relacionamentos no domínio político, ético e ideológico com a esfera económica evitam o reducionismo, ou seja, evitam que tudo seja reduzido tanto à economia quanto às ideias.

CAPÍTULO II

UMA INCURSÃO PELA PARCERIA EUROPA-ÁFRICA NO QUADRO DO RELACIONAMENTO ACP/UE

1. As Relações da UE com o Mundo em Desenvolvimento e a Conjuntura Actual

A Europa mantém um relacionamento amplo e profícuo, tanto com os Países Desenvolvidos (PD) como com os Países em Vias de Desenvolvimento (PVD)⁴³, o que inclui relações político-económicas privilegiadas com todas as potências mundiais - inclusive as emergentes - espelhando, em vários domínios, a evolução do sistema internacional.

As mudanças ocorridas não apenas no sistema económico, financeiro, político e de comunicações internacionais, como também nos padrões de comportamento cultural têm sido conotadas com a globalização. Independentemente da esfera em foco, o que une todas aquelas dimensões é a interdependência mundial que este processo provoca transformando, aparentemente, o nosso planeta numa “aldeia global”, onde as fronteiras se diluem, o tempo e o espaço adquirem uma nova dimensão⁴⁴ e se intensifica e acelera a extensão das relações à escala mundial. Associadas a estas valências, encontram-se também as repercussões nas realidades ambiental, criminal, jurídica, institucional, organizacional, migracional, entre outras.

⁴³ A UE é o maior bloco comercial do mundo, sendo responsável por 20% das importações e exportações mundiais, produzindo um quarto da riqueza do planeta. Nos últimos anos a mesma tem intensificado o seu relacionamento com Japão e China. Com esta esse relacionamento tem-se centrado no diálogo político, nos acordos sectoriais e nos intercâmbios institucionais. Como o principal doador mundial, Inicialmente concentrada em África, a APD e a cooperação foram alargadas, em meados de década 70, à Ásia, à América Latina e aos países do Sul e do Leste do Mediterrâneo. O relacionamento da UE com os PVD inclui especialmente a cooperação económica e relações comerciais, a assistência técnica e financeira tradicional. O desenvolvimento das infra-estruturas e programas em matéria de saúde e de educação também integram as áreas abrangidas. Para mais dados e outros elementos pertinentes respeitantes às relações externas da UE ver CE, 2004a e o portal oficial da UE: <http://europa.eu>.

⁴⁴ Sobre isto, é especialmente pertinente o conceito de compressão espaço-temporal de Harvey (1990, p. 240), apresentando o paradoxo entre a velocidade a que a realidade é constantemente actualizada e modificada, largamente motivada pela transição do modelo fordista à “acumulação flexível” e a incapacidade de adaptação dos nossos “mapas mentais, atitudes e instituições políticas” a essa mesma condição. A esta inquietude acrescenta que, nesta realidade empírica e teórica (a qual pode ser nomeada pós-modernidade), onde coabitam, por um lado, a tendência mercantilista (ou a *commodification*) da produção estética ou cultural, o desconstruccionismo filosófico (que desemboca, maioritariamente, numa atitude nihilista face a qualquer proposta de uma meta-teoria ou “*standard* consensual de verdade e justiça, ética e significado”) e a marginalização espacial (*ghettoização*), a propensão é a de re-emergir a política carismática (aludindo à conceptualização weberiana de autoridade), por via da *estetização de uma política globalizada mediaticamente*.

O factor que, porventura, mais influenciou os ritmos e as dinâmicas geradas neste salto paradigmático foi o desenvolvimento tecnológico que o avanço dos transportes e das comunicações catapultou. A par disto, o que largamente facilitou a globalização, tal como hoje a conhecemos, foi a ascensão proeminente a partir de finais da década de 1970 das políticas económicas de liberalização e desregulamentação. A adopção dessa doutrina neoliberal, largamente fundamentada nas teorias neoclássicas e nas teses monetaristas, que foi levada a cabo por uma grande parte dos países e Instituições Financeiras Internacionais, particularmente as de Bretton Woods (FMI, BM) e posteriormente a OMC, conheceu um momento de franca disseminação aquando da queda do bloco soviético e a consequente hegemonização norte-americana⁴⁵. O que Soros⁴⁶ (*apud* Conversi, 2004) apelida de “fundamentalismo do mercado livre”, exprime-se de tal maneira que as regras dos mercados internacionais se vão substituindo às políticas governamentais ou, de forma mais rigorosa e quiçá menos ingénua, tornam-se as políticas estatais.

A aplicação do receituário que veio a ser epitomizado como Consenso de Washington (CW), tornou-se a contrapartida e a imposição condicional da, assim denominada, integração e da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), num sistema aparentemente sem outra alternativa. Mas se, por um lado, aquele é encarado com uma carga de inevitabilidade e promessa auspiciosa de promover o desenvolvimento, a riqueza, o bem-estar, o progresso tecnológico, a paz e a democracia, ou uma espécie de panaceia universal, por outro lado, a realidade tem vindo a desmascarar efeitos perversos⁴⁷. Nomeando-se apenas alguns, conta-se a degradação ambiental, o esgotamento e espoliação de bens comuns, as sucessivas crises financeiras e

⁴⁵ Inclusive, há uma certa tendência de se ver a globalização como americanização do mundo. Ver Stiglitz (2007) e Conversi (2004), por exemplo. De acordo com o último autor, a corrente forma de globalização cultural como sinónimo de americanização está a engendrar conflitos a vários níveis e, tendo em conta que o processo é unidireccional, a imposição de mais e mais produtos de massa e ícones culturais americanos, significa menos possibilidade de diálogo intercultural, comunicação e entendimento entre nações, com a consequente fusão de nações e mesclar de grupos étnicos. Refere ainda que há uma ligação directa entre a globalização cultural e o aumento do racismo e o nacionalismo xenófobo.

⁴⁶ Soros, George (1998), *The Crisis of Global Capitalism, Open Society Endangered.*, NY: Public Affairs.

⁴⁷ Sobre este assunto, há uma grande quantidade e variedade de publicações. Sem despeito por outros, eis algumas: Chang, H.-J. (2002), “Lessons for the Present” in Chang, H.-J. (2002), *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*, Londres, Anthem Press; Chang, H.-J., Grabel, Ilene (2004), “Myths and Realities about Development”, In: *Reclaiming Development: An alternative Economic Policy Manual*, Zed Books, Rodrik, Dani (2002), “Estratégias de Desenvolvimento para o Novo Século”, in *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: Diálogo entre os que Chegaram Depois*, UNESP, São Paulo, Evans, Peter (2004), “Development as Institutional Change: The Pitfalls of Monocropping and the Potentials of Deliberation”, in *Studies in comparative International Development*, Winter 2004, Vol. 38, Nº4, Stiglitz, Joseph E. (2002) *Globalization and its discontents*, New York, W. W. Norton, e Stiglitz 2007.

económicas, a privatização de bens públicos, os monopólios de propriedade intelectual, o crescente fosso na distribuição da riqueza mundial⁴⁸, a inacessibilidade ou o reservado acesso às tecnologias de informação e comunicação, ou a direitos humanos fundamentais, ou a manipulação dos organismos internacionais pelas potências mundiais, esconjurando produções do direito internacional (público ou privado), para *à posteriori* afirmar *de fato* a *Realpolitik*, i.e. a posição mais conveniente, seja a nível de política ambiental, comercial, militar ou bélica.

Todos estes factores, que não podem aqui ser aprofundados, não obstante os seus mecanismos operativos e desenlaces históricos, catalisaram um terreno fértil para o emergir de movimentos críticos à globalização não só ao nível de Organizações não Governamentais (ONG), como de próprios Estados inconformados com a hegemonia actual que tem contornos de uma plutocracia internacional que não olha à degradação planetária e à desqualificação da vida humana para atingir os seus fins.

Sendo a maior potência comercial mundial, a UE ao mesmo tempo que é influenciada pelas regras da globalização, também influencia este processo, assumindo hoje um papel de liderança nas iniciativas de liberalização do comércio mundial e subsequentemente um papel proeminente na expansão da agenda hegemónica neoliberal, perpetuando a dependência dos países frágeis em relação aos PD, pese embora a consciencialização de que os problemas são cada vez menos locais e endémicos, aproximando a comunidade global em torno de um consenso ético do que o mundo deveria ser. É neste espírito que em 2000 a UE, juntamente com a comunidade internacional, adoptou a Declaração do Milénio (DM) e em 2005 a Declaração de Paris (DP). Com a DM foi dado novo impulso às questões do Desenvolvimento, com a identificação dos desafios centrais enfrentados pela Humanidade no limiar do novo milénio e com a aprovação dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) pela comunidade internacional, a serem atingidos num prazo de 25 anos. Contudo, é necessário ressaltar que não existe um mecanicismo desenvolvimentista assente numa fórmula simplificadora, porquanto os próprios processos de desenvolvimento não são lineares ou unânimes, nem se concretizam facilmente num horizonte de escassos anos, como os ODM levam a crer. Outrossim, a assumpção de compromissos internacionais deve ser acompanhada de

⁴⁸ Ver, por exemplo, Wade, Robert (2004), “*Is Globalization Reducing Poverty and Inequality?*” in *World Development* Vol. XX, No. X. Na mesma linha é interessante a abordagem de Milton (Milton, Santos (2003), *Por uma outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal*, Rio de Janeiro: Record, 10ª ed.) que estima que a globalização favorece apenas 1/3 da população mundial, enquanto 2/3 ficam de fora.

acções concretas que mostrem o empenhamento necessário para que se ultrapasse as retóricas das declarações de intenções.

A DP foi o produto da consciencialização de uma mudança indispensável de paradigma da APD para que ela se coadune com os ODM. Tal iniciativa sugere, através dos seus princípios orientadores, que a APD deverá ser mais eficaz e eficiente, transparente, coordenada, horizontal e responsável. Os princípios teóricos subjacentes almejam refutar as críticas ao sistema da APD, procurando englobar horizontalmente doadores e recipientes, autonomizando os últimos nas escolhas de *design* desenvolvimentista, simultaneamente aumentando a sua responsabilização política e circunscrevendo as falhas de coordenação e duplicação de esforços denotadas no passado. Apesar do compromisso assumido naquele fórum, a sua tradução tem sido mitigada nos processos e rotinas de programação e de execução dos programas e projectos de desenvolvimento. A discrepância emerge – e isso também se aplica a UE - quando se constata a não alteração dos comportamentos dos países doadores e, em certa medida, dos receptores ao manterem, bastas vezes, uma postura de vassalagem relativamente à ajuda e uma negligência face a condições políticas ou institucionais que são adversas ao desenvolvimento.

O aumento da dimensão económica da UE foi acompanhado da necessidade e vontade desta instituição em se afirmar no plano internacional, dando vazão à sua pretensão imperial, intervindo em domínios como a diplomacia e segurança. Os conflitos que irromperam na Europa do Sudeste na década de 90, na sequência do desmoronamento da Jugoslávia, bem como a luta contra o terrorismo internacional, impeliram os dirigentes da UE a agirem em conjunto para debelar as ameaças transnacionais. Essas circunstâncias explicam o facto da UE dispensar uma importância significativa à problemática da segurança, o que também reflecte a preocupação global de travar as ameaças transfronteiriças principalmente depois dos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 nos EUA. Com o intuito de equacionar as fragilidades securitárias herdadas da ordem mundial sucedânea do fim da Guerra Fria, a Comunidade Europeia desenvolveu em 1999 a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) que inscreve-se na Política Externa e de Segurança Comum (PESC), instituída pelo Tratado de Maastricht que em 1992 instaurou a União Europeia. Esta Instituição, ao entender que a sua segurança não depende unicamente de securizar as suas fronteiras internas, mas também da estabilidade política e

económica dos países ao seu redor, desenvolveu a PEV⁴⁹. Esta política poderá ser uma forma perspicaz de controlar a imigração ilegal se conseguir debelar a causa primordial deste fenómeno que é a inconstância dos países abrangidos, mas pode ser problemática se se concentrar somente em obstar a entrada de imigrantes ilegais na Europa e outras ameaças, criando problemas de monta aos países interpostos como Marrocos, por exemplo.

Ainda no quadro das relações da UE, as Regiões Ultra Periféricas (RUP) – embora constituam parte integrante da UE - gozam nos termos do Tratado de Amesterdão, de um tratamento especial dados as suas condições geográficas e consequente incipiente desenvolvimento económico. Inspirado na PEV, o diálogo entre os países vizinhos das RUP faz-se através da Política Europeia da Grande Vizinhança - PEGV que faz apelo à integração regional das RUP com as suas regiões circundantes. Daí a possível articulação entre o FED e FEDER, Fundo Europeu de Desenvolvimento e Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, respectivamente. A política de Coesão da UE prevê a possibilidade de financiar dentro de 10% da dotação financeira atribuída a projectos de cooperação implementados em Estados terceiros. Neste momento, Cabo Verde faz parte do grupo de países abrangidos pela PEGV e é o país que mais tem beneficiado desta política ou seja do FEDER.

Resumindo, actualmente as grandes dimensões/acções da política externa europeia traduzem-se: i) nas relações económicas com os seus parceiros (que incluem também a cooperação técnico-financeira com os PD), com base na Política Comercial Comum⁵⁰; ii) na cooperação para o desenvolvimento com os PVD e a ajuda

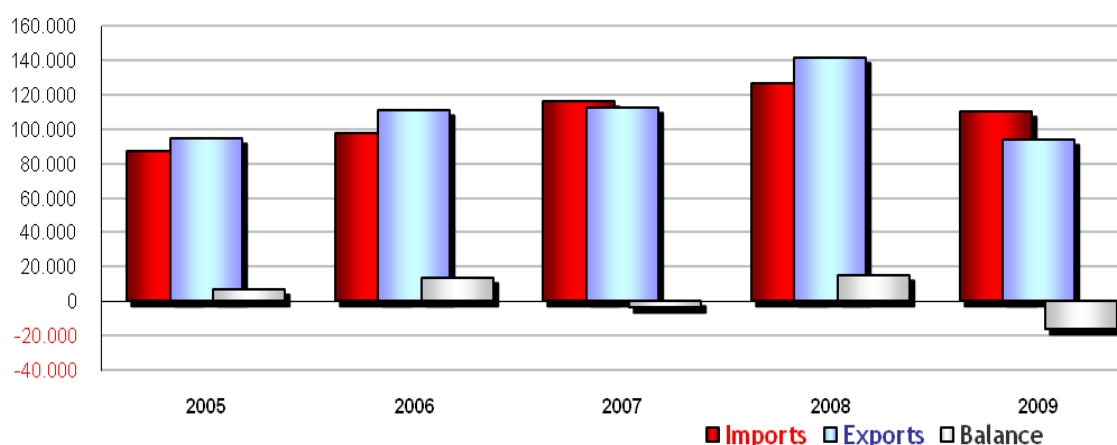
⁴⁹ A Política Europeia de Vizinhança foi encetada em 2003 com o desígnio de tornar mais estreita as relações com os países vizinhos da UE alargada. O objectivo é criar uma cintura securitária pautada por uma relação de paz e cooperação com vista a assegurar a estabilidade e segurança, não só política como económica, dos países mais próximos, o que traduz-se, em termos complementares, em maior assistência comunitária - determinada pela maior ou menor convergência normativa, política e económica com a comunidade, ou seja, do nível da partilha dos valores tidos por comuns - incluindo questões como a gestão das fronteiras, os fluxos migratórios, a luta contra a criminalidade organizada e crimes conexos, entre outros. A Rússia, apesar de ser vizinha da Europa alargada, não faz parte deste processo, sendo o relacionamento com este bloco desenvolvido a partir de uma parceria estratégica, que se afigura igualitária, dada a pujança deste parceiro não só no contexto europeu como mundialmente, apesar das vicissitudes económicas que tem experimentado. No que concerne à assistência financeira, os diversos programas de assistência aos países da PEV (MEDA, TACIS e vários programas temáticos de cooperação) foram substituídos, desde de 1 de Janeiro de 2007, por um instrumento único e abrangente – o Instrumento Europeu de Vizinhança e Parceria - uma manobra para harmonizar os instrumentos de cooperação e controlar os desperdícios, indo ao encontro dos compromissos assumidos na DP.

⁵⁰ É a componente basilar do relacionamento da União Europeia com o exterior. Funciona a dois níveis, complementares entre si. Multilateralmente, no quadro da Organização Mundial do Comércio (OMC), onde a UE tem a

humanitária e iii) na componente securitária desenvolvida pela PCSD. Apesar da UE ter a sua própria agenda, esta não destoa, grosso modo, das actuais tendências mundiais – sendo simultaneamente influenciada e influenciadora - dominadas pelo fenómeno da globalização que tem dominado a convivência internacional, mundializando não só aspectos positivos como negativos.

2. A Parceria África-Europa

Gráfico 1: Trocas Comerciais entre a África e a UE (Milhões de Euros)



Fonte: Base de Dados Online do EUROSTAT

A Parceria entre a África e a UE é uma vertente importante do relacionamento desta organização com os PVD. A UE é o maior parceiro económico da África e o maior doador de APD a este continente⁵¹. A cooperação entre os dois continentes assenta em três pilares fundamentais: o diálogo político, o comércio e a cooperação para o desenvolvimento, sendo o Acordo de Cotonou - AC⁵², assinado em 2000 e

capacidade de influenciar a elaboração das regras que regem o sistema multilateral de comércio internacional e bilateralmente quando negocia os seus próprios acordos bilaterais de comércio com países terceiros ou com regiões.

⁵¹Nos últimos anos, a Ajuda Humanitária (AH) da UE para a África tem rondado os 50% do total da AH disponibilizada por esta instituição. Em 2009 as transacções comerciais entre a África e a “Europa a 27” atingiram os 203.797,4 M€ (36,7% do total dos fluxos comerciais de e para a África), dos quais 110.026,8 M€ (36,1%) e 93.770,6 M€ (37,5%) correspondem, respectivamente, às importações e exportações da África em relação à Europa a 27 (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>, acesso Fevereiro 2011). Juntos, a UE e os seus membros, representam a maior parte da APD dirigida à África. Importa, no entanto, ressaltar que a maior fatia do total da APD europeia não é comunitária, mas sim proveniente do Estados-membros bilateralmente.

⁵² Que foi precedida pelas convenções de Lomé (Lomé I – 1975/80; Lomé II – 1980/85; Lomé III – 1985/90; Lomé IV – 1990/2000, com revisão a meio percurso: Lomé IVbis – 1995/2000) que sucederam as de Yaoundé (I- 1963/1969 e II- 1969/1975).

revisto em 2005, o instrumento jurídico⁵³ que rege, por excelência, o relacionamento entre as duas partes.

No entender de Hurt (2003 p. 161) as convenções de Yaoundé objectivaram essencialmente a continuação das relações pós-coloniais. A primeira Convenção de Lomé foi o primeiro acordo em que se pode dizer que foi negociada em circunstâncias que se assemelha a uma posição “igualitária”, segundo Clapham (1996, p. 99). Inclusive, algumas das reivindicações, fazendo apelo a uma nova ordem económica mundial, foram atendidas pela parte europeia, como é o caso do STABEX⁵⁴. Os anos 70 vivenciaram não só o aumento do preço do petróleo como também de muitos produtos dos PVD (principalmente café, açúcar, chã, fosfato e sementes alimentares existente em quantidade abundante nas ex-colónias da Europa). Essa vantagem das ex-colónias obrigou a Europa a ter interesse em manter o acesso privilegiado aos mencionados produtos. Daí que o arranjo comercial resultante dos referidos acordos foi criticado por representar/escamotear desejos neo-imperialistas da Europa, promovendo a exploração colectiva dos PVD⁵⁵.

As profundas mudanças na ordem económica e política mundial da década de 90 influenciaram grandemente o debate europeu sobre o relacionamento com a África. “O fim da polarização Leste/Oeste, a globalização, a formação de blocos regionais e a crescente disparidade entre os PVD, provocaram uma radical reavaliação das tradicionais relações de cooperação para o desenvolvimento” (Laporte, p.2), pondo a descoberto a ineficácia da APD⁵⁶ e o paradoxo que é ajudar países corruptos e/ou com regimes ditatoriais.

Se nas convenções de Yaoundé e nas de Lomé - apesar de fortes indícios da componente política, como por exemplo a ligação da APD aos direitos humanos, tentada na Lomé II e incluída de facto na Lomé III - a parte europeia fazia questão de não correlacionar esses acordos com questões políticas, a partir de 1990 essa posição

⁵³ A Declaração de Barcelona sobre a parceria euro mediterrânica, a PEV, acordos com organizações regionais e o acordo de parceria estratégica com a África do Sul completam a base jurídica da cooperação com este continente.

⁵⁴ Sistema compensatório para cobrir perdas resultantes das flutuações dos preços ou quantidade dos produtos exportados pelos países do grupo ACP.

⁵⁵ Galtung, J. 1973, *The European Community: a SuperPower in the Making*, London, George Allen and Urwin, *Apud* Gibb 2002.

⁵⁶ As relações de cooperação entre a UE e Estados da ACP também reflectem a tendência internacional no âmbito da cooperação. Pese embora décadas da cooperação, muitos PVD continuam a assistir um processo contrário, ou seja, declínio económico acompanhado de perdas a nível do bem-estar social, estando muitos desses países reféns da dívida e dependência externa, o que levou ao que se convencionou chamar “fadiga” da Ajuda e consequente diminuição da mesma, com excepção dos países nórdicos, apesar dos compromissos assumidos pelos PD da APD atingir os 0.7% dos seus PIB.

começa a esmorecer, abrindo alas para entendimentos genuinamente políticos consagrados na Lomé IV. No Acordo de Cotonou a questão política passa a ser central, com iniludível ênfase para o diálogo político e eficácia na gestão da ajuda. Inextrincavelmente, o aumento do domínio neoliberal, através do processo de globalização⁵⁷ - afectando as orientações políticas da UE - também reflectem esse envolvimento político.

O enfoque dado à redução da pobreza coaduna com as tendências das políticas desenvolvimentistas, como as do BM de mudar de *Programa de Ajustamento Estrutural* para *Estratégia de Redução da Pobreza*. Contudo, a inclusão desta dimensão *per si* não garante o alcançar deste objectivo se não houver um empenhamento claro das duas partes que se deve traduzir não só no empenhamento financeiro da UE correlato aos objectivos almejados, como também na gestão criteriosa dos recursos disponíveis por parte dos receptores.

O AC subscreve manifestamente as tendências que se verificam em outras agências doadoras multilaterais e bilaterais, consubstanciadas nomeadamente em condicionalismos políticos, na incorporação das premissas do Pós-CW/Meta Narrativa⁵⁸, como um novo paradigma de desenvolvimento, e a adopção da DP como forma de tornar mais eficiente a APD e no maior envolvimento de outros actores, para além do Estado, no processo de desenvolvimento.

⁵⁷ Mormente se se ativer a componente ideológica deste fenómeno, mais especificamente, a ideologia dos vencedores da segunda guerra mundial imposta aos demais, que se traduz essencialmente na defesa dos direitos humanos, democracia, paz, liberdade individual, igualdade entre os géneros, protecção da infância, direitos dos trabalhadores, concomitantemente com os dos princípios do Consenso de Washington, assentes no primado do mercado, do Estado mínimo, na desregulação, na privatização, no ênfase à defesa dos direitos de propriedade, no controlo dos gastos do Estado, do défice, da inflação e da dívida pública - consubstanciados através de políticas fiscais e monetárias e na diminuição dos gastos com os programas sociais - sendo o objectivo principal a estabilidade macroeconómica, tida como valor essencial. Para mais detalhe sobre este fenómeno ver proveitosamente: Stiglitz, J. E. (2007), *Tornar a Globalização Eficaz*, Porto, edições ASA; Soros, George (2002), *George Soros On Globalization*, ed. Public Affairs, New York; Santos, Milton (2003), "Por Uma Outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal", ed. Record, Rio de Janeiro; Wade, Robert H. (2004), "Is Globalization reducing Poverty and Inequality?" in *World Development* Vol. XX, No. X, Janeiro 2004 e Conversi (2004).

⁵⁸ Que tentando colmatar as insuficiências do CW coaduna os princípios deste com os do ODM e os Programas Estratégicos de Redução de Pobreza, dando, no entanto, continuidade, ao postulado da abertura ao mercado, mas, pressupondo a ligação com os planos nacionais de redução de pobreza e a política macroeconómica (incluindo o comércio), a gestão pública da despesa e da harmonização da ajuda no sentido de reforçar a boa governação e as supostas boas práticas políticas, enfatizando as instituições e o capital humano. Para mais detalhes ver: Maxwell, Simon (2005) "The Washington Consensus is dead! Long Live the meta-narrative!", London, Overseas Development Institute e Stiglitz, Joseph (1998) "More Instruments and Broader Goals: Moving Toward The Post-Washington Consensus, Helsinki, The 1998 WIDER Annual Lecture.

Embora o discurso político sublinhe reiteradamente a questão da “Parceria” entre África e Europa e o AC enfatizar a igualdade entre as duas partes e a apropriação por cada país da ACP da sua estratégia de desenvolvimento, pressupondo um relacionamento para além daquele entre o doador/receptor, o continente africano não conseguiu, ainda, impor-se como um parceiro igualitário e isso é perceptível tanto nas condicionalidades impostas como nos eixos de cooperação centrados em África e nos problemas do mesmo, numa perspectiva paternalista, salvo algumas excepções como a problemática da segurança, que só recentemente começou a fazer parte, de facto, da agenda conjunta. Outra questão que corrobora o desequilíbrio desta parceria é o facto do AC espelhar em demasiado as recomendações do Livro Verde⁵⁹, deixando claro que os entendimentos fulcrais daquele acordo foram decididos unilateralmente, antes mesmo das negociações entre as duas partes terem começado.

Por outro lado, apesar da imposição das condicionalidades por parte da UE - com tudo o que isso representa em termos de objectividade de análise e poder de discricionariedade tanto na avaliação como na penalização dos incumpridores – e dos compromissos assumidos com a DP, ainda é incipiente a definição de critérios para classificar o desempenho da UE enquanto doador: a sua efectividade, (in)cumprimentos do acordado, a questão da coordenação, coerência política e desempenho burocrático e transparência, para evitar agendas paralelas e padrões duplos.

Nem as novas realidades, coadjuvadas com as constantes mutações nas relações internacionais, permitiram que o relacionamento África/Europa passasse dos moldes clássicos/paradigma pós-colonial, persistindo, com excepção da África de Sul, a relação doadora/receptor, (Cravinho 2007, p.1), com fortes indícios desigualdade, coercibilidade e paternalismo.

⁵⁹ Com a justificativa de querer *revitalizar, abrir novos horizontes e possibilidades de sucesso* nas relações com o grupo ACP, a UE publicou, em 1996, o “Livro Verde sobre as relações entre a União Europeia e os países ACP no limiar do século XXI - Desafios e opções para uma nova parceria”. Neste documento a UE deixou claro que a prioridade deste relacionamento irá assentar na remoção das barreiras comerciais, na estabilidade macroeconómica, na boa governação, e taxas de câmbios realísticos, significando um compromisso iniludível com prescrições políticas que guiou os programas de ajustamento estrutural implementado pelo BM e o FMI, o que acabou sendo as principais novidades do AC em relação ao acordo precedente.

O Artigo 22º do Acordo de Cotonou (AC) reflecte inescapavelmente a hegemonia das ideias neo-liberais⁶⁰ no seio da elite política ao estipular que a ajuda deverá ser dirigida aos Estados que se empenham na promoção do *crescimento macroeconómico, apoiado na estabilização através da disciplina fiscal e política monetária que conduz à redução de inflação e promove o equilíbrio externo e fiscal*. Previsivelmente mudou-se da posição de que o Sul deve ser protegido dos excessos do mercado para poder desenvolver, para a posição de que o Estado deve ser mínimo e o mercado liberalizado (Hurt 2003, p.161). Também a orientação da UE para a eliminação do princípio da não reciprocidade – tendo em atenção a necessidade de se respeitar as regras da OMC⁶¹ – corrobora essa tendência hegemónica que incorpora componentes tanto coercitivos como consensuais. O consenso está presente na ideia do *diálogo*, da *parceria*, e na ideia da apropriação por parte dos ACPianos da sua estratégia de desenvolvimento, bem como na disseminação da ideia da liberalização económica ser o único meio para os países pobres atingirem o desenvolvimento⁶². Os interesses partilhados como a segurança, a luta contra o crime organizado transnacional servem para solidificar a ideia de consenso.

A coerção está patente tanto na apresentação por parte da UE da assinatura dos Acordos de Parceria Económica (APE) como a “única” via para os PVD, bem com na inclusão de cláusulas para suportar os programas de ajustamento estrutural

⁶⁰ Que se traduzem sobretudo na total confiança no capital à escala global, na liberalização económica e financeira, no estado mínimo e no predomínio do mercado, como se tratasse de uma evolução natural das relações internacionais, baseado numa teoria económica universal, racional e optimizada.

⁶¹ Segundo Gibb (2000, p.457) foi a própria UE, indirectamente suportada pelos EUA, que trouxe esta discussão à baila. No entender de Hurt (2003, p.174) apontar a OMC como razão da mudança da política comercial nos termos de Lomé não passa de uma tentativa estratégica da UE de externalizar a responsabilidade das suas políticas, mostrando que não há outra alternativa. O da argumento da UE é falacioso na medida em que parceria uma genuína entre a EU e ACP poderia originar numa aliança poderosa capaz de contornar as regras da OMC - o peso da UE combinado com a pressão que o Grupo ACP pode exercer na OMC é suficiente para influenciar as decisões deste organismo e manter as disposições do Acordo de Lomé sobre as preferências comerciais com o Grupo ACP - embora teoricamente o princípio de reciprocidade, apesar de ser menos vantajoso para os ACPianos, está mais próxima de uma parceria entre pares iguais, de que o princípio da não reciprocidade.

⁶² Para a desmistificação deste argumento ver proveitosamente: Chang H.-J. (2002), “Rompendo o Modelo: Uma Economia política Institucionalista Alternativa à Teoria Neoliberal do Mercado e do Estado” In: *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: Diálogo entre os que Chegaram Depois*, Editora Unesp, São Paulo, p. 99-134; (2002), Chang, H.-J. (2002), *Kicking Away the Ladder: Development Strategy in Historical Perspective*, Londres, Anthem Press, pp. 125-14; (2002); Lal, D. (1985). “Misconceptions of Development Economics”, *Finance & Development*. Nº 22, June, pp. 10-13; Rodrik, D., (2002) “Estratégias de Desenvolvimento para o novo século”, In: *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois*, Editora Unesp, São Paulo, pp. 43-76; Stiglitz, J. (1996), “Some Lessons from the East Asian Miracle”, *World Bank Research Observer*, Vol. 11, 2 (Agosto), pp. 151-77; Strange, S. (1998) *Mad Money*, Manchester University Press, Manchester.

impostas pelo BM e FMI e imposição de condicionalidades políticas na APD que foram sistematicamente rejeitadas nos acordos anteriores⁶³. Esta coerção é facilitada sobretudo por causa da fragilidade tecno-negocial dos países do grupo ACP, espelhada tanto na preparação do dossier como no resultado final. A assimetria negocial é uma constante na conclusão de acordos entre o Norte e o Sul, onde este tem menor capacidade de promover os seus objectivos e interesses no exterior. Essa assimetria é bem patente no relacionamento ACP/UE, onde o consenso normativo europeu deixa pouco espaço para concessões.

Também, o artigo 67º ponto 4 do AC manifesta a intenção da UE em perfilhar as tendências internacionais, ao destacar a necessidade de coordenação com outros actores internacionais, indo de encontro à DP.

Apesar das conhecidas potencialidades da África e de alguns casos de sucesso que têm insuflado a presença da China, EUA, Brasil e Índia neste continente, ainda persistem problemas estruturais – carência de infra-estruturas, instabilidade política, fraco desenvolvimento institucional, graves problemas de saúde e educação, incipiente comércio intra-continental e consequentes Estados colapsados - que faz perigar o relacionamento deste continente com o resto do Mundo e consequentemente com a Europa. Tentando acompanhar os impulsos das novas investidas em África, a Cimeira de Lisboa de 2007 aprovou uma *Estratégia Conjunta*, cujo objectivo foi lançar um novo quadro de relacionamento que pretende ser uma parceria madura entre iguais, que deve permitir as duas partes trabalhar em assuntos de interesse comum. Porém, nenhuma das condições que fazem desta Parceria um relacionamento entre pares desiguais, acima referidas, desapareceu⁶⁴ com esta Cimeira. Não se refere obviamente à igualdade de recursos, oportunidades, poderes ou capacidades, pois estes são notoriamente dissemelhantes.

Apesar das suas insuficiências, o AC é ambicioso e com vontade política dos dois lados muito pode fazer em prol da hercúlea tarefa de promover o desenvolvimento sustentável dos países da ACP, que requer estratégias apropriadas, coerência política por parte da UE, genuíno empenho dos países envolvidos neste processo e incremento das capacidades da UE em todas as frentes, sobretudo consolidação das suas próprias instituições. Por conseguinte, o maior desafio da

⁶³ Hurt (2003, p.163) vê, também, o policiamento do AC por na parte da UE como sinal da coerção.

⁶⁴ De ressaltar que a hegemonia europeia é reforçada na revisão do Acordo Cotonou em 2005, com a introdução de condicionalidades respeitantes à não proliferação de Armas de Destruição Massiva – que passaram a ser “elementos essenciais” – e questões ligados ao terrorismo e apoio ao Tribunal Penal Internacional (Keukelaire e MacNaughtan, 291).

parceria África/UE, mais do que suprir as fraquezas do AC, consiste em pôr em prática o que foi acordado não só neste acordo, como também nos subsequentes compromissos assumidos na Cimeira de Lisboa, deixando sempre lugar para a flexibilidade e participação dos actores não oficiais. Também é preciso ter em apreço que (...) *níveis mais elevados de eficácia implicam a flexibilidade das regras e dos procedimentos que são excessivamente pesados e complexos; a reforma dos ciclos dos projectos que são morosos, demasiadamente burocratizados que engendram a dramática situação de recursos impossíveis de serem utilizados em tempo útil; os elevados custos de transacção, da assistência técnica e dos equipamentos constituem igualmente outros tantos óbices e factores de mitigação dos resultados e de ineficácia* (Borges 2007, p.284).

Igualmente, deve-se ter em devida conta o que Christopher Hill (pp.303-328) reputa de *capabilities/expectation gap*, que traz à baila a questão das capacidades da UE - que não são ilimitadas⁶⁵, embora haja lugar para mais e melhor cooperação com países desfavorecidos - e as expectativas, tanto internamente como da comunidade internacional, que podem facilmente ser defraudadas, tanto por diminuto empenhamento da União, como por pouco esforço da outra parte, sobretudo quando aquelas são excessivamente elevadas. O sucesso desta parceria depende outrossim do próprio conhecimento dos Estados-membros da ACP dos instrumentos de cooperação da UE no que concerne aos objectivos da Cooperação ACP/UE.

Por outro lado, África só conseguirá ser um verdadeiro Parceiro dos grandes actores internacionais quando for capaz de equacionar os seus próprios problemas, tendo uma União Africana forte e capaz de apontar soluções para problemas com os conflitos que assolam a região e fazem gorar qualquer projecto construção/reconstrução. É preciso que África, através das suas potencialidades económicas e diplomáticas mostre efectivamente detê-las. Paralelamente, o diálogo Europa-África, para respeitar a questão da apropriação por parte dos africanos da sua estratégia de desenvolvimento, deverá desenvolver-se de forma complementar aos processos da UA e NEPAD, proporcionando-lhes apoio político e diplomático e asseverando o reforço financeiro adequado para o seu desenvolvimento. A obtenção de bons resultados impõe que se passe da retórica para as boas práticas e o

⁶⁵ Sobretudo se se ativer as *necessidades de recursos humanos, sistemas e procedimentos de gestão descentralizantes e mecanismos de controlo de qualidade*.

empenhamento das duas partes, que deverá ser reflexo de um diálogo inclusivo, envolvendo os vários intervenientes⁶⁶.

3. Acordos de Parceria Económica entre UE-África no Quadro do Acordo de Cotonou

Existem receios de que a liberalização do comércio e do investimento, através da redução gradual das barreiras comerciais entre os dois blocos económicos aumente ainda mais o fosso entre os dois e vá, provavelmente, destruir o pouco desenvolvimento que alguns países ACP conseguiram alcançar ao longo dos últimos anos.

Aliyu Modibo, Ministro do Comércio e Indústria da Nigéria, 2006⁶⁷

Este tipo de liberalização comercial entre parceiros desiguais tem provado historicamente ser uma ferramenta ineficaz para o desenvolvimento, revelando-se mesmo contraproducente. Este tipo de política de liberalização do comércio pode inibir a capacidade dos nossos países para reduzirem a pobreza e garantir um desenvolvimento sustentável.

Ato Girna Birru, ministro do Comércio e Indústria da Etiópia, 2006⁶⁸

Inoperância, inactividade, mas sempre uma catadupa de declarações de fé no papel de integração económica regional. Quando o processo de globalização segue imparável e, curiosamente, associa (ou concilia) o aprofundamento do regionalismo económico num contexto de liberalização e multilateralismo de acordo com as imposições da OMC, África não tem conseguido dinamizar e aproveitar o movimento de regionalização económico em seu favor.

Ennes Ferreira 2005

Os APE entre a África e a UE⁶⁹ devem ser analisados dentro do contexto da liberalização dos fluxos económicos que vêm atravessando toda a economia mundial

⁶⁶ Porém não basta afirmar que os outros intervenientes, além do Estado, deverão participar no processo de desenvolvimento, é necessário que se intensifiquem os esforços da mobilização de meios financeiros e desenvolvimento de modalidades práticas de trabalho que permitam uma efectiva participação dos referidos actores não institucionais.

⁶⁷ Extracto da comunicação de uma conferência de alto nível sobre as relações comerciais entre ACP-UE, realizada em Outubro de 2006, citado por Santos e Caetano (2009 p.4).

⁶⁸ *Op. cit. Ibidem.*

⁶⁹ O fim das disposições de Lomé sobre as relações comerciais pressupõe uma mudança radical no paradigma relacional entre as duas partes, traduzida na assinatura de APE entre o grupo ACP, dividido em PMA e PVD. Os PMA continuam a beneficiar da não reciprocidade enquanto os PVD que não queiram assinar o APE, em regime de reciprocidade, não tem outra escolha senão ficarem membros do Sistema Generalizado de Preferências - SGP da UE, que é muito menos vantajoso que o sistema de Lomé ou poderá ainda haver acordos alternativos, cuja natureza ainda não está bem esclarecida. Essas alterações/imposições por si só derrubam a ideia de uma verdadeira parceria entre as partes, embora teoricamente a reciprocidade pressupor mais igualdade. A CE, para justificar o fim não reciprocidade,

ao longo das últimas décadas, servindo os desígnios dos defensores do neoliberalismo. O objectivo principal desses acordos, de acordo com os seus defensores, é a erradicação da pobreza e integração dos ACPianos na economia mundial tendo em atenção as vantagens da integração Norte-Sul. No entender de Meyn, (2004, p.4), aqueles levam ao embaratecimento de inputs e de bens de consumo de tecnologia de ponta que estimula a diversificação económica e leva à optimização do factor alocação. Contudo, os APE só serão economicamente viáveis se o efeito de produção de comércio cobrir o efeito de desvio de comércio⁷⁰. Boconni *et al* (2005, p. 12) reconhecem que, embora seja cedo para se fazer asserções sobre o impacto desses APE, teoricamente é translúcido que os mesmos podem reduzir significativamente o bem-estar se o parceiro do bloco não for um produtor eficiente.

A integração económica tem-se constituído num paradigma de harmonização de políticas sectoriais e temáticas e na aceleração do comércio intra-regional e com o resto do mundo, onde o factor limitativo, *inter alia*, é o nível do desenvolvimento comercial antes da integração, que é o que determina o aceleração ou não do desenvolvimento dos Estados-membros. Esta premissa remete para o primeiro problema dos referidos APE: perdas brutais⁷¹ de receitas aduaneiras para os países africanos, que dificilmente serão compensadas a curto prazo, traduzindo-se num esforço demasiado elevado para economias fragilizadas. Por outro lado o comércio entre países da mesma região africana ou mesmo intra-continental é diminuto, o que

reconhece que o acordo preferencial não galvanizou a diversificação e aumento da exportação e consequente integração do grupo ACP no comércio mundial, pelo contrário, em muitos casos, houve até uma deterioração da posição de muitos países, que não só não conseguiram manter a sua quota no mercado europeu com perderam parte dela. As exportações da ACP diminuíram de 6.7% em 1976 para 2.8% em 1994. Esse declínio pode ser, no entanto, explicado tanto por causa do declínio relativo das preferências comerciais de Lomé, como pelo facto da UE ter multiplicado os seus acordos comerciais com outras partes do mundo (Hurt p. 165). A alteração dos termos comerciais da convenção de Lomé não é alheia ao comércio triangular Europa, ACP e o resto do mundo, colidindo interesses múltiplos, incluso dos EUA que tem grande influência na OMC. Esses APE podem ter implicações positivas no processo de integração africana em processo se conseguir fazer avançar processos há muito encravados ou negativas caso bloqueiem processos avançados ao juntar regiões com discrepantes graus de integração.

⁷⁰Criação de comércio é a “substituição, devido a união de consumo de produtos internos de mais elevado custo por produtos de mais baixo custo oriundos de outros país agora parceiro”. A criação de comércio leva a especialização produtiva, pois a produção interna de bens similares é reduzida, o que induz a um aumento de consumo devido a redução de preços, induzindo, por sua vez, o aumento de consumo devido à redução de preços. Há concomitantemente dois efeitos: o efeito-produção e o efeito-consumo. O desvio de comércio sucede quando um determinado país, mercê da sua adesão ao espaço integrado, vê-se forçado a adquirir de outras áreas de mais elevado custo. Neste caso a substituição da origem das importações provoca um acréscimo no custo dos bens e a consequente perda de poder de compra e de bem-estar do consumidor (Medeiros 1998, p. 26).

⁷¹ Dado ao peso do comércio UE-africa em relação a percentagem total dos fluxos comerciais da África (ver o quadro anexo nº1).

não estimula o avanço da integração intra-regional, que é determinante para a integração com a UE⁷². A título de exemplo o comércio África Ocidental/UE representa 40% do comércio total UE-ACP enquanto o comércio inter-regional na África Ocidental é de 12% (Ferreira *et al* 2006, p.21).

A história dos projectos de integração económica dentro do grupo ACP, sobretudo em África, tem sido de insucesso, tanto na promoção de uma verdadeira integração como na instigação do desenvolvimento. Watts (*apud* Hurt 2000)⁷³ sugere que este fracasso pode ser explicado sobretudo pelo facto do mercado para produtos primários ser pequeno e o comércio regional ser incapaz de suprir as necessidades de importação. Pode-se acrescentar ainda àquelas causas a falta de competência institucional e a instabilidade política que grassam esta região. As dificuldades dos países africanos também se fazem sentir na capacidade de negociação, de coordenação, de produção e de gestão, que constituem barreiras nas negociações com a UE e determinam o resultado final das mesmas. Inclusive a África do Sul, com o nível de desenvolvimento que goza, deparou-se com inúmeras complicações na negociação do APE com a UE. Dificuldades acrescidas terão os países mais desfavorecidos, sendo esta uma das razões do não cumprimento do prazo estipulado (2008)⁷⁴ para assinatura de todos os APE previsto entre a UE e o grupo ACP.

A complexidade da negociação dos APE⁷⁵ implica que uma preparação descuidada do dossier leve a resultados bastante negativos para a África que, *per se*, tem dificuldades de monta. Também os grupos de Estados formados para negociar os APE, com base na proposta europeia, constituem em si um problema, na medida em que não traduzem a morfologia das organizações regionais africanas (Hurt 2003

⁷² Para a maximização dos resultados, antes da assinatura de APE com a Europa os grupos regionais existentes deveriam ter determinado nível de integração regional, como por exemplo já haver união aduaneira ou preferencialmente ser área de comércio livre, o que não reflecte a realidade das organizações regionais africanas (Hurt 2003, p.169).

⁷³ WATTS, Patrick (1998), Losing Lomé: The Potential Impact of the Commission Guidelines on the ACP Non-Least Developed Countries, *Review of African Political Economy*, 25 (75).

⁷⁴ A 1 de Janeiro de 2008, apenas tinha sido efectivamente assinado um APE global com os estados CARIFORUM - fórum dos Estados ACP nas Caraíbas, o que reflecte a dificuldade na negociação desses acordos.

⁷⁵ Englobam não só a circulação das mercadorias mas estendem também a sua acção a assuntos tão diversos como o comércio de serviços, os controlos nas alfândegas e as barreiras técnicas, as medidas de facilitação do comércio, as medidas sanitárias e fitossanitárias, a cooperação na agricultura e pesca, os movimentos de capitais, a política de concorrência, os direitos de propriedade intelectual, os contratos públicos, os assuntos de natureza ambiental e social e o acesso aos fundos de apoio ao desenvolvimento.

p.173) e escamoteiam grandes discrepâncias⁷⁶ entre os países, desrespeitando os condicionalismos económicos, sociais e ambientais específicos de cada país, bem como as suas capacidades de adaptar e de ajustar as respectivas economias ao novo contexto comercial. Igualmente o potencial da cooperação regional entre as sub-regiões da ACP fica seriamente comprometido por causa da reciprocidade, uma vez que melhora exponencialmente as possibilidades de exportação da UE, podendo exaurir ainda mais as economias desta região ao invés de promover a integração regional, embora seja válido o argumento de que a criação de áreas de comércio livre possa obrigar a um esforço maior destas economias, acelerando as reformas essenciais para a atracção do IDE.

No que concerne a Cabo Verde⁷⁷, dada principalmente a sua reduzida dimensão, insularidade, dispersão territorial e estrutura comercial com a UE - que dificulta as potencialidades das empresas nacionais, possibilitando às empresas europeias apropriar, maioritariamente ou exclusivamente, das margens tarifárias - agravadas pela dependência das importações europeias, leva a que dentro do grupo da CEDEAO o mesmo seja o grande perdedor com a assinatura de um APE conjunto, embora, por outro lado, a pressão concorrencial e o incitamento à inovação possam favorecer o aumento da produtividade e consequentemente o crescimento da economia. A abertura ao mercado europeu também pode acarretar um aumento do IDE⁷⁸ com tudo de positivo e negativo que isso acarreta. Do ponto de vista da UE, os fluxos de comércio com Cabo Verde, pese embora a dependência comercial do país em relação a esta organização, não constituem, em termos relativos, um grande factor de estímulo a assinatura de um APE bilateral. Daí ser mais atractivo um acordo no seio da CEDEAO.

⁷⁶ Também há o caso de um PMA ter um regime diferente de todos os países da sua região que por serem PVD deverão ter um APE com a UE, com a agravante do enviesamento da “categorização” dos países que não leva em conta variáveis determinados pertinentes.

⁷⁷ Para um estudo alargado e integrado do impacto do APE para Cabo Verde ver Ferreira *et al* 2005.

⁷⁸ Se se quiser transpor essa assertiva para África no seu todo deve-se ter em conta que o IDE em países africanos é ainda marginal relativamente às outras regiões do mundo, devido às condições de sustentabilidade, de estabilidade e de infra-estruturas ainda inexistentes em vastas regiões do continente.

Daí que a liberalização do acesso aos mercados só contribuirá para o desenvolvimento da África “se for complementada por outras políticas comunitárias que também o favoreçam e por um conjunto mais alargado de medidas como o aumento do investimento directo nesses países, uma redução efectiva da dívida, acesso à informação e às redes mundiais, medidas de promoção do emprego e do sector privado” (Ferreira *et al* 2005 p. 21).

Quadro 1

| Conta do Estado: Ano 2005 | |
|--|-----------------------|
| Rubrica Orçamental | Valor (ECV) |
| Receitas Correntes do Estado | 20 806 080 240 |
| Receitas Fiscais | 18 543 236 052 |
| Direitos de Importação | 4 231 321 911 |
| Imposto Sobre valor Acrescentado – IVA | 6 551 893 293 |
| Imposto de Consumo Especial – ICE | 818 986 369 |
| Taxa comunitária – CEDEAO | 155 834 043 |
| Despesa Global de funcionamento do Estado | 19 246 090 885 |
| Fonte: Elaboração própria com os dados Ferreira <i>et al</i> 2006 | |

O estudo realizado em Ferreira *et al* (2006 p.62) revela, com base no quadro supra e atendendo a que em 2005 as importações a partir do espaço UE representaram 78,7% do total: (i) Os direitos de importação cobrados na totalidade – 4 231 321 911 ECV, significaram 20,4% das Receitas Correntes do Estado, 22,9% das Receitas Fiscais e financiaram a Despesa Global de Funcionamento em 22%; (ii) Os direitos aduaneiros cobrados nas trocas com a UE – 3 330 050 343 ECV significaram 16% das Receitas Correntes, 18% das Receitas Fiscais e 17,3% da Despesa Global de Funcionamento. Esses dados revelam que, dado o peso significativo das pautas aduaneiras e das importações da UE para as Contas do Estado, a abolição de direitos aduaneiros, mesmo que gradual, nas trocas Cabo Verde - UE, implica inevitavelmente um primeiro impacto negativo nas receitas do Estado, exacerbando, por conseguinte, o seu défice.

CAPÍTULO III

PARCERIA ESPECIAL CABO VERDE/UNIÃO EUROPEIA

1. As Relações CV/UE: Um Breve Historial

O relacionamento entre Cabo Verde e a Europa tem raízes seculares, remontando aos primórdios dos descobrimentos e o povoamento das ilhas no séc. XV. Desde então essa relação tem sido ininterrupta, alicerçada por transacções comerciais⁷⁹, relações humanas e afinidades culturais. A institucionalização política deste relacionamento estreou-se com a Convenção de Lomé I⁸⁰ a que o Arquipélago aderiu dois anos após a sua independência, em 1977, e as posteriores Convenções de Lomé e o Acordo de Cotonou⁸¹ em vigor, constituindo a UE um dos principais parceiros do país, sobretudo se se agregar a vertente bilateral⁸² à multilateral⁸³. No âmbito das Convenções de Lomé - cujo substrato foi a melhoria das condições de vida

⁷⁹ No cômputo geral a UE representa mais de 70% do comércio total de Cabo Verde. O sector piscícola é o mais forte (46% do total exportado), seguido pelo sector têxtil - vestuário e calçado – que representam 34% do mesmo fluxo, o que significa que este país foge dos contornos tradicionais do comércio Norte-Sul, onde os PVD exportam essencialmente bens primários para os PD (Silva 2008 p. 50). É interessante verificar ainda que, não obstante Cabo Verde não ter experienciado uma revolução industrial, o sector dos serviços é o mais expressivo, como acontece nos Estados pós-industriais.

⁸⁰ Nesta altura deu-se prioridade ao domínio da reflorestação, protecção e valorização dos recursos hídricos e dos solos.

⁸¹ A cooperação entre as duas partes fora dos trâmites de Lomé e Cotonou começou em 1990, com a celebração de um Acordo de Pescas, a que se seguiram quatro protocolos. À luz deste acordo prevê-se uma ajuda compensatória a Cabo Verde como contrapartida da sua abertura aos navios de pesca comunitários, sobretudo para a pesca de atum. Sobre os efeitos perversos dos acordos de pesca da UE com os Estados africanos ver: Kaczynski, Vlad M. e Fluharty, David L. (2002), “European Policies in West Africa: Who Benefits from Fisheries Agreement?”, School of Marine Affairs, College of Ocean and Fisheries Sciences, University of Washington, acessível online: <http://www.sciencedirect.com/science/article/B6VCD-44MYX3J-1/2/a2c25ff682cdf255ad0ceb6cd8e6e53e>. No âmbito do AC é assinado quinquenalmente um documento estratégico de cooperação. Enquadrados na PE foram assinados em 2007 um Plano de Acção e o Acordo/Declaração sobre a Parceria para a Mobilidade entre a UE e Cabo Verde em 2008.

⁸² Cabo Verde tem profícuas relações de cooperação com inúmeros Estados europeus, nomeadamente: Alemanha, Áustria, Espanha, França, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, tanto ao nível central como através de diversos acordos de geminações. A ligação com estes Estados constitui um factor de aproximação e aprofundamento das relações entre as duas partes.

⁸³ Lomé I- cerca de 4M€; Lomé II – 37,5 M€ ; Lomé III – 46,7 M€ ; Lomé IV – 53, 1 M€ e Lomé IV bis – 53, 2 M€, Cotonou 2000-2007 – 32M€ e Cotonou revisto 2007-2013 51M€. Para Lomé IV bis e Acordo de Cotonou os dados são provisórios. No cômputo geral cerca de 55% da APD dirigida a Cabo Verde provém do espaço Comunitário (*Cape Vert – Communauté Européenne, Document Stratégie de Coopération pour la période 2001 – 2007, appendice 3 e Costa 2009, pp.181*).

das populações - as acções de cooperação com Cabo Verde incidiram essencialmente nos sectores agrícola, educativo, de saúde e do saneamento básico, da água e das infra-estruturas de transportes e comunicações, bem como do reforço das capacidades institucionais. Com a assinatura do AC⁸⁴, quando as atenções da cooperação internacional estavam voltadas para a redução da pobreza, a Europa tentou delimitar as suas intervenções, orientando-as para as seguintes áreas: apoio às políticas macroeconómicas, transportes, segurança alimentar, desenvolvimento rural, reforço das capacidades institucionais (boa gestão dos negócios públicos e garantia do Estado de direito) e sectores sociais como saúde e educação. Concomitantemente, a UE faz um apelo claro a uma maior integração de Cabo Verde na sua sub-região com a justificativa de que a mesma galvaniza a ligação entre o comércio e o desenvolvimento.

Recentemente, a partir de 2005, juntamente com a Holanda, e na sequência da graduação de Cabo Verde para o grupo dos PRM – Países de Rendimento Médio, a UE aderiu à modalidade da ajuda orçamental directa. Dos 51 M€ alocados, através desta modalidade de ajuda, ao abrigo da cooperação UE/Cabo Verde 2008/2013 (ver quadro nº 11 do anexo), 32,6 M€ são destinados à promoção de reformas macroeconómicas e de finanças públicas, (nos termos do Artigo 22º do Acordo de Cotonou supra mencionado), demonstrando que tal como a parceria UE/ACP e consequentemente UE/África, a relação entre Cabo Verde e a UE também confirma a hegemonia dos preceitos neoliberais⁸⁵. Também, decorrente das disposições do Acordo de Cotonou (AC), a condicionalidade política⁸⁶ está reflectida no acordo de cooperação vigente entre os dois parceiros e concludentemente nos sectores de concentração da ajuda europeia ao país (visível na importância concedida à questão

⁸⁴ Que engloba as seguintes dimensões: dimensão política (diálogo político, manutenção da paz, prevenção de conflitos e respeito pelos direitos humanos); promoção de abordagens participativas (incluindo outros parceiros além do Estado: Organizações não Governamentais - ONG, Sociedade Civil); estratégias de desenvolvimentos e de concentração na redução da pobreza; estabelecimento de um novo quadro de cooperação económica e comercial e reforma da cooperação financeira.

⁸⁵ As prioridades de Cabo Verde explanadas nos documentos programáticos em vigor, nomeadamente o Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza (DECRP) e o Programa do Governo para a legislatura 2006 - 2011 confirmam esta hegemonia quando explicitam que a estratégia de desenvolvimento do país passa pela manutenção do equilíbrio macroeconómico para garantir a estabilidade dos preços e de rendimentos, a credibilidade no exterior, a confiança dos investidores privados, a competitividade da economia e a adopção de uma política orçamental e fiscal que permite reduzir o défice público e consolidar a convertibilidade do escudo cabo-verdiano.

⁸⁶ A UE condiciona a manutenção da cooperação ao respeito pelos princípios democráticos e o Estado de direito, o respeito pelos direitos humanos, que são considerados elementos essenciais da parceria UE/ACP no AC (artigo 9º).

da boa governação e no diálogo político baseado nos termos do artigo 9º Cotonou abaixo explicitado), representado o elemento coercitivo desta parceria.

Resultado das boas relações económicas com Portugal⁸⁷ e a crescente importância do Euro como moeda de troca internacional, o Governo de Cabo Verde optou pela convertibilidade do escudo cabo-verdiano em relação ao euro, em regime de câmbios fixos, garantindo maior confiança ao IDE. Nos últimos anos as autoridades cabo-verdianas e europeias encetaram diligências, cujo objectivo é elevar as suas relações a um novo patamar, ou seja ultrapassar a tradicional relação doador/receptor, tendo desembocado naquilo que é comumente designado por “Parceria Especial”.

2. O Que é a Parceria Especial CV/UE?

Em Outubro de 2007, após saturadas negociações, a Comunicação da Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento sobre o Futuro das Relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde⁸⁸, prenuncia uma grande metamorfose naquela que não tem passado de uma tradicional relação doador/beneficiário. A aprovação desta Comunicação pelo Conselho de Assuntos Gerais e Relações Exteriores (CAGRE) da UE abriu definitivamente uma avenida de oportunidades no desenvolvimento desta parceria. O quadro matricial do relacionamento, todavia, continua a ser o AC, tendo a Comunicação frisado que o mesmo deverá permanecer, porquanto a PE⁸⁹ constitui um complemento e não deve, de forma alguma, substituir as relações de base existentes. Este pormenor, que parece uma minudência, revela-se de grande relevância pois, por si só, delimita o que poderão vir a ser os contornos deste relacionamento. A subordinação ao AC - que é fortemente baseado no consenso normativo europeu e no desequilíbrio de várias ordens entre as duas partes signatárias – condiciona sobremaneira o erigir de uma parceria que se quer que sobrepuje a ligação doador/receptor. As acções concretas de cooperação entre as

⁸⁷ Resultado de um acordo de cooperação cambial com Portugal que garantia a convertibilidade a uma paridade fixa em escudos portugueses e que criava igualmente uma linha de crédito com a finalidade de reforçar as reservas cambiais de Cabo Verde, a moeda cabo-verdiana esteve, desde meados de 1998 e até à criação do euro, indexada ao escudo português.

⁸⁸ Doravante designada somente por Comunicação.

⁸⁹ Refere-se, portando, ao processo da construção de uma parceria que se pretende *sui generis* entre Cabo Verde e a UE, que está no seu prelúdio e não um produto acabado, pois não existe nenhum acordo de PE assinado entre as duas entidades, mas sim uma comunicação de uma instituição europeia para outra, sobre o desenvolvimento desta parceria.

duas partes continuam a ser desenvolvidas através de um Programa Estratégico de Cooperação e do Programa Indicativo Nacional, com a duração de 5 anos, os quais definem os programas a serem levados a cabo, pesem embora alguns ajustes no mecanismo de financiamento⁹⁰ e a existência de um *Plano de Acção* que norteie as acções a serem acordadas.

As autoridades cabo-verdianas situam o ano de 2002 como o prelúdio das negociações para o aprofundamento das relações com a UE. Porém, foi em 2006 que a conjugação do Considerando G com o ponto 7 da Resolução do Parlamento Europeu sobre a PEV⁹¹ - de 19 de Janeiro de 2006 - forneceu o suporte jurídico para a efectivação de uma maior aproximação. A questão da mudança do paradigma relacional entre Cabo Verde e a UE foi trazido à baila pelo professor Adriano Moreira e pelo ex-presidente da República portuguesa Mário Soares que, em 2005, propuseram a adesão de Cabo Verde à UE, criando celeuma na sociedade cabo-verdiana, tendo sido esgrimidos argumentos a favor e contra essa hipotética possibilidade.

Em 2007 foi assinado um Plano de Acção entre a UE e Cabo Verde, com uma duração indeterminada e revista periodicamente. A mesma assenta em 6 pilares, a saber: (1) Boa Governação; (2) Segurança e Estabilidade; (3) Integração Regional; (4) Transformação e Modernização; (5) Sociedade do Conhecimento e da Informação e (6) Luta contra a Pobreza e Desenvolvimento. Esses pilares, apesar de em essência não se afastarem muito das áreas de cooperação contempladas no AC, trazem algo de novo à cooperação entre as duas partes, sobretudo no domínio da segurança e convergência normativa, assemelhando-se aos Planos de Acção dos países integrantes da PEV, embora não atingindo o alcance dos mesmos, abrindo caminho para um entendimento verdadeiramente *sui generis* no âmbito das relações externas da UE.

⁹⁰ O FED continua a ser o instrumento privilegiado da PE que recorre igualmente a outros instrumentos tais como empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI), o FEDER (o que constitui uma novidade) no âmbito da cooperação com as RUP, as linhas temáticas e outras linhas orçamentais geridas pela Comissão e a Parceria UE/África para as infra-estruturas. Os Estados-membros da União Europeia também contribuem para o financiamento do supra mencionado Plano de Acção.

⁹¹ “Considerando a existência, sob a forma de ilhas situadas no Oceano Atlântico, de determinado numero de regiões insulares da EU ultra periféricas que, todavia, se encontram ligadas ao continente europeu, o que suscita problemas específicos no quadro da PEV, uma vez que também essas ilhas têm, na sua proximidade, vizinhos, sob a forma de ilhas que não pertencem à UE com os quais partilham laços históricos comuns (...) (...) insta a comissão a propor e a desenvolver políticas específicas que visam tornar extensiva, quanto possível, a política de vizinhança aos Estados insulares do Atlântico vizinho de regiões ultraperiféricas adjacentes ao continente europeu, quando possam relevar questões particulares de proximidade geográfica, de afinidade cultural e histórica e de segurança mútua.”

Entretanto, apesar dos compromissos assumidos na Declaração de Paris da necessidade/relevância da questão da abordagem participativa e da apropriação por parte dos PVD, esses seis pilares de cooperação constam do anexo da supra referida *Comunicação* como as áreas de abrangência do novo relacionamento entre a UE e Cabo Verde, balizando as autoridades cabo-verdianas a propor acções de cooperação que gravitam à volta desses domínios, melindrando a tão propalada ideia de “parceria.”

Também o *...enorme secretismo em torno do dossier PE e a ausência de um debate político, alargado e democrático, ao nível de partidos políticos e organizações da sociedade civil, porquanto não foram mobilizados os instrumentos de consulta popular e referendários necessários para a socialização global da PE e identificação da posição dos cabo-verdianos* (Costa, 2009, p.245), logra o espírito de Cotonou que faz apelo a um maior envolvimento de outros actores, para além do Estado, no processo de desenvolvimento. Segundo este autor, esse secretismo não se deveu a uma excessiva especialização técnica do dossier, mas sim a uma presumível antinomia entre os múltiplos espaços de integração regional e cooperação a que o arquipélago se encontra inserido, que poderia obstaculizar o processo em curso (Costa, *op. cit, ibid*).

Dada as suas particularidades, a PE pressupõe as seguintes abordagens: (a) política – reforça o diálogo político; (b) de complementaridade – constitui um quadro de reforço das acções tradicionais; (c) progressiva – o plano de acção não é estático, mas sim sujeito à evolução, caso as duas partes assim o entendam; (d) baseada nos princípios da boa governação – valores partilhados; (e) da integração regional numa perspectiva dupla: maior aproximação às RUP e ao resto da Europa, intensificando simultaneamente o diálogo com a sub-região no âmbito da CEDEAO e (f) de convergência em matéria de normas e padrões europeus – para facilitar a aproximação progressiva à UE e às RUP, em particular. Essas abordagens, uma combinação de normas antigas e outras novas e/ou renovadas, ao mesmo tempo que contribuem para tornar mais peculiar essa cooperação, reforçam a hegemonia europeia ao enfatizar não só o diálogo político, mas também a convergência com as normas e padrões europeus.

Pelo facto de requerer novas exigências e postura por ambas as partes, a PE obrigou a um esforço maior das autoridades cabo-verdianas no tratamento do dossier. Neste momento, este é tratado por um departamento criado para o efeito que é a “Secretaria Executiva”, por sua vez coadjuvado por outros grupos de trabalho.

Também foi instituída a “Troika” Ministerial Cabo Verde/UE, o que demonstra o empenhamento da última (i.e. UE), em aumentar o diálogo político e da cooperação com as Ilhas, embora não se possa dizer que este dossier tenha alguma vez estado no centro da agenda política europeia.

Não obstante ser um apêndice do AC⁹², a PE veio trazer novo alento às relações de cooperação entre as duas entidades focando, pela primeira vez, interesses partilhados pelas duas partes. É neste espírito que se avançou com o projecto da “Parceria para a Mobilidade”. Indubitavelmente, qualquer arranjo que permita tornar mais seguras as fronteiras de um Estado, deve granjear simpatia tanto dos governantes como de todos os cidadãos. Contudo, este projecto só será benéfico para Cabo Verde se conseguir efectivamente aumentar a segurança fronteiriça deste país. O mesmo é especialmente importante para a Europa porque lhe permite, senão erradicar, pelo menos amainar as ameaças⁹³ dirigidas à Europa via Cabo Verde. O desafio é manter esses perigos longe do país, ao invés de somente impedir a sua entrada na Europa, tendo em conta que, na esteira da análise que Boswell (*apud* Sabiote 2008)⁹⁴ faz da relação Marrocos/UE, o relacionamento entre a UE e seus membros e Cabo Verde no campo da migração irregular é claramente assimétrica, o que pode permitir àquela instituição externalizar as suas normas de migração e controlar países terceiros. Essa assimetria no caso de Marrocos levou, segundo Sabiote (2008, p. 6), a que o país, por causa da pressão política e dos acordos de cooperação assinados, funcione como “subcontract guardian” da imigração subsahariana, podendo o mesmo acontecer em relação a Cabo Verde e a sua sub-região (CEDEAO), com todo o perigo que isso acarreta para a segurança e bem-estar para o País.

⁹² O próprio AC prevê um tratamento especial para: Estados de ACP menos Desenvolvidos, Estados-ilhas vulneráveis e Estados encravados e países com dificuldades específicas por estarem a viver uma situação de pós-conflito.

⁹³ A permeabilidade das fronteiras deixa o país à mercê de organizações criminosas: tráfico de pessoas, de armas, de drogas e crimes conexos. Cabo Verde tem sido apontado como placa giratória do tráfego de drogas e ponto de passagem da emigração clandestina, podendo igualmente correr o risco de ser usado como base ou ponto de passagem de terroristas.

⁹⁴ Boswell, C. (2003) “The ‘External Dimension’ of EU Immigration and Asylum Policy”, *International Affairs*, 79:3.

3. Os Porquês da Parceria Especial CV/UE

(...) a parceria especial destina-se a reforçar a concertação e a convergência das políticas entre ambas as partes, permitindo acrescentar um quadro de interesses comuns à relação tradicional doador-beneficiário.

Comunicação da CE, 2007.

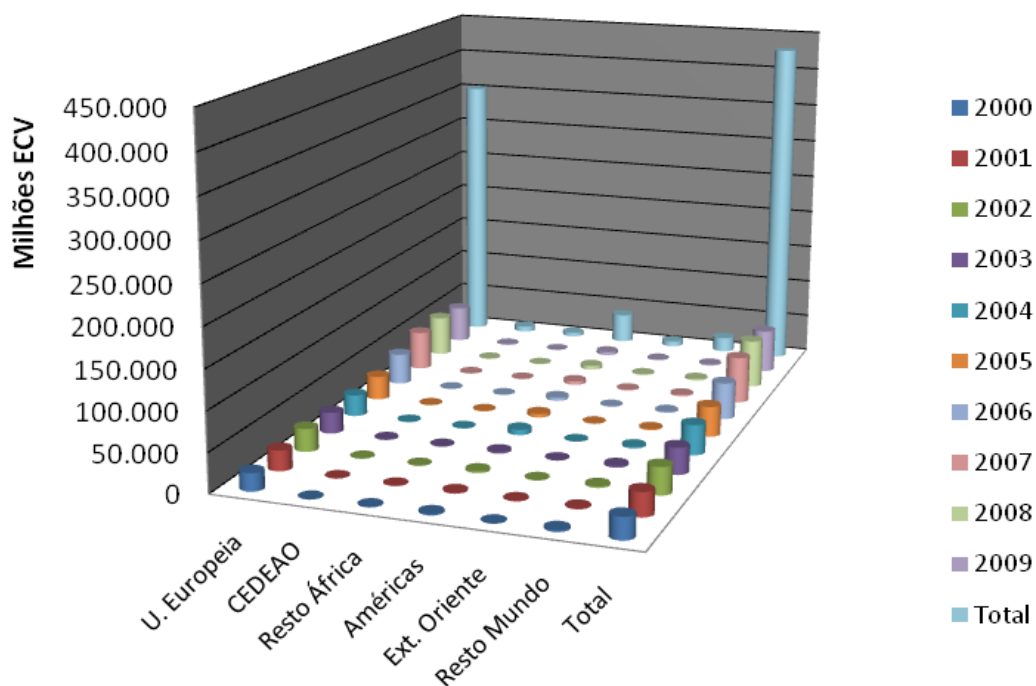
A graduação de Cabo Verde para o grupo dos PRM e os novos desafios que este upgrade acarreta aliados às potencialidades da UE abordadas mais à frente - quando o modelo de cooperação norte/sul e a eficiência da APD são altamente contestados – constituem elementos que tornam esta parceria bastante apetecível não só por Cabo Verde, que vislumbra uma boa oportunidade de conseguir meios adicionais para financiar o seu desenvolvimento, como pela Europa, que tem interesse em marcar diferença no relacionamento com o Sul ao mesmo tempo que entende que a posição geoestratégica de Cabo Verde capta o espírito e as exigências securitárias da PESD, ao potenciar a salvaguarda da dimensão atlântica da segurança europeia no Atlântico Médio.

3.1. Vulnerabilidades de Cabo Verde versus Potencialidades da Europa

Embora sejam notórios e internacionalmente reconhecidos, os progressos no percurso desenvolvimentista das Ilhas, ainda persistem vulnerabilidades crónicas e estruturais⁹⁵ que, se não forem equacionadas adequadamente, podem perigar a sustentabilidade dos avanços conseguidos.

⁹⁵ As questões energéticas, de exiguidade e descontinuidade territorial (encarecendo não só os transportes, como também as comunicações, obviando a promoção de economias de escala), da insularidade, de segurança, do ambiente e segurança alimentar, das infra-estruturas e de adequabilidade de equipamentos e sobretudo a fragilidade económica, tributária também da escassez de recursos naturais economicamente viáveis, parque industrial incipiente e desenvolvimento tecnológico insuficiente, têm dificultado sobremaneira o processo de desenvolvimento do arquipélago.

**Gráfico 2: Importações de Cabo Verde por Regiões de Origem
2000-2009**

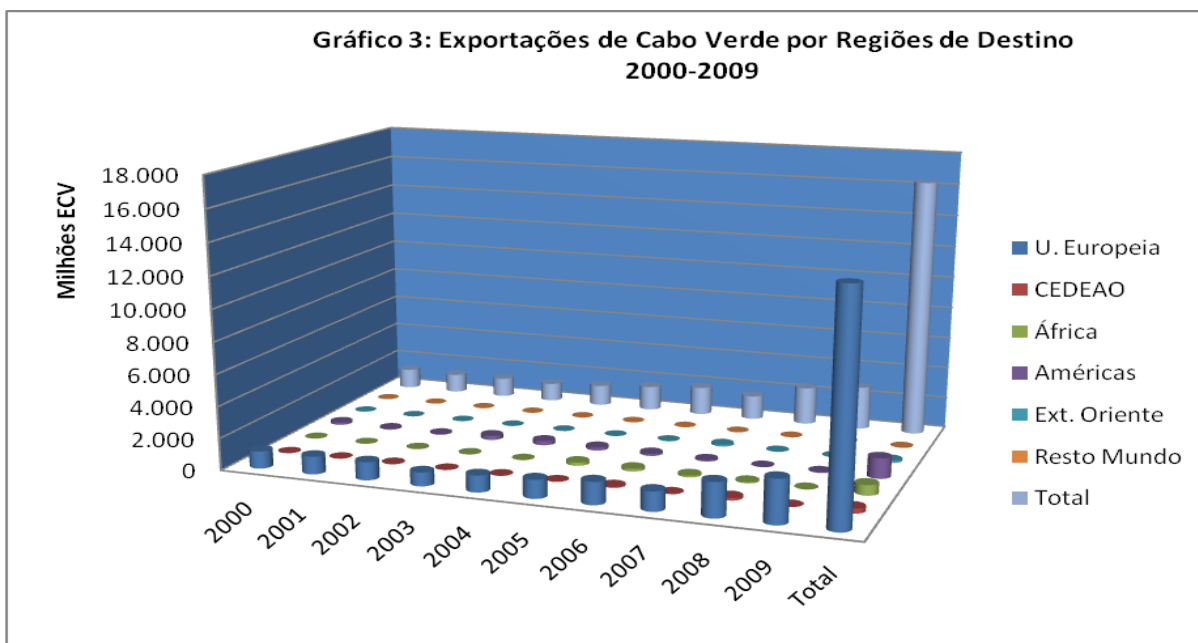


Fonte: Elaboração própria com os dados da Direcção Geral das Alfândegas (DGA)

A acentuar a vulnerabilidade económica destaca-se a total dependência do país em relação ao continente europeu, tanto em relação às exportações como importações, como se pode ver nos gráficos 2 e 3, em que os fluxos comerciais totais e os efectivados com a UE são praticamente coincidentes. Ainda dentro da UE, é sintomático o facto de um só país – Portugal – ser responsável, dos dois lados da Balança Comercial, pela maior parte dos fluxos comerciais de Cabo Verde⁹⁶. Entretanto, a partir de 2005, a Espanha aparece a ocupar uma posição importante, representando 43,24% dos destinos das mercadorias exportadas por Cabo Verde de 2005 a 2009, destronando os EUA que ocupavam a segunda posição nesta categoria⁹⁷.

⁹⁶ Correspondendo a 61,15% das importações e 96,63% das exportações de 2000 a 2004 e 57,76% das importações e 52,00% das exportações de 2005 a 2009 (Ver os quadros anexos 5 e 9).

⁹⁷ Ver o quadro anexo número 9.



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Direcção Geral das Alfândegas (DGA)

Também o tecido social tem problemas de monta, consubstanciados sobretudo, na concentração populacional nos principais centros urbanos, qualificação profissional deficiente, desemprego que afecta principalmente a camada jovem, com significativa incidência de pobreza⁹⁸.

Tanto a insularidade como a dimensão reduzida e magreza de recursos naturais aconselham a inserção de Cabo Verde na economia mundial como forma de mitigar os efeitos perversos destas características na economia. No entanto, esta inserção não deve ser feita de forma voluntarista, (Estêvão 2007, p.151), deixando a regulação totalmente a cargo do mercado⁹⁹, mas sim, deve ser direccionada para espaços dinâmicos, com uma economia sadia e que seja capaz de electrizar o seu desenvolvimento, sendo a Europa o parceiro natural, não só pelas afinidades históricas, económicas¹⁰⁰ e políticas como pela sua pujança económica, aliada à posição geoestratégica de Cabo Verde. Este país tem as condições para ser uma

⁹⁸ Cerca de 36,7% da população era pobre em 2004, sendo que 19,7% vivia em situação de pobreza extrema (Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento - PNUD 2006). Contudo, é provavelmente um dos poucos países africanos capaz de atingir os ODM. A taxa de pobreza passou de 49% em 1990 para 26.6% em 2007 (*África Economic Outlook*: <http://www.africaneconomicoutlook.org/en/countries/west-africa/cape-verde/>, acesso em Agosto de 2010).

⁹⁹ Tendo em conta que estes podem ser incompletos ou inexistentes, as informações podem ser assimétricas, e a concorrência imperfeita.

¹⁰⁰ A Europa é o maior parceiro económico de Cabo Verde, seu maior investidor externo. Em termos de comércio, investimentos, fluxos turísticos e emigração, este país está incontornavelmente ligado à Europa.

placa giratória de e para a Europa, seja para comércio – intensificando a cooperação Europa-África e consequentemente a penetração das empresas europeias no mercado económico africano, fugindo da saturação do mercado europeu – seja para o controlo de crimes transnacionais que assolam a região.

Na mesma linha de raciocínio, a PE, para conduzir aos resultados almejados, também não deve ser voluntarista. Pelo contrário, Cabo Verde deve estar consciente dos seus interesses e munir-se de meios para os defender, sob pena de, no mínimo, a ideia de ultrapassar o relacionamento doador/recipiendário sair completamente gorada e perpetuar-se a relação assimétrica e de dependência.

A promoção do desenvolvimento sustentável, da segurança e a pertença a um centro político e económico dinâmico e de referência, capaz de secundar Cabo Verde na superação das suas deficiências, são as premissas fundamentais que movem este país na prossecução desta Parceria, demonstrando o realismo que tem orientado a sua política externa, explanado nas *Grandes Opções de Plano* que preconiza a inserção dinâmica de Cabo Verde na economia mundial, com grande pendor para Europa.

3.2. Afinidades com as RUP do Atlântico: As Ilhas Afortunadas ou Macaronésia

Os arquipélagos de Cabo Verde, da Madeira, dos Açores e das Canárias enformam as chamadas Ilhas Afortunadas ou Macaronésia. Dada a sua posição geoestratégica, esta região constitui um elo de ligação importante entre os continentes europeu e africano. Também questões relacionadas com alterações climáticas, evolução demográfica e fluxos migratórios, agricultura e política marítima, apesar de não constituírem exclusividade desta parte do Globo, têm incidência particular na mesma. Constituem vectores de aproximação da região, porquanto potenciam o desenvolvimento de iniciativas com alto teor de inovação tecnológica, que podem ser desenvolvidas em conjunto. As similaridades entre os membros da Macaronésia e consequentes desafios de desenvolvimento sugerem que estratégias/políticas de desenvolvimento possam ser partilhadas com sucesso, desde que salvaguardadas as dissemelhanças existentes. Por outro lado, dado o atraso económico das RUP em relação ao continente e dadas as suas especificidades, o tratado da União prevê um tratamento diferenciado das demais regiões da Europa, o que permite terem acesso a fundos especiais, cuja parte pode e está sendo alocado aos países vizinhos das RUP.

Merece ser mencionado que Cabo Verde é o país que mais beneficiou do programa INTERREG IIIB MAC (Madeira, Canárias e Açores) 2000-2006, tendo participado em 41 projectos dos 57 programas aprovados envolvendo países terceiros, seguido de Marrocos que participou em 10 e do Senegal, em 6 (Silva 2008, p. 104). Consequência directa da sua condição geográfica, as Ilhas Afortunadas colocam ainda alguns problemas ambientais e de desenvolvimento sustentável, com implicação directa nos custos de gestão ambiental, que constituem um terreno fértil de cooperação. Esta zona oferece um bom espaço para desenvolvimento de energias renováveis, entre as quais as oceânicas emergentes¹⁰¹ e para a promoção de boas práticas de utilização racional da energia. Cabo Verde pode ainda funcionar com uma extensão dos mercados das outras ilhas da Macaronésia, principalmente os que se encontram saturados, como é o caso do imobiliário. Se o APE a ser assinado entre Cabo Verde e a UE acautelar um relacionamento especial entre os membros da Macaronésia, pode melhorar exponencialmente as oportunidades de comércio desta zona.

No que concerne à cooperação intra-macaronésia, as Ilhas Canárias são as que têm uma relação mais intensa com Cabo Verde, materializada na assinatura de alguns convénios e acordos, inclusive a nível ambiental.

Entretanto, apesar das potencialidades ventiladas e da PE contemplar o reforço das relações de cooperação entre os arquipélagos da Macaronésia, o facto das regiões autónomas não serem soberanas e independentes obsta à celebração de vários tipos de acordos, como os preferenciais, impossibilitando desta forma, avanços ao nível de integração económica intra-regional. Apesar disso, existem inúmeras áreas em que a cooperação poderia ser estreitada, quais sejam: segurança, migrações, mar, ambiente, transportes e energia, comércio, investimento, turismo, ensino superior, pesquisa e transferência de tecnologias, cooperação descentralizada e relações entre as autarquias e organizações representativas dos municípios das RUP e Cabo Verde, cultura e comunicação, pesca, recursos hídricos e agricultura, emprego e formação profissional. As potencialidades de cooperação intra-macaronésia, associadas ao próprio interesse da UE em desenvolver relações estreitas com os países vizinhos das RUP, colocam Cabo Verde numa posição confortável na prossecução de um relacionamento especial com aquela instituição.

¹⁰¹As RUP têm grandes potencialidades de serem laboratórios naturais de referência, promovendo efectivamente a investigação do oceano profundo e a produção de conhecimento neste domínio que leve, por exemplo, a uma melhor exploração dos recursos haliêuticos e gestão de outros recursos marinhos, que constituem grandes ameaças à biodiversidade e sustentabilidade económica da região.

3.3. Valores e Interesses Partilhados?

(.....) nação Cabo-verdiana, uma nação crioula, a primeira dos trópicos, fruto da tenacidade portuguesa e do negro em transcender a sua situação de escravo pela alforria e miscigenação.... Melting pot em que as culturas em presença se foram fundindo progressivamente, acabando por configurar a génese de um acto pioneiro de globalização cultural e biológica.

Onésimo Silveira, 2004

Conforme enaltece Gabriel Fernandes, no contexto da colonização portuguesa, Cabo Verde vivenciou uma experiência histórica peculiar ditada tanto pela interacção entre o colonizador e o colonizado (Fernandes, 2000 pp. 2-8), como também pelo papel da Igreja Católica, empenhada desde o primeiro momento em difundir os valores, a cultura e a ideologia europeia, contribuindo para interferir irremediavelmente na construção da sua identidade, criando condições para uma ambivalência cultural que oscila entre as heranças africanas e os valores da cultura europeia assimilados, embora estes tendam a sobrepor-se àqueles. Os cânones europeus estavam tão imbricados que a própria elite intelectual local contribuiu para perpetuar a sua preponderância. É fundamentalmente "...a partir da recusa dos traços culturais africanos e da plena assunção da cultura portuguesa que a elite interna intenta afastar-se dos colonizados e aproximar-se do colonizador" (Fernandes, *op. cit., ibid*)¹⁰².

Pese embora a natureza compósita da identidade cultural cabo-verdiana, a componente europeia¹⁰³, com mais ou menos incidência, foi sempre exaltada, não só pelos intelectuais, como pela população em geral. Excepção deverá ser feita para o período pré e logo após a independência em que o processo da construção da identidade de Cabo Verde seguiu um rumo diferente, quando os protagonistas da luta

¹⁰² Fernandes (2000) explora como a defesa da idiossincrasia cabo-verdiana pela elite intelectual é estribada na diferenciação dos cabo-verdianos dos demais africanos, realçando a sua similitude à Europa/Portugal, tendo como alicerce a construção teórica do lusotropicalismo de Freire que defendia que o mestiço constitui a simbiose dos dois pólos imperantes, representado o melhor que havia entre os dois mundos, uma síntese perfeita em termos culturais e raciais. Esta conceptualização suaviza iniludivelmente a dura realidade da fusão dolorosa entre as duas culturas com uma nítida obliteração dos valores locais e exaltação de padrões europeus. Para Anjos (2003, p. 581), à cognominada simbiose cultural entre europeus e africanos, bastas vezes referenciadas quando se trata da identidade cabo-verdiana, subjaz uma violência física e simbólica que destruiu grande parte da memória dos escravizados que se renderam perante a avassaladora hegemonia europeia.

¹⁰³ Para uma análise mais detalhada de como o ideário europeu penetrou no imaginário e no *modus pensanti* do *homocabo-verdianus*, ver Almada (2007) Anjos (2007), Costa (2007) e Fernandes (2000) que, entre outros, têm analisado o porquê deste apelo mais forte ao continente europeu em detrimento da aceitação dos cânones culturais africanos.

pela emancipação, imbuídos de espírito independentista, fazem apelo ao africanismo. Os mesmos trazem para a ribalta a herança dos escravos africanos no erigir da nação cabo-verdiana e tentam desmontar os pressupostos dos chamados *ladinizados ou assimilados* - antes considerados a base da idiossincrática cabo-verdiana dentro do espaço da África lusófona - propondo a “reafricanização dos espíritos e o retorno às origens”¹⁰⁴ em termos culturais, políticos e económicos. O cabo-verdiano acorda para a diferenciação, sobretudo quando na metrópole é confrontado com a sua diferença, e busca consolo na sua africanidade. Contudo, como nota Fernandes (*op. cit.*, p. 112), se para as colónias continentais era fácil voltar às suas culturas milenares, quase intactas, no caso de Cabo Verde houve dificuldades em saber para que origem se deveria voltar, tendo sido cometido o mesmo pecado que se cometeu quando se acoplou a identidade cabo-verdiana exclusivamente aos padrões culturais europeus.

A reaproximação¹⁰⁵ à Europa começou ainda com a governação do Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) e seguida com maior pujança pelo Movimento Para a Democracia (MPD), reflectida não só na política externa¹⁰⁶ como nas acções internas¹⁰⁷. Mesmo quando, por uma questão de coerência ideológica, o PAICV deveria cultivar o africanismo que, de resto, lhe conferia legitimidade, as suas relações diplomáticas e acordos internacionais e excessiva dependência em relação à Europa, sobretudo Portugal, tornava obsoleto o posicionamento deste partido.

A viragem no posicionamento de Cabo Verde é também caudatária da evolução da conjuntura internacional, caracterizada pela complexidade e interdependência, cultivada e aprofundada pela globalização neoliberal que favorece e instiga os actores internacionais a envolvimento políticos e económicos múltiplos. Sobretudo as vertentes menos positivas da globalização obrigam a que a problemática da segurança seja equacionada de forma integrada e estrutural. A posição geoestratégica cabo-verdiana, que o torna numa ponte natural entre a América/África

¹⁰⁴ (*op. cit.*, p. 109).

¹⁰⁵ O esmorecimento desta posição virada para África foi grandemente influenciado pelo golpe de estado de 1980 na Guiné-Bissau que levou à separação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e a criação do PAICV (partido exclusivamente cabo-verdiano). Com a abertura política em 1991, que fez subir ao poder o MPD, cuja estratégia de desenvolvimento passava pela liberalização económica e promoção de investimento e maior abertura ao exterior, ficou claro que uma viragem para a Europa seria a opção mais pragmática.

¹⁰⁶ Reflectidas nas (...) *políticas para a criação de um a economia de exportação, considerando a inserção externa como o melhor instrumento de mudança estrutural* (Estêvão 2007, p. 143) e privilegiando a Europa como espaço ancoradoiro.

¹⁰⁷ Alteração da Bandeira e das Armas da República, alterações toponímicas, com figuras mais próximas da Europa do que África.

e a Europa, é igualmente utilizada negativamente para o desenvolvimento de actividades ilícitas cujo destino final, não raras vezes, é a Europa. A grande extensão da costa marítima e da Zona Económica Exclusiva (ZEE), associada às fragilidades financeiras, materiais e tecnológicas do país facilitam grandemente as actividades das organizações e redes criminosas. Com especial destaque para a criminalidade transnacional organizada, mais concretamente para questões relacionadas com a segurança e defesa, como a luta contra os tráficos ilegais (emigração clandestina, tráfico de pessoas, armas, droga¹⁰⁸ e branqueamento de capitais - auxiliados pelas facilidades de circulação de capital potenciadas pela mundialização financeira.

A UE, tendo captado a dimensão atlântica da sua segurança, tem trabalhado para uma maior integração da região, criando uma cintura securitária à volta da Europa, alargando exponencialmente a sua esfera de influência e desenvolvendo novas estratégias de emancipação política em torno da construção de uma Europa que se pretende transatlântica. Neste mesmo espírito, a segurança atlântica só será completa se abranger também o Atlântico Médio, onde Cabo Verde pode desempenhar um papel assaz importante, como contrapartida valiosa deste parceiro. A escolha de Cabo Verde para a realização, em Junho de 2006, do exercício *Força de Reacção Rápida* da OTAN¹⁰⁹, designado “Steadfast Jaguar 2006”, é um sinal inequívoco da importância estratégica do país.

Resumindo, tanto a história¹¹⁰ de Cabo Verde como a própria globalização e suas implicações (vistas no capítulo anterior), potenciaram o aparecimento de valores e interesses comuns¹¹¹ susceptíveis de engendrar um estreitamento da relação entre Cabo Verde e Europa, a qual também é impulsionada pela posição geoestratégica do país que fornece o mais genuíno “interesse comum” entre as duas partes que, bem explorado, tem potencial para aprofundar verdadeiramente as relações entre as duas partes.

¹⁰⁸ Proveniente essencialmente da América do Sul rumo à Europa.

¹⁰⁹ Organização do Tratado do Atlântico Norte

¹¹⁰ Onde se deve incluir, também, o *apport* cultural dos cabo-verdianos emigrados na Europa. O facto de haver uma quantidade significativa de cabo-verdianos radicados na Europa (estima-se que a população Cavo Verde residente na Europa representa cerca de 50% da população residente no arquipélago) também auxilia na perpetuação dos valores europeus na cultura do arquipélago.

¹¹¹ Liberdade, democracia, paz, justiça, direitos humanos, pluralismo político, liberdade de protecção dos direitos da soberania, luta contra o terrorismo, emigração ilegal e crimes conexos, protecção das minorias étnicas, liberalização económica, protecção ambiental, entre muitos outros.

4. O Dilema Cabo-verdiano: Entre uma Perspectiva de Aproximação à Europa e uma Dívida Histórica para com a África

A pertença de Cabo Verde a África é um facto incontornável, tanto pela valência histórico-cultural como pela geográfica. Por outro lado, em razão da sua construção histórica, a sociedade cabo-verdiana resulta de uma mescla de escravos africanos e colonos portugueses, dando-lhe competências para funcionar como uma ponte cultural, uma facilitadora das relações e dos contactos entre os dois continentes. Porém, contrabalançar esta pertença tem sido uma tarefa hercúlea. A adesão ao tratado da CEDEAO é uma decisão política que reflecte esta pertença implicando, no entanto, a salvaguarda das especificidades deste arquipélago que, de resto, são acauteladas no referido tratado. Essa diferenciação deverá permitir uma comunhão entre essa pertença e a necessidade do país de definir políticas mais ajustadas, especialmente nos domínios comerciais, da migração e da circulação de pessoas.

A política externa de Cabo Verde em relação a África tem sido inconsistente, sendo manifesta a disparidade entre a teoria e a prática. Apesar de membro de pleno direito da CEDEAO¹¹² há mais de três décadas, é visível a falta de empenhamento e participação de Cabo Verde nas instituições da organização, razão que não será alheia da insularidade e distância que separa as Ilhas do continente e a falta de atractivos económicos¹¹³. A apatia é recíproca, o que se reflecte nas políticas da organização que não beneficiam o arquipélago, ou por não levar em consideração as suas especificidades ou por abranger áreas – como as de construção de infra-estruturas de transportes, por exemplo – que fica difícil transpor para as Ilhas.

Apesar da retórica política cabo-verdiana evocar reiteradamente que não há qualquer antinomia entre uma integração na sub-região africana e o estabelecimento e reforço de relações privilegiadas com a Europa, na prática, aquela integração tem sido preterida. Vários são os condicionalismos que obstaculizam a mesma. O espaço oeste-africano, além da instabilidade política e militar, é caracterizado pelo fraco desempenho económico, onde a inércia e o amorfismo caracterizam o processo de

¹¹² Agrupamento regional dos Estados da África Ocidental instituído em 1975 com o objectivo de estabelecer uma união aduaneira e um mercado comum entre os seus constituintes. Para tal, desde o início estabeleceu uma redução aos obstáculos nas trocas comerciais, tendo-se fixado inicialmente o ano de 2005 como etapa para atingir os objectivos almejados.

¹¹³ No início da década de 90 o comércio entre Cabo Verde e CEDEAO representava 5% do comércio externo do país, mantendo uma tendência decrescente até 2006, quando um aumento significativo fez com a região fosse responsável por 4% das exportações totais do arquipélago (Silva 2008, p. 59).

integração regional¹¹⁴, tornando difícil funcionar como impulsionador do desenvolvimento de Cabo Verde. Além do mais, o relacionamento económico com Cabo Verde, com algumas excepções (Senegal e Costa de Marfim) é insignificante e ocasional (Estêvão, 2007, pp. 151-2). Para Duarte (2004, p.4), a falta de vontade política de discutir aprofundada e seriamente os problemas que afectam a região, a inércia no que concerne à implementação dos compromissos assumidos, a desconfiança entre os vizinhos, os conflitos efectivos ou latentes que assolam a região, o fraco desenvolvimento institucional, ou conflitos de interesses, entre outros, constituem razões que explicam o afastamento *de facto* de Cabo Verde desta região e a procura de uma maior aproximação à Europa.

Por seu lado, uma maior aproximação a África traduz-se na reconciliação com o passado, no regresso às origens, numa busca da identidade perdida que, no entender de muitos, significa fazer justiça à herança cultural dos ancestrais africanos. Já a ancoragem à Europa representa uma acoplagem a um espaço dinâmico¹¹⁵, mas susceptível de ressuscitar algumas mágoas identitárias. Para dificultar as escolhas de Cabo Verde abona o facto de sempre que o mesmo potencializou a sua posição estratégica colheu bons resultados: foi assim nos finais do século XIX quando São Vicente desempenhou um papel importante tanto para a economia regional como internacional.

A Comunicação da Comissão supra referenciada veio, por outra forma, a facilitar a posição de Cabo Verde ao fazer apelo à integração de Cabo Verde na sua região, indo de encontro às disposições do AC que prevê a assinatura de APE com grupos de países, ao invés de Estados individualmente. Ademais, a importância geoestratégica de Cabo Verde para a Europa aumenta exponencialmente se o mesmo se inserir num quadro mais vasto. E mais, a segurança do Atlântico Médio só é possível com a contribuição dos Estados da África Ocidental. Neste momento, não alheio aos interesses da Europa, a CEDEAO ingressou como prioridade nas agendas tanto políticas, como sociais e diplomáticas, como legítimos e genuínos interesses de Cabo Verde, tendo a hegemonia europeia funcionado nos termos que Gramsci a entendia, essencialmente através do consenso moral e intelectual.

¹¹⁴ Sobre as causas do fracasso da integração regional económica ver proveitosamente Ferreira (2005).

¹¹⁵ Entre 2000 e 2004, a UE recebeu 84,2% das exportações cabo-verdianas e forneceu 81,2% das suas importações e é ainda a região donde provém a maior parte dos fluxos externos de investimento, ajuda e remessas de emigrantes (*op. cit.*, p. 152).

O estreitamento das relações de Cabo Verde com a sua sub-região, mesmo que não tenha expressiva correspondência económica, está associado aos imperativos políticos e de solidariedade e coabita com a questão securitária e estratégica, enquanto a ancoragem à Europa está mais ligada à questão económica e desenvolvimentista, constituindo-se um verdadeiro desafio a tradução para a prática de uma efectiva complementaridade dos dois eixos.

5. Parceria Especial CV/UE: Rompendo Paradigma ou Mantendo o *Status Quo*?

A PE trouxe, indubitavelmente, um novo alento às relações entre Cabo Verde e a UE, conquanto o relacionamento doador/beneficiário continua sendo a espinha dorsal das mesmas. Uma das mudanças mais visíveis é o *upgrade* no próprio tratamento do dossier, tanto a nível do arquipélago como a nível da UE¹¹⁶, com a criação de grupos de trabalho para tratarem do mesmo, passando Cabo Verde a ter muito mais visibilidade dentro da UE, sobretudo para os países que tradicionalmente não são parceiros do país – como é o caso de alguns países do Leste – revalorizando o alcance e a intensidade da cooperação política, reflectida inclusive na alocação de verbas por parte da UE. No programa Estratégico de Cooperação 2008/2013, houve um aumento significativo do montante afectado em relação ao programa anterior (ver quadro nº 11 do anexo), onde 11,5 M€ são destinados ao desenvolvimento desta parceria. A PE potencializa igualmente a integração com as RUP situadas no Atlântico, permitindo uma troca de experiências que pode ser bastante frutífera, dadas as similitudes intrínsecas entre os constituintes da região.

A alteração mais significativa neste quadro renovado de relacionamento que, porventura, possa justificar designar o mesmo de “parceria,” é o facto de não se centrar somente nos problemas de Cabo Verde – ultrapassando o próprio arquétipo de relacionamento África/UE – para incluir a segurança atlântica que concerne às duas partes. Apesar da retórica discursiva aludir reiteradamente à questão da interdependência planetária e a necessidade dos países agirem em conjunto para debelar a problemática da segurança, somente com a Parceria Especial e o seu

¹¹⁶ Actualmente existe a Troika Ministerial (Cabo Verde/Presidência da União Europeia/Comissão Europeia); o Grupo Local de Seguimento (GLS) – formado pelos Países da União Europeia, cujas representações diplomáticas estão sediadas em Cabo Verde; Grupo Técnico de Seguimento (GTS); a Comissão Nacional de Coordenação (1 representante da Administração Pública para cada pilar, 1 representante da sociedade civil, 1 representante dos Municípios e 1 representante das ONG's).

primeiro projecto estruturante – Parceria para a Mobilidade – Cabo Verde e a UE passaram a trabalhar em conjunto para tornar mais segura a região do Atlântico Médio. Este projecto tem por objectivo controlar a migração entre os territórios dos dois parceiros, tanto a legal como a clandestina, e os crimes transfronteiriços que lhe estão usualmente associados. As actividades que integram o mesmo são variadas, a começar por trocas de informações, passando pelo reforço da capacidade institucional e administrativa cabo-verdiana para gerir aquele fenómeno nas suas várias fases, implicando melhorias nas capacidades de gestão das fronteiras aéreas e marítimas, reforçando a segurança nas fronteiras entre os Estados-membros da UE e Cabo Verde. Este é bastante caro para a UE, na medida em que permite debelar ameaças cujo destino final é a Europa, mas que utilizam Cabo Verde como ponto intermédio. Também para este país, a possibilidade de tornar as suas fronteiras mais seguras é um atractivo de peso. O grande desafio, contudo, não é somente impedir que essas ameaças cheguem à Europa, mas sim mantê-las também afastadas de Cabo Verde, o que, em muitos casos, por causa dos compromissos políticos assumidos por este, constitui uma tarefa bastante árdua. A título exemplificativo, em razão do acordo de livre circulação da CEDEAO, muitos cidadãos desta região deslocam-se a Cabo Verde, com a intenção de emigrarem para a Europa. Somente dificultar a entrada deste contingente na Europa, transformar-se-á num problema para Cabo Verde, cuja exiguidade territorial e pobreza de recursos constituem grande empecilho ao crescimento descontrolado da população. Essa análise pode facilmente ser transposta para os vários crimes que grassam na região. É necessário, portanto, que se criem condições para impedir que essas ameaças entrem no país ou, uma vez instaladas, deve-se poder facilmente identificá-las e neutralizá-las.

O facto da PE ser uma extensão do AC delimita-a sobremaneira, uma vez que os contornos já estão pré-definidos, restringindo a margem de manobra para uma mudança verdadeiramente estruturante, principalmente atendendo às limitações daquele acordo, analisadas no capítulo anterior. A assinatura do APE, por exemplo, prevista no AC para os PVD põe Cabo Verde numa posição bastante difícil. A liberalização económica associada ao desarmamento das pautas aduaneiras, devido às vulnerabilidades do país, pode levar a efeitos perversos nos sectores produtivos, sobretudo se se tiver em conta a já baixa produtividade, condicionada pelos elevados custos dos factores de produção, estreiteza e atomização do mercado interno e desenvolvimento tecnológico incipiente, embora em franco desenvolvimento. Também a capacidade exportadora de Cabo Verde, tanto em matérias-primas como em

produtos transformados, é tão diminuta que uma eventual supressão das taxas alfandegárias, além de fazer diminuir as receitas, obliteraria qualquer pretensão de desenvolvimento da indústria nacional, que por si já tem entraves de monta. O país não beneficiaria, portanto, do sistema de reciprocidade, principalmente se se atender ao facto de que o mesmo já beneficia do sistema de preferências generalizadas. Cabo Verde deve, servindo-se dos “privilégios” da PE, negociar individualmente um APE com a UE que acautele as suas fragilidades. Ademais, a *praxis* demonstra que os Estados pequenos têm mais condições de defenderem os seus interesses num quadro bilateral, por oposição ao quadro multilateral de cooperação internacional, o que quer dizer que a ancoragem de Cabo Verde na Europa deve assentar, preferencialmente, em acordos bilaterais, de forma a maximizar os resultados.

Apesar das limitações aventadas, a PE também apresenta imensas oportunidades, com novas e renovadas áreas de cooperação¹¹⁷, cujo aproveitamento depende não só da gestão cabo-verdiana do dossier como das capacidades de absorção do país. Uma maior aproximação à UE pode, inclusive, galvanizar as relações com os Estados da União a nível bilateral, tanto com aqueles que tradicionalmente mantêm uma relação com Cabo Verde, como com aqueles que estão a começar a “descobrir” as ilhas.

A maximização das oportunidades da PE, bem como uma maior apropriação por parte das entidades de Cabo Verde deste processo, passa inevitavelmente por uma maior capacitação, particularmente do sector da segurança e principalmente da valorização de recursos humanos, pois para agravar o axiomático desequilíbrio entre as duas partes contribui o deficiente conhecimento das políticas, instrumentos e procedimentos de intervenção da UE adaptados a cada situação, porquanto o tradicional tratamento deste dossier ser muito menos exigente do que os objectivos actuais deste relacionamento. Esta capacitação deve ser uma preocupação conjunta, para se poder mitigar a disparidade entre as duas partes, fazendo jus à designação de parceria. A implementação da Universidade Pública em Cabo Verde, um contributo valioso para a valorização dos recursos humanos em áreas estratégicas é, sem dúvida, uma grande ajuda, mas, o país carece também de formações especializadas e específicas e que cubram o vasto domínio da actuação da UE¹¹⁸.

¹¹⁷ Mormente: circulação de pessoas bens e capitais, segurança internacional relacionada com migrações; pescas; transportes; propriedades intelectuais; telecomunicações, cultura; inovação e conhecimento.

¹¹⁸ Para o sucesso desta parceria é imprescindível que sejam identificadas as modalidades e condições concretas dessa capacitação, no geral e em relação a cada eixo do Plano de Acção, que podem assumir várias modalidades:

Também a PE pressupõe a aproximação, harmonização e convergência¹¹⁹ da legislação e das disposições normativas cabo-verdianas, em matéria económica e técnica, às normas europeias, em todos os domínios cobertos pelo plano de acção, alargando, desta forma, o consenso e a hegemonia europeia.

apoio institucional, participações em ateliês, visitas de estudos, formação de curta duração e/ou especializações de longa duração.

¹¹⁹ A convergência normativa tem por objectivo melhorar a competitividade das Ilhas, levando ao reforço da cooperação administrativa, policial e judicial e criação sistemática de redes de informação e de bases de dados comuns.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A evolução do relacionamento entre Cabo Verde e a UE obtempera a mutação da própria conjuntura internacional e consequentemente o paradigma relacional entre a África e a Europa. A globalização, nas suas variadas vertentes, mormente a ideológica, tem engendrado um conjunto de valores sustentados por uma classe hegemónica internacional que os impõem aos demais e onde a UE, pela apetência e capacidade de absorver e transformar as influências externas tornando-as “europeias”, transformou-se ela mesma numa força hegemónica. A atracção ideológica e identitária que os grandes espaços económicos e políticos exercem, manifesta-se com particular acuidade no caso cabo-verdiano em relação à Europa, não só pelos valores e interesses de facto partilhados, como pela própria capacidade europeia de forjar consensos (estribando-se em valores e interesses tidos por comuns ou universais e utilizando as instituições internacionais para os disseminar), tendo como aliados as elites política e intelectual locais, responsáveis pela apropriação e disseminação de ideias, valores e princípios.

A PE Cabo Verde/UE é, por um lado, tributária da hegemonia neogramsciana europeia¹²⁰, resultante do seu poder relacional e estrutural que lhe permite usar, em simultâneo, a coerção e o consenso nas suas relações externas prevalecendo, entretanto, o consenso. A coerção está presente nas condicionalidades políticas preconizadas no AC e que não desaparece com a PE e o consenso está patente na aceitação plena da definição¹²¹ dos contornos desta parceria pela UE. Por outro lado, esta parceria reflecte uma opção estratégica acertada da política externa cabo-verdiana que, perante adversidades e circunstancialismos internos (sobretudo no que concerne à sua exiguidade territorial), tenta maximizar as suas reais potencialidades, ancorando-se num espaço dinâmico e estável, política e economicamente.

A graduação de Cabo Verde, apesar de persistentes fragilidades, à categoria de PRM acarreta várias consequências, sobretudo de índole económica e político-diplomática. Mais do que nunca, há necessidade de uma postura mais pró-activa do

¹²⁰ No entanto, se por um lado a Europa é iniludivelmente uma força hegemónica em África – evidenciada no AC que preconiza uma mudança radical nas relações comerciais com o grupo ACP, com o argumento falacioso de que não há outra alternativa, e na imposição de condicionalidades políticas - por outro enfrenta a hegemonia americana, que muitos autores advogam estar em declínio sobretudo pela ascensão de BRIC, principalmente da China, como um competidor estratégico nos assuntos económicos internacionais.

¹²¹ Através da Comunicação da Comissão Europeia ao Conselho e ao Parlamento sobre o Futuro das Relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde.

Estado cabo-verdiano na arena internacional, em contraposição àquela mais passiva, associada à APD, já que a graduação pressupõe uma diminuição desta modalidade de ajuda, tornando premente o redireccionamento das opções estratégicas de desenvolvimento. É neste contexto que as autoridades cabo-verdianas abraçaram a PE com a UE, quase que como a panaceia que visa colmatar todas as fragilidades do país, entendível por causa das potencialidades desta região, tornando-a num ancoradouro perfeito dos renovados desafios desenvolvimentista do Arquipélago, além de perfilhar o imaginário cabo-verdiano em relação àquele continente.

Além dos interesses económicos por parte de Cabo Verde - mormente melhoria no acesso aos fundos comunitários - muitas são as razões que movem esta parceria: a problemática da segurança com ênfase no debelar dos crimes transnacionais que estripam a região do Atlântico Médio, afinidades histórico-culturais e valores comuns, bem como o potencial de cooperação na região da Macaronésia.

Entretanto, estando esta parceria acoplada ao Acordo de Cotonou, herda os desequilíbrios/constrangimentos deste que, associado aos do próprio país, fazem com que a mesma seja bastante desigual, podendo obstar o atingir dos apregoados benefícios e expectativas. A pressão que a UE faz para que os países da ACP assinem o APE em grupos de Estado, no caso cabo-verdiano no seio da CEDEAO, revela-se pouco vantajosa para Cabo Verde. O facto do país ter o seu comércio externo centrado nos países da UE, em particular Portugal, torna-o mais vulnerável em relação ao desmantelamento das barreiras alfandegárias, devendo Cabo Verde apoiar-se na PE para negociar um APE bilateral com a UE, em moldes que lhe permitam salvaguardar as suas fragilidades, embora em termos puramente técnicos, seja difícil esboçar uma alternativa conciliável com as regras da OMC que não seja um sistema baseado na reciprocidade e que abranja todos os países em desenvolvimento, como é o caso de um SPG reforçado.

A PE é, de facto, um relacionamento *sui generis* no quadro das relações externas da UE, pese embora estar longe de ultrapassar os cânones da relação doador/receptor, quer pelo facto desta parceria ser refém dos desequilíbrios da parceria ACP/Europa - que a *praxis* revela desequilibrada e entre pares desiguais - quer pelas diminutas capacidades do país enquanto actor internacional. Inclusive, a “Parceria para a Mobilidade” que se afigura o baluarte da PE – por constituir um interesse comum de peso entre as duas partes – incorre no risco de ser uma ameaça para o país se os perigos que ameaçam a Europa forem impedidos de aí entrar, mas não passíveis de ser barrados no próprio país, por causa das debilidades negociais e

da monitorização do processo por parte de Cabo Verde. Também o recurso a uma política estritamente anti-imigratória, que não contemple um esforço integrado, ao nível do combate ao crime organizado, mas também ao nível do combate à pobreza, deve ser cautelosa, para não minar as relações com outros países africanos e para não recair em posições primárias que possam pôr em causa a dignidade humana daqueles que almejam melhorar as suas condições de vida, através da estratégia emigratória¹²².

A PE ultrapassa ainda os termos do Acordo de Cotonou ao expandir as áreas de cooperação entre partes e adoptar um plano de acção com duração indeterminável ao contrário do referido acordo que é válido por um período de 20 anos. Todavia, não atinge o nível preferencial da Política Europeia de Vizinhança¹²³, o qual tem mecanismos e instrumentos de cooperação mais alargados em termos de benefícios.

No entanto, a maximização dos resultados depende inevitavelmente da capacidade do país em promover acções de formação avançada e especializada que permitam um melhor entendimento dos complexos meandros das relações externas da UE, peculiarmente o funcionamento dos fundos e mecanismos de cooperação. A valorização das competências pessoais e a formação profissional, com vista à inclusão no mercado de trabalho, essencial para a plena integração social, também funcionará como forma de estancar a emigração para o espaço europeu – além de potencializar o país nas negociações dos acordos – deixando uma melhor margem para discussão/exigências do dossier.

A contradição entre os discursos políticos e a *praxis*, mostra que a opção pela Europa tem ditado o afastamento *de facto* do continente negro, visível na apatia do relacionamento da Praia com as organizações africanas, embora esse cenário possa vir a mudar, tendo em conta que há interesse expresso da UE no estreitamento da relação entre Cabo Verde e a sua sub-região. Este pode servir de alavanca para uma relação triangular virtuosa (UE, Cabo Verde e CEDEAO), bem entendida nos domínios económico, social, político, ambiental ou ecológico, cultural e do conhecimento. Deverá, a todo o custo, ser concebida e funcionalizada de acordo com critérios de igualdade formal e material, não obstante as assimetrias de poder já assinaladas. A dimensão e profundidade que pode atingir estão, portanto, dependente da visão, objectivos, planeamento, execução e avaliação contínua desta PE e dos seus protagonistas, incluindo a sociedade civil e suas organizações. Deverá, pois, reflectir a transcendência dos tradicionais vectores do individualismo anárquico de Estado, sem

¹²² Sobre os paradoxos do binómio Migrações-Desenvolvimento, ver Hein de Haas (2010).

¹²³ Enquadra-se na Política Europeia de Grande Vizinhança.

porém recair nas malhas de relações de hegemonia, ingerência e dependência, que tantas vezes dominam os (des)encontros entre os PD e os PVD. Só dessa forma se poderá constituir como uma força de governança e de alianças democráticas (plenamente em todos os sentidos), e fazer face aos maiores desafios do século XXI, os quais não se resumem à esfera comercial e económica, como tantas vezes se faz crer.

É por tudo isso, igualmente ineludível, o papel preponderante que as Instituições (formais e informais) desempenham e podem desempenhar. Só através da consciencialização dessa componente, quer do lado europeu, quer do lado cabo-verdiano é que a PE poderá funcionar eficiente e justamente. É imprescindível atentar aos perigos de assimilação (aculturação), de homogeneização e de “elitização” institucionais, ocluindo (e excluindo do processo às populações em causa, nomeadamente a cabo-verdiana).

Posto isto, acrescenta-se que as ramificações desta parceria – tanto a sua contextualização e enquadramento, como as suas consequências, não só para Cabo Verde, mas também para o espaço circundante – e a complexidade destas problemáticas fazem com que o desenvolvimento deste trabalho, no espaço que lhe é consagrado, seja uma tarefa extremamente ambiciosa e inevitavelmente incompleta. Por outro lado, o facto de ser um assunto recente determina a escassez da produção científica de suporte, obrigando a um esforço extra de leitura, o que não deixa de ser gratificante.

Aqui tentou-se avançar uma análise do que esta PE pode representar, quer ao nível ideológico, quer ao nível político, económico e cultural. A perspectiva assumida é a do reforço e consolidação do desenvolvimento de Cabo Verde, naquilo que se deseja que venha a ser uma sinergia benéfica para ambos os protagonistas. Refuta-se, pois, a ideia de vir a ser (mais) uma política *top-bottom* (quer ao nível internacional político-diplomático, quer a nível governativo interno) que remeta para um papel secundário a voz e os genuínos interesses do desenvolvimento humano deste país. Naturalmente, esta posição pode contrair um problema de observação, ou de ponto de vista, ao não privilegiar a visão europeísta da questão, quer por recusar o eurocentrismo, quer por recusar, também, o estatocentrismo e o economicismo.

Neste sentido, sendo uma parceria que está no seu preâmbulo, seria mais fácil elencar os trabalhos elaborados sobre o assunto do que apontar pistas para futuras investigações, visto que tanto está por explorar. Contudo, destaca-se a pertinência de acompanhar o desenrolar deste processo e contrapor a retórica discursiva e as acções

implementadas e analisar o real impacto do mesmo no desenvolvimento de Cabo Verde. Tendo em conta que normalmente os estudos se concentram na percepção governamental, também seria interessante um estudo sobre a percepção da sociedade civil em relação à PE, sobretudo por causa da componente sociocultural deste relacionamento. Mais, poder-se-ia ter contributos positivos para a compreensão e aperfeiçoamento deste tema, entrosando-o a questões como as migrações (e o seu papel no desenvolvimento), a democracia (quer representativa, quer participativa), a transparência governamental e a fulcralidade das instituições neste processo, o desenvolvimento local sustentável, a interculturalidade intra-africana e euro-africana, o fomento de práticas económicas que desafiam o neoliberalismo e que encontram na Macaronésia um dos seus pólos de inovação e reconhecimento internacional, tais sejam formas de economia social e solidária, como as defendidas por Amaro¹²⁴. Seria, pois, desejável vir a ser ampliado o espectro e a interdisciplinaridade nos futuros estudos sobre esta PE, se possível reunindo as opiniões e catalisando debates saudáveis entre especialistas, diplomatas e governantes, para além de elementos da sociedade civil, tanto da Europa, como de Cabo Verde e de outros países e instituições internacionais. Dessa forma sairia potenciado o vislumbre daquilo que pode ser e criar, efectivamente, um novo paradigma nas relações internacionais entre o Norte-Sul.

¹²⁴ Em Amaro, Rogério Roque (2010), "A Economia Solidária da Macaronésia - Um Novo Conceito", Revista de Economia Solidária, nº 1.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMADA, José Luís Hopffer (2007), “Funcionalização Político-Ideológica e Síndromas da Orfandade nos Discursos Identitários Cabo-verdianos”, *in*: Jorge Carlos Fonseca (org.), *Cabo Verde – Três Décadas Depois*, Praia, *Revista Direito e Cidadania*, Ano VIII, Nº Especial.
- AMARO, Rogério Roque (2010), “A Economia Solidária da Macaronésia - Um Novo Conceito”, *Revista de Economia Solidária*, nº 1.
- ANJOS, José Carlos Gomes dos (2003), “Elites Intelectuais e a Conformação da Identidade Nacional em Cabo Verde”, *Estudos Afro- Asiáticos*, Ano 25, nº 3.
- ANTUNES, Manuel Lobo, (s/d), “Valorizar o Potencial de Desenvolvimento das RUP – Contributo do Governo Português para a Consulta Pública Promovida pela CE”: <http://www.mne.gov.pt/mne/pt/infopolitica/declaracoes/200804091700.htm>.
- BACH, Daniel (2008), “The European Union’s Strategic Partnership with the Africa Union”, *Revista Estratégia*: <http://www.ieei.pt/files/5DanielBach.pdf>.
- BAKER, Andrew (1999), “*Nébuleuse* and the ‘Internationalisation of the State’ in the UK? The Case of HM Treasury and the Bank of England”, *Review of International Political Economy*, Vol. 6, no. 1.
- BAKER, Bruce and MAY, Roy (2005), “Cape Verde: The Most Democratic Nation in Africa?”, *Journal of Modern African Studies*, Vol. 44, no. 4.
- BIELER, Andreas (1998), “Austria’s Application to the European Community: a Neo-Gramscian Case-Study of European Integration”, *New Political Economy*, Vol. 3, no. 1.
- BIELER, Andreas and MORTON, Adam David (2003), “Theoretical and Methodological Challenges of Neo-gramscian Perspective in International Political Economy”: http://www.internationalgramscisociety.org/resources/online_articles/articles/bieler_morton.shtml.
- _____(2004), “A Critical Theory Route to Hegemony, World Order and Historical Change: Neo-Gramscian Perspectives *in* International Relations”: http://findarticles.com/p/articles/mi_qa3780/is_200404/ai_n9367568/.
- BOCCONI, Lia Pozzi *et al* (2005), “The Role and Impact of Economic Partnership Agreements (EPAs) on African ACP Countries”, *Graduate Institute of International Studies HEI*, Geneva, World Trade Organization Seminar.
- BORGES, Victor (2007), “A UE e África: em Busca da Parceria Estratégica”, *in*: Franco Manuel (Org.), *A UE e África: Em Busca de Parceria Estratégica*, Lisboa: Livraria Almedina.

- CASTRO, José Ribeiro e (2009), *Cabo Verde: Dois Olhares, uma Visão Comum*, Lisboa: PPE-DE.
- CLAPHAM, Christopher S. (1996), *Africa and the International System: The Politics of State Survival*, Cambridge: Cambridge University Press.
- CONVERSI, Daniele (2004), "Americanization and the Planetary Spread of Ethnic Conflict: The Globalization Trap", London, *London School of Economics*: http://www.planetagora.org/english/theme4_suj2_note.html.
- COSTA, Suzano Ferreira (2007), "Cabo Verde e a Integração Europeia: A Construção Ideológica de um Espaço Imaginário", in: *A Juventude e a Promoção da Cultura de Investigação*, I Encontro de Jovens investigadores Cabo-verdianos, Praia, Associação dos Jovens Investigadores Cabo-verdianos.
- COSTA, Suzano Ferreira (2009), *Cabo Verde e a União Europeia: Diálogos Culturais, Estratégias e Retóricas de Integração*, Lisboa, FCSH-UNL, Dissertação de Mestrado.
- COX, Robert W. (1981), "Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory", *Millennium, Journal of International Studies*, Vol. 10, no. 2.
- _____(1987), *Production, Power, and World Order: Social Forces in the Making of History*, New York: Columbia University Press.
- _____(1992), "Global Perestroika", in: Miliband R. and Panitch L. (eds), *Socialist Register 1992: New World Order*, London: Merlin.
- _____(1993b), "Gramsci, Hegemony, and International Relations: An Essay in Method", in: Stephen Gill, (ed.), *Gramsci, Historical Materialism and International Relations*, Cambridge: Cambridge University Press.
- CRAVINHO, João Gomes (2007), "Facing a Globalized World: The New EU-Africa Partnership", *Revista Estratégia*: <http://www.ieei.pt/files/2JGCravinho.pdf>.
- _____(2008) *Visões do Mundo: as Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*, 3ª ed., Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- DUARTE, José Armando (2004), as "Relações Externas de Cabo Verde na Região da África Ocidental e os Quadros Regionais de Cooperação da União Europeia", in: *Cabo Verde - um Caso Insular nas Relações Norte-Sul*, *Revista Estratégia*, nº 20, IEEL, Cascais: Principia.
- ESTÊVÃO, João (2002), "Cabo Verde, o Acordo de Cooperação Cambial e o Euro", *Revista Estratégia*, nº 7, 2º Semestre.

- ____(2004), “O Desenvolvimento de Cabo Verde e o Modelo de Integração Económica Internacional”, *in: Cabo Verde - um Caso Insular nas Relações Norte-Sul, Revista Estratégia*, nº 20, IEEI, Cascais: Principia.
- ____(2006), “Cabo Verde e o Desafio da Integração Económica Internacional”, *in: Colóquio - Cabo Verde: Desafios de Desenvolvimento, Perspectiva da sua Sustentabilidade*, Lisboa, ULHT.
- ____(2007), “A Economia Cabo-Verdiana 30 anos Após a Independência: uma Transição Difícil”, *in: Jorge Carlos Fonseca (Org.), Cabo Verde - Três Décadas Depois*, Praia, Revista *Direito e Cidadania*, Ano VIII, Nº Especial.
- FERNANDES, Gabriel António (2000), *Entre a Europeidade e a Africanidade: os Marcos da Colonização/Descolonização no Processo de Funcionalização Identitária em Cabo Verde*, Florianópolis, UFSC, Dissertação de Mestrado.
- FERREIRA, A. Miranda *et al.* (2006), *Relatório Final do Estudo de Impacto de um Acordo de Parceria Económica*, Lisboa, Sociedade Nacional de Empreendimentos e Desenvolvimento Económico.
- FERREIRA, Manuel Ennes (2005) “Integração Económica em África: Poder e Identidade”, *in: o Racismo, Ontem e Hoje*, CEAUP/FL, Universidade do Porto.
- FERREIRA, Maria João Militão (2005), *A Política Externa Europeia: uma Reflexão sobre a União Europeia como Actor Internacional*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- GALE, F. (1998), “Cave «Cave! Hic Dragones»: a Neo-Gramscian Deconstruction and Reconstruction of International Regime Theory”, *Review of International Political Economy*, Vol. 5 no. 2, Routledge.
- GERMAIN, Randall D., KENNY, Michael (1998), “Engaging Gramsci: International Relations Theory and the New Gramscian”, *Review of international Studies*, Vol. 24, no.1.
- GIBB, Richard (2000), “Post Lomé: The European Union and the South”, *Third World Quarterly*, Vol. 21, no. 3, Taylor & Francis, Ltd.
- GILL, Stephen (1993a), “Gramsci and Global Politics: Towards a Post-Hegemonic Research Agenda”, *in: Stephen Gill, (ed.), Gramsci, Historical Materialism and international Relations*, Cambridge: Cambridge University Press.
- ____(1993b), “Epistemology, Ontology and the ‘Italian School’ ”, *in: Stephen Gill (ed.), Gramsci, Historical Materialism and international Relations*, Cambridge: Cambridge University Press.

- ____(2003), "Gramsci, Modernity and Globalization", Paper prepared for the Conference: Gramsci and the Twentieth Century, Istituto fondazione Gramsci, Sardinia: http://www.internationalgramscisociety.org/resources/online_articles/articles/gill01.shtml.
- ____(2001), "Constitutionalizing Capital: EMU and Disciplinary Neoliberalism", in: Bieler, Andreas and Morton, Adam David (eds.), *Social Forces in the Making of the New Europe: The Restructuring of European Social Relations in the Global Political Economy*, London: Palgrave.
- GRAÇA, José Leitão da (2007), "Trinta Anos de Independência: do Estado Unipartidário ao Estado Democrático", in: Jorge Carlos Fonseca (Org.), *Cabo Verde - Três Décadas Depois*, Praia, *Revista Direito e Cidadania*, Ano VIII, Nº Especial.
- GRAMSCI, Antonio (1971), *Selection from the Prison Notebooks of Antonio Gramsci*, ed. e trans., Hoare Q, Nowell-Smith G., London: Laurence e Wishart.
- ____(2004), *Cadernos do Cárcere*, 3ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, vol. 1.
- HAAS, Hein (2010) "Migration and Development: a Theoretical Perspective", *International Migration Review*, Vol. 44, nº 1.
- HARVEY, David (1990), *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Cambridge, MA: Blackwell.
- HILL, Christopher (1993), "The Capability-Expectations Gap, or Conceptualizing Europe's International Role", *Journal of Common Market Studies*, Vol. 31, nº 3.
- HURT, Stephen R. (2003), "Co-operation and Coersion? The Cotonou Agreement between the European Union and ACP States and the end of the Lomé Convention", *Third world Quarterly*, Vol. 24, No. 1, Taylor & Francis, Ltd.
- ISERY, Emre (2007), "Neo-Gramscian Analysis of US Hegemony today", U.K., Keele University: http://www.in-spire.org/archive/Previous/ei02062007_Neo-Gramscian_US_Hegemony.pdf.
- JÚNIOR, Paulo Monteiro (2007), "Cabo Verde: do Subdesenvolvimento Profundo à Graduação ao Grupo do PRM", in: Jorge Carlos Fonseca (Org.), *Cabo Verde - Três Décadas Depois*, Praia, *Revista Direito e Cidadania*, Ano VIII, Nº Especial.
- KEOHANE, Robert (1988), "International Institutions: Two Approaches", *International Studies Quarterly*, Vol. 32, no.4.
- KEUKELAIRE, Stephan and MACNAUGHTAN, Jennifer (2008), *The Foreign Policy of the European Union*, New York: Palgrave MacMillan.

- LAPORTE, Geert (2010), "O Acordo de Parceria ACP-EU: uma Renovação da Cooperação Internacional?", Maastricht, European Centerfor Development Policy Management:
http://www.ieei.pt/files/Geert_Laporte_%20Novo_acordo_parceria_ACP-UE.pdf
- LEITE, Isabel Costa (2004), "Entre África e Europa: Cabo Verde e a sua Estratégia de Desenvolvimento", Comunicação apresentada na Conferência Internacional Ásia/África, Porto, UFP:
https://bdigital.ufp.pt/dspace/bitstream/10284/1016/1/Cabo_Verde%5B1%5D.pdf
- MAXWELL, S. (2005), "The Washington Consensus is dead! Long Live the Meta-narrative!", Working Paper 243, London, Overseas Development Institute.
- MEDEIROS, Eduardo Raposo de (1998), *Blocos Regionais de Integração Económica*, Lisboa: ISCSP/UTL.
- MEYN, Mareike (2004), "Are Economic Partnership Agreements likely to Promote or Constrain Regional Integration in Southern Africa? Options, Limits and Challenges Botswana, Mauritius and Mozambique are Facing", Working Paper no. 96, The Namibian Economic Policy Research Unit.
- MEYNS, Peter (2002). "Cape Verde: An African Exception", *Journal of Democracy*, Vol. 13, No. 3, University of Duisburg.
- MONTEIRO, Ramiro Ladeiro (2001), *A África na Política de Cooperação Europeia*, 2ª Edição Actualizada, Lisboa: ISCSP/UTL.
- MORTON, Adam David (2003), Social Forces in the Struggle over Hegemony: Neo-Gramscian Perspectives in the International Political Economy, *Rethinking Marxism*, Vol. 15, no. 2.
- NYE Jr., Joseph S. (1990), *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*, New York: Basic Books.
- _____(2004), *Soft Power: The Means to Success in World Politics*, New York: Public Affairs.
- NEVES, José Maria (2004) "As Relações Externas de Cabo Verde: o Caso da União Europeia", in: *Cabo Verde - um Caso Insular nas Relações Norte-Sul*, *Revista Estratégia*, nº 20, IEEI, Cascais: Principia.
- ÖZÇELİK, Sesai (2005), "Neorealist and Neo-Gramiscian Hegemony in the International Relations and Conflict Resolution during the 1990's", Arlington, George Mason University, Institute for Conflict Analysis and Resolution.

- RAMOS, Leonardo (2005), *A sociedade Civil em Tempos de Globalização: uma Perspectiva Neogramsciana*, Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, PUCRJ, Dissertação de Mestrado.
- RAMOS, Leonardo e ZAHRAN, Geraldo (2006) “Da Hegemonia ao Poder Brando: Implicações de uma Mudança Conceitual”, *Cena Internacional*, Ano 8, nº 1.
- ROBINSON, William I. (2005), “Gramsci and Globalization: From Nation-State to Transnational Hegemony” *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, Vol. 8, no. 4.
- ROCHA, José Luís (2007a) “CEDEAO - Integração e Diferenciação: que Perspectiva para Cabo Verde?”, Praia, Direcção Geral da Política Externa, MNECC.
- _____(2007b), Comunicação Apresentada na Palestra sobre Política Externa de Cabo Verde, 22.12.2007, Praia, MNECC.
- _____(2009), “Cinco Questões para Compreender a Parceria Especial (PE) Cabo Verde – União Europeia”, Praia, MNECC.
- RUPERT, Mark (1995), *Producing Hegemony: The Politics of Mass Production and American Global Power*, Cambridge, Cambridge University Press.
- SABIOTE, Maria A. (2008) “Literature Review on the Relations between the EU and Morocco”, *EUPROX State-of-the-art Reports*, no. 3, Bellaterra (Barcelona): Institut Universitari d’Estudis Europeus.
- SANTOS, Ana Maria Morgado e CAETANO, José Manuel (2009), “Os Acordos de Cooperação Económica Entre a União Europeia e os Países ACP”, *Relações Internacionais*, nº 22.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2005), “A Crítica da Governação Neoliberal: O Fórum Social Mundial como Política e Legalidade Cosmopolita Subalterna”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Vol. 72.
- _____(2007), “Para além do Pensamento Abissal: Das Linhas Globais a uma Ecologia de Saberes”: www.ces.fe.uc.pt/bss/.../Para_alem_do_pensamento_abissal_RCCS78.PDF.
- SANTOS, Milton (2003), *Por uma outra Globalização: Do Pensamento Único à Consciência Universal*, 10ª ed., Rio de Janeiro: Record.
- SILVA, Vera Joana (2008), *A Relações entre a União Europeia e Cabo Verde: que Alternativas para a Integração Económica com Cabo Verde*, UE, Dissertação de Mestrado.
- SILVEIRA, Onésimo (2004), “A Nação Cabo-verdiana e os Desafios da Globalização”, in: *Cabo Verde - um Caso Insular nas Relações Norte-Sul*, *Revista Estratégia*, nº 20, IEEI, Cascais, Principia.

- SOARES Mário, e MOREIRA Adriano (2005), “Mário Soares e Adriano Moreira defendem Integração de Cabo Verde na União Europeia”, *in: A Capital* de 16 Maio de 2005.
- STIGLITZ, J. E. (2007), *Tornar a Globalização Eficaz*, Porto: Edições ASA.
- STRANGE, Susan (1998) *States and Market*, London: Printer Publishers.
- WOODS, Ngaire (2001), “International Political in an Age of Globalization”, *in: Baylis, John e Smith, Steve (eds.), The Globalization of World Politics*, Oxford: University Press.
- TEKERE, Moses (2001), “Dimensões Políticas do Novo Acordo de Cotonou entre os Países ACP e a União Europeia”, Harare, Centro de Estudos de Comércio e Desenvolvimento – Trade Center.
- VARELA, Odair B. (2008), “A Governação Global Neoliberal e a Emergência de Formas Alternativas de Governação Política, Económica e Social na África Subsariana”, Comunicação apresentada na 12ª Assembleia Geral de CODESRIA sobre o tema “Governar o Espaço Público Africano” Yaoundé, 07-11/12/2008, CODESRIA.
- YAN, Yongzheng and GUPTA, Sanjeev (2005) “Regional Trade Arrangements in Africa: Past Performance and the Way Forward”, IMF Working Paper, African Department, WP/05/36.

DOCUMENTOS OFICIAIS

CABO VERDE

- CM (s/d), *As Grandes Opções do Plano 1997-2005, Inserção Dinâmica de Cabo Verde no Sistema Económico Mundial, Uma Opção pelo Desenvolvimento Económico e Social Autosustentado*, Praia, Conselho de Ministros.
- CM (2001), *As Grandes Opções do Plano – Uma Agenda Estratégica*, Praia, Conselho de Ministros.
- CM (2002), *Documento do Conselho de Ministros Especializado em matéria de Cooperação Internacional*, Praia, conselho de Ministros.
- MFP (2004), *Documento de Estratégia de Crescimento e Redução da Pobreza*, Praia, Ministério das Finanças e Planeamento.
- CM (2006), *Programa do Governo Para a VII Legislatura 2006-2011*, Praia, Conselho de Ministros.

MNECC (2009), *Nota de Enquadramento das Relações Cabo Verde/Açores*, Direcção Geral da política Externa de Cabo Verde, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades.

UNIÃO EUROPEIA

CE (2003), *O Diálogo EU-África*, Comunicação da Comissão ao Conselho, 316 final, Bruxelas, Comissão Europeia.

CE (2004a), *Um Protagonista A Nível Mundial: As Relações Externas da União Europeia*, Bruxelas, Serviço das Publicações da Comunidade Europeia.

CE (2004b), *Política Europeia de Vizinhança: Após o Alargamento, a Comissão Dá um Novo Impulso à Política Europeia de Vizinhança*, Comunicado de Imprensa da Comissão Europeia, IP/04/632.

CE (2005), *Accelerating Progress Towards Attaining the Millennium Development Goals – Financing for Development and Aid Effectiveness*, COM, 133: <http://europa.eu/scadplus/leg/pt/lvb/r12533.htm>.

CE (2007a), *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o Futuro das Relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde*, SEC, 1415, Bruxelas, Comissão Europeia, COM, 641 Final.

CE (2007b) *Plan D'Action UE/Cap-Vert*, SEC, 1415, Bruxelles, Commission Européenne, COM, 641 Final.

CE (2007c), *Do Cairo a Lisboa - A Parceria Estratégica UE-África*, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, COM, 357 Final.

EC (1996), *European Commission, Green Paper on Relations between the European Union and the ACP countries on the eve of the 21st century: Challenges and options for a new partnership*: <http://actrav.itcilo.org/actrav-english/telearn/global/ilo/blokit/green.htm>.

EU (2008) *The Africa-European Union Strategic Partnership*, Brussels, Council of the European Union General Secretariat.

CABO VERDE/UNIÃO EUROPEIA

Governo de Cabo Verde/Comissão Europeia (2001), *Documento de Estratégia de Cooperação Cabo Verde/UE para o período 2002- 2007*, assinado em 22 de Abril de 2001, na cidade da Praia.

Governo de Cabo Verde/União Europeia (2008a): *Declaração Comum sobre uma Parceria para a Mobilidade entre a União Europeia e Cabo Verde*:

http://www.governo.cv/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=96&Itemid=89.

Governo de Cabo Verde/União Europeia (2008b): *Parceria Especial Cabo Verde – EU Quadro Orientador para a Implementação, praia, Governo de Cabo Verde*.

Communauté Européenne/Cap Vert (2008c): Document de Strategie de Cooperation et Programme Indicatif National Pour La Periode 2008 – 2013 : http://ec.europa.eu/development/icenter/repository/scanned_cv_csp10_fr.pdf.

OUTROS

OECD (2005), *Paris Declaration on Aid Effectiveness*, High Level Forum on Aid Effectiveness: <http://www.oecd.org/dataoecd/11/41/34428351.pdf>.

OECD (2005), *Baselines and Suggested Targets for the 12 Indicators of Progress: Paris Declaration on Aid Effectiveness*, High Level Forum on Aid Effectiveness: <http://www.oecd.org/dataoecd/45/46/35230756.pdf>

UE/ACP (2000), Acordo de Parceria entre os Estados de África, das Caraíbas e do Pacífico e a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, bem como os seus Anexos, Protocolos e Acta Final, Assinados em Cotonou em 23 de Junho de 2000.

WEBSITES

<http://www.alfandegas.cv/>

<http://www.africaneconomicoutlook.org>

www.delcpv.eu.europa.eu

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home/>

<http://diplo.uol.com.br>

<http://www.europarl.europa.eu>

<http://www.eurocid.pt>

<http://www.governo.cv/>

<http://www.imf.org>

www.ine.cv

www.mnecc.gov.cv

<http://www.paicv.cv/>

ANEXOS

Quadro 1

Trocas Comerciais entre a África e a UE

Unidade: Milhões Euro

| Anos | Imports. | Variação (%, y-o-y) | (%) da UE do total das imp. | Exports. | Variação (%, y-o-y) | (%) da UE do total das exp. | Balança Comercial | Milhões de Euros, % Comércio |
|--------------------------------------|----------|------------------------|--------------------------------|----------|------------------------|-----------------------------------|----------------------|------------------------------------|
| 2005 | 87.368 | 10,9 | 40,0 | 94.403 | 26,6 | 41,2 | 7.035 | 181.771 |
| 2006 | 97.269 | 11,3 | 37,4 | 110.782 | 17,3 | 40,6 | 13.513 | 208.050 |
| 2007 | 116.102 | 19,4 | 38,3 | 112.436 | 1,5 | 39,1 | -3.666 | 228.538 |
| 2008 | 126.603 | 9,0 | 36,2 | 141.828 | 26,1 | 39,5 | 15.225 | 268.431 |
| 2009 | 110.027 | -13,1 | 36,1 | 93.771 | -33,9 | 37,5 | -16.256 | 203.797 |
| 2009Q1 | 26.455 | - | 36,3 | 23.749 | - | 43,0 | -2.706 | 50.204 |
| 2009Q2 | 28.106 | - | 36,1 | 22.699 | - | 39,1 | -5.407 | 50.805 |
| 2009Q3 | 26.848 | - | 35,6 | 22.719 | - | 34,3 | -4.129 | 49.566 |
| 2009Q4 | 28.618 | - | 36,5 | 24.604 | - | 34,9 | -4.015 | 53.222 |
| 2010Q1 | 28.732 | 8,6 | 36,1 | 26.744 | 12,6 | 35,4 | -1.987 | 55.476 |
| 2010Q2 | 32.234 | 14,7 | 35,2 | 29.398 | 29,5 | 35,0 | -2.836 | 61.632 |
| 2010Q3 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| 2010Q4 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Cresc. Anual médio (2005-2009) | | 5,9 | | | -0,2 | | | |

Fonte: Base de Dados Online do EUROSTAT

Quadro 2

Cabo Verde: Importações por Região de Origem (2000-2009)

Valor: Escudos Cabo-verdianos (ECV)

| Região / Origem | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | Total |
|--------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| U. | 22.870.193.027 | 25.976.598.764 | 29.236.468.500 | 26.985.668.469 | 27.489.682.841 | 30.578.774.953 | 40.140.491.019 | | 51.817.155.439 | 47.103.373.943 | 352.621.863.367 |
| Europeia | | | | | | | | 50.423.525.052 | | | |
| CEDEAO | 354.758.107 | 413.853.475 | 565.372.309 | 1.008.050.582 | 688.854.361 | 758.365.146 | 595.626.960 | 873.324.387 | 948.021.810 | 1.218.660.675 | 7.424.887.812 |
| Resto | 412.143.102 | 329.600.412 | 255.229.747 | 707.548.273 | 740.614.323 | 730.855.465 | 343.007.487 | 732.912.969 | 602.792.991 | 439.354.340 | 5.294.059.109 |
| África | | | | | | | | | | | |
| Américas | 1.682.174.349 | 1.447.441.470 | 2.260.531.634 | 2.142.647.373 | 7.005.512.778 | 4.882.037.910 | 4.301.869.608 | 4.975.593.479 | 5.338.059.250 | 4.412.247.929 | 38.448.115.780 |
| Ext. | 108.100.090 | 874.373.055 | 377.262.430 | 576.728.421 | 388.957.243 | 515.333.986 | 484.302.785 | 1.094.710.790 | 1.245.927.953 | 1.252.088.394 | 6.917.785.147 |
| Oriente | | | | | | | | | | | |
| Resto | 2.089.172.227 | 1.298.331.033 | 2.168.167.041 | 2.365.119.164 | 2.170.709.854 | 1.410.582.896 | 1.636.906.278 | 2.018.883.808 | 2.296.672.492 | 1.787.475.439 | 19.242.088.872 |
| Mundo | | | | | | | | | | | |
| Total | 27.516.540.902 | 30.340.198.209 | 34.863.031.661 | 33.785.762.282 | 38.484.331.400 | 38.875.950.356 | 47.502.204.137 | 60.118.950.485 | 62.248.629.935 | 56.213.200.720 | 429.948.800.087 |

Fonte: Compilação com base nos dados da Direcção Geral das Alfândegas (DGA)

Obs: Os dados dos países caribenhos foram incluídos nos dados do "Resto do Mundo"

Quadro 3
Cabo Verde: Importações por Região de Origem (2000-2009) + Cálculo do Peso
Percentual por Região

| Valor: ECV | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|----------------|--------|----------------|--------|----------------|--------|----------------|--------|----------------|--------|-----------------|--------|
| Região/ Origem | 2000 | | 2001 | | 2002 | | 2003 | | 2004 | | Total | |
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| U. | 22.870.193.027 | 83,11 | 25.976.598.764 | 85,62 | 29.236.468.500 | 83,86 | 26.985.668.469 | 79,87 | 27.489.682.841 | 71,43 | 132.558.611.601 | 80,34 |
| Europeia | | | | | | | | | | | | |
| CEDEAO | 354.758.107 | 1,29 | 413.853.475 | 1,36 | 565.372.309 | 1,62 | 1.008.050.582 | 2,98 | 688.854.361 | 1,79 | 3.030.888.834 | 1,84 |
| Resto | 412.143.102 | 1,50 | 329.600.412 | 1,09 | 255.229.747 | 0,73 | 707.548.273 | 2,09 | 740.614.323 | 1,92 | 2.445.135.857 | 1,48 |
| África | | | | | | | | | | | | |
| Américas | 1.682.174.349 | 6,11 | 1.447.441.470 | 4,77 | 2.260.531.634 | 6,48 | 2.142.647.373 | 6,34 | 7.005.512.778 | 18,20 | 14.538.307.604 | 8,81 |
| Ext. | 108.100.090 | 0,47 | 874.373.055 | 2,88 | 377.262.430 | 1,08 | 576.728.421 | 1,71 | 388.957.243 | 1,01 | 2.325.421.239 | 1,41 |
| Oriente | | | | | | | | | | | | |
| Resto | 2.089.172.227 | 7,59 | 1.298.331.033 | 4,28 | 2.168.167.041 | 6,22 | 2.365.119.164 | 7,00 | 2.170.709.854 | 5,64 | 10.091.499.319 | 6,12 |
| Mundo | | | | | | | | | | | | |
| Total | 27.516.540.902 | 100,00 | 30.340.198.209 | 100,00 | 34.863.031.661 | 100,00 | 33.785.762.282 | 100,00 | 38.484.331.400 | 100,00 | 164.989.864.454 | 100,00 |
| Região / Ano | 2005 | | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | | Total | |
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| U. | 30.578.774.953 | 78,66 | 40.140.491.019 | 84,50 | 50.423.525.052 | 83,87 | 51.817.155.439 | 83,24 | 47.103.373.943 | 83,79 | 220.063.251.766 | 83,06 |
| Europeia | | | | | | | | | | | | |
| CEDEAO | 758.365.146 | 1,95 | 595.626.960 | 1,25 | 873.324.387 | 1,45 | 948.021.810 | 1,52 | 1.218.660.675 | 2,17 | 4.393.998.978 | 1,66 |
| Resto | 730.855.465 | 1,88 | 343.007.487 | 0,72 | 732.912.969 | 1,22 | 602.792.991 | 0,97 | 439.354.340 | 0,78 | 2.848.923.252 | 1,08 |
| África | | | | | | | | | | | | |
| Américas | 4.882.037.910 | 12,56 | 4.301.869.608 | 9,06 | 4.975.593.479 | 8,28 | 5.338.059.250 | 8,58 | 4.412.247.929 | 7,85 | 23.909.808.176 | 9,02 |
| Ext. | 515.333.986 | 1,33 | 484.302.785 | 1,02 | 1.094.710.790 | 1,82 | 1.245.927.953 | 2,00 | 1.252.088.394 | 2,23 | 4.592.363.908 | 1,73 |
| Oriente | | | | | | | | | | | | |
| Resto | 1.410.582.896 | 3,63 | 1.636.906.278 | 3,45 | 2.018.883.808 | 3,36 | 2.296.672.492 | 3,69 | 1.787.475.439 | 3,18 | 9.150.589.553 | 3,45 |
| Mundo | | | | | | | | | | | | |
| Total | 38.875.950.356 | 100,00 | 47.502.204.137 | 100,00 | 60.118.950.485 | 100,00 | 62.248.629.935 | 100,00 | 56.213.200.720 | 100,00 | 264.958.935.633 | 100,00 |

Fonte: Cálculo com base nos dados da Direcção Geral das Alfândegas (DGA)
 Obs: Os dados dos países caribenhos foram incluídos nos dados do “Resto do Mundo”

Quadro 4
Cabo Verde: Importações por Região de Origem (2000-2009), Realçando Alguns Parceiros

| Valor: ECV | | | | | | | | | | | | |
|--------------------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|-----------------|-------|
| Região / Origem | 2000 | | 2001 | | 2002 | | 2003 | | 2004 | | Total | |
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Espanha | 697.948.498 | 3,05 | 1.271.379.272 | 4,89 | 1.337.942.991 | 4,58 | 897.107.584 | 3,32 | 1.477.440.864 | 5,37 | 5.681.819.209 | 4,29 |
| Portugal | 14.422.068.637 | 63,06 | 15.458.556.153 | 59,51 | 18.292.830.117 | 62,57 | 16.546.808.926 | 61,32 | 16.339.349.168 | 59,44 | 81.059.613.001 | 61,15 |
| Países | 3.581.585.302 | 15,66 | 4.361.469.380 | 16,79 | 4.747.625.969 | 16,24 | 5.018.068.885 | 18,60 | 5.309.107.260 | 19,31 | 23.017.856.796 | 17,36 |
| Baixos | | | | | | | | | | | | |
| U. | 22.870.193.027 | 81,77 | 25.976.598.764 | 81,19 | 29.236.468.500 | 83,38 | 26.985.668.469 | 83,24 | 27.489.682.841 | 84,13 | 132.558.611.601 | 82,80 |
| Europeia | | | | | | | | | | | | |

| Região / Origem | 2005 | | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | | Total | |
|--------------------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|----------------|-------|-----------------|-------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Espanha | 2.953.702.341 | 9,66 | 2.665.821.844 | 6,64 | 2.666.545.256 | 5,29 | 4.532.807.249 | 8,75 | 5.526.553.472 | 11,73 | 18.345.430.162 | 8,34 |
| Portugal | 17.717.902.813 | 57,94 | 23.868.523.143 | 59,46 | 27.061.153.333 | 53,67 | 31.296.233.797 | 60,40 | 27.168.661.272 | 57,68 | 127.112.474.358 | 57,76 |
| Países Baixos | 6.095.464.194 | 19,93 | 7.270.301.918 | 18,11 | 9.770.926.655 | 19,38 | 10.575.365.750 | 20,41 | 9.412.164.391 | 19,98 | 43.124.222.908 | 19,60 |
| U. Europeia | 30.578.774.953 | 87,53 | 40.140.491.019 | 84,22 | 50.423.525.052 | 78,33 | 51.817.155.439 | 89,55 | 47.103.373.943 | 89,39 | 220.063.251.766 | 85,69 |

| Região / Origem | 2000 | | 2001 | | 2002 | | 2003 | | 2004 | | Total | |
|--------------------|-------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|---------------|-------|-------------|-------|---------------|-------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Senegal | 176.693.563 | 49,81 | 154.340.725 | 37,29 | 322.257.256 | 57,00 | 0 | 0,00 | 288.066.591 | 41,82 | 941.358.135 | 31,06 |
| Costa do Marfim | 162.765.064 | 45,88 | 243.841.375 | 58,92 | 201.074.652 | 35,56 | 906.996.963 | 89,98 | 327.273.669 | 47,51 | 1.841.951.723 | 60,77 |
| CEDEAO | 354.758.107 | 95,69 | 413.853.475 | 96,21 | 565.372.309 | 92,56 | 1.008.050.582 | 89,98 | 688.854.361 | 89,33 | 3.030.888.834 | 91,83 |

| Região / Ano | 2005 | | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | | Total | |
|--------------------|-------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|-------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Senegal | 151.776.040 | 20,01 | 312.424.477 | 52,45 | 494.132.620 | 56,58 | 411.742.139 | 43,43 | 690.846.380 | 56,69 | 2.060.921.656 | 46,90 |
| Costa do Marfim | 302.917.478 | 39,94 | 127.848.694 | 21,46 | 260.054.741 | 29,78 | 251.995.242 | 26,58 | 180.016.799 | 14,77 | 1.122.832.954 | 25,55 |
| CEDEAO | 758.365.146 | 59,96 | 595.626.960 | 73,92 | 873.324.387 | 86,36 | 948.021.810 | 70,01 | 1.218.660.675 | 71,46 | 4.393.998.978 | 72,46 |

| Região / Ano | 2000 | | 2001 | | 2002 | | 2003 | | 2004 | | Total | |
|-----------------|---------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|----------------|-------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| EUA | 977.115.442 | 58,09 | 720.635.019 | 49,79 | 1.077.145.545 | 47,65 | 1.180.765.594 | 55,11 | 5.091.584.301 | 72,68 | 9.047.245.901 | 62,23 |
| Brasil | 682.731.842 | 40,59 | 673.163.455 | 46,51 | 1.145.051.755 | 50,65 | 922.004.340 | 43,03 | 1.757.672.602 | 25,09 | 5.180.623.994 | 35,63 |
| Américas | 1.682.174.349 | 98,67 | 1.447.441.470 | 96,29 | 2.260.531.634 | 98,30 | 2.142.647.373 | 98,14 | 7.005.512.778 | 97,77 | 14.538.307.604 | 97,86 |

| Região / Ano | 2005 | | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | | Total | |
|-----------------|---------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|---------------|-------|----------------|-------|
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| EUA | 1.056.710.946 | 21,64 | 659.745.650 | 15,34 | 698.039.518 | 14,03 | 539.620.408 | 10,11 | 583.119.819 | 13,22 | 3.537.236.341 | 14,79 |
| Brasil | 3.129.437.930 | 64,10 | 2.976.754.737 | 69,20 | 3.742.730.807 | 75,22 | 3.528.278.345 | 66,10 | 2.507.901.446 | 56,84 | 15.885.103.265 | 66,44 |
| Américas | 4.882.037.910 | 85,75 | 4.301.869.608 | 84,53 | 4.975.593.479 | 89,25 | 5.338.059.250 | 76,21 | 4.412.247.929 | 70,06 | 23.909.808.176 | 81,23 |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Direcção Geral das Alfândegas (DGA)

Obs: Os dados dos países caribenhos foram incluídos nos dados do “Resto do Mundo”

Quadro 5
Cabo Verde: Importações por País de Origem (2000-2009)
2000

| PAÍSES ORIGEM | Valor (ECV) |
|--------------------------|--------------------|
| África do Sul | 108.182.450 |
| Alemanha | 400.356.258 |
| Angola | 360.000 |
| Austrália | 262.727 |
| Áustria | 82.288.539 |
| Bahamas | 310.953 |
| Bélgica | 1.164.576.369 |
| Brasil | 682.731.842 |
| Canadá | 19.884.739 |
| Canárias (Espanha) | 31.364.118 |
| China | 1.616.610 |
| Colômbia | 810.252 |
| Congo | 76.913.113 |
| Costa do Marfim | 162.765.064 |
| Dinamarca | 142.127.289 |
| Espanha | 697.948.498 |
| Estados Unidos | 977.115.442 |
| França | 1.200.869.676 |
| Gâmbia | 4.407.209 |
| Gana | 9.897.904 |
| Grécia | 38.386 |
| Guiné-bissau | 982.867 |
| Guiné-Conacry | 7.000 |
| Honduras | 160.466 |
| Hong Kong | 12.277.885 |
| Indonésia | 47.778.096 |
| Israel | 42.596.404 |
| Itália | 629.924.417 |
| Japão | 94.205.595 |
| Jordânia | 73.300 |
| Luxemburgo | 111.499 |
| Malásia | 9.600 |
| Malawi | 170.410.730 |
| Malta | 71.224 |
| Marrocos | 46.669.751 |
| México | 675.333 |
| Moçambique | 1.657.749 |
| Nauru | 719.138 |

| | |
|-----------------------------|-----------------------|
| Nigéria | 4.500 |
| Noruega | 736.190 |
| Nova Caledónia | 2.275.827 |
| País Indeterminado | 373.474.925 |
| Países Baixos | 3.581.585.302 |
| Panamá | 59.698 |
| Porto Rico | 664.977 |
| Portugal | 14.422.068.637 |
| Reino Unido | 503.606.272 |
| Rep. Centro Africana | 510.571 |
| Roménia | 153.746.810 |
| Rússia | 3.754.226 |
| São Vicente e Granadinas | 704.233 |
| Senegal | 176.693.563 |
| Suécia | 13.327.767 |
| Suíça | 7.617.181 |
| Suriname | 71.600 |
| Tailândia | 244.360.713 |
| Ter. Brit. do Oceano Índico | 5.601.998 |
| Turquia | 583.324.007 |
| Ucrânia | 180.797.389 |
| Vietname | 440.957.286 |
| Zaire | 7.438.738 |
| Total | 27.516.540.902 |

2001

| PAÍSES ORIGEM | Valor (ECV) |
|--------------------|---------------|
| África do Sul | 213.117.187 |
| Alemanha | 193.796.230 |
| Andorra | 800.000 |
| Angola | 53.575.008 |
| Antígua e Barbados | 710.611 |
| Argélia | 4.387.116 |
| Áustria | 14.088.808 |
| Bahamas | 2.993.407 |
| Bélgica | 2.045.426.101 |
| Belize | 67.590 |
| Brasil | 673.163.455 |
| Bulgária | 84.377.028 |
| Canadá | 29.870.101 |

| | |
|------------------------------|----------------|
| Chile | 862.719 |
| China | 880.698 |
| Chipre | 14.959 |
| Colômbia | 266.134 |
| Coreia do Sul | 144.027 |
| Costa do Marfim | 243.841.375 |
| Dinamarca | 14.943.585 |
| Espanha | 1.271.379.272 |
| EUA | 720.635.019 |
| França | 950.237.865 |
| Gâmbia | 5.329.951 |
| Gana | 2.999.669 |
| Guiné-bissau | 7.229.801 |
| Guiné-Conacry | 92.790 |
| Haiti | 218.901 |
| Honduras | 19.202.821 |
| Hong Kong (China) | 762.364 |
| Hungria | 464.994 |
| Ilhas Malvinas (Reino Unido) | 44.873 |
| Ilha Bouvet (Noruega) | 364.336 |
| Ilha do Natal (Austrália) | 850.000 |
| Ilha Guam (EUA) | 23.680 |
| Ilhas Canárias (EUA) | 35.303.797 |
| Ilhas Salomão | 6.507.719 |
| Índia | 6.709.145 |
| Indonésia | 133.095.977 |
| Islândia | 120.000 |
| Israel | 732.087 |
| Itália | 992.906.509 |
| Jamaica | 107.494 |
| Japão | 91.325.317 |
| Jordânia | 73.000 |
| Líbia | 766.247 |
| Luxemburgo | 520.067 |
| Marrocos | 49.858.491 |
| Nauru | 50.000 |
| Nepal | 484.662 |
| Nigéria | 19.164 |
| Noruega | 156.245 |
| País Indeterminado | 359.094.018 |
| Países Baixos | 4.361.469.380 |
| Panamá | 2.966.740 |
| Paraguai | 173.211 |
| Polinésia Francesa (França) | 194.620 |
| Portugal | 15.458.556.153 |
| Reino Unido | 477.358.224 |
| República Centro Africana | 57.604 |
| Roménia | 98.209.695 |

| | |
|---------------------------------|-----------------------|
| Rússia | 30.000 |
| São Cristóvão e Neves | 23.000 |
| Santa Lúcia | 2.066.704 |
| São Vicente e Granadinas | 75.000 |
| Seicheles | 2.439.361 |
| Senegal | 154.340.725 |
| Singapura | 158.781 |
| Sri Lanka | 961.344 |
| Suécia | 159.812.773 |
| Suíça | 1.663.016 |
| Tailândia | 1.217.289 |
| Ter. Britânico do Oceano Índico | 37.565.642 |
| Turquia | 533.720.305 |
| Ucrânia | 25.187.774 |
| Uruguai | 210.000 |
| Vietname | 781.260.649 |
| Iémen Democrático | 88.407 |
| Zaire | 5.399.398 |
| Total | 30.340.198.209 |

2002

| PAÍSES ORIGEM | Valor (ECV) |
|--------------------|---------------|
| África do Sul | 139.064.043 |
| Alemanha | 1.286.893.098 |
| Angola | 316.670 |
| Antígua e Barbados | 19.018.576 |
| Argélia | 13.307.839 |
| Argentina | 29.415.061 |
| Áustria | 68.107.754 |
| Bahamas | 7.400.218 |
| Bangladesh | 1.060.700 |
| Bélgica | 1.434.710.652 |
| Benin | 31.252.299 |
| Brasil | 1.145.051.755 |
| Camarões | 13.717.352 |
| Canadá | 3.821.260 |
| China | 2.901.724 |
| Chipre | 1.976.835 |
| Comores | 19.170.104 |
| Costa do Marfim | 201.074.652 |
| Dinamarca | 9.906.135 |
| Espanha | 1.337.942.991 |
| EUA | 1.077.145.545 |
| Etiópia | 35.416 |
| França | 720.139.008 |
| Gabão | 19.495.433 |

| | |
|-----------------------------|----------------|
| Gâmbia | 2.960.706 |
| Gana | 479.694 |
| Granada | 100.000 |
| Grécia | 209.581 |
| Guatemala | 692.897 |
| Guiana | 55.002 |
| Guiné-Bissau | 6.067.040 |
| Guiné-Conacry | 1.026.174 |
| Honduras | 91.301 |
| Hong Kong | 23.327 |
| Ilha Pitcairn (Reino Unido) | 2.070.668 |
| Ilhas Canárias | 40.736.492 |
| Ilhas Maurícias | 1.644.000 |
| Ilhas Salomão | 1.142.100 |
| Índia | 49.083.363 |
| Indonésia | 188.002.667 |
| Irão | 3.349.052 |
| Israel | 4.937.823 |
| Itália | 1.149.543.397 |
| Japão | 140.279.560 |
| Kiribati | 2.547.381 |
| Luxemburgo | 148.748 |
| Mali | 101.317 |
| Malta | 120.337.286 |
| Marrocos | 47.131.624 |
| México | 2.481.038 |
| Moçambique | 540.396 |
| Nauru | 731.371 |
| Níger | 153.171 |
| Noruega | 2.610.185 |
| País Indeterminado | 718.721.905 |
| Países Baixos | 4.747.625.969 |
| Panamá | 1.777.775 |
| Polinésia Francesa (França) | 100.134 |
| Portugal | 18.292.830.117 |
| Reino Unido | 120.342.147 |
| Roménia | 186.151.227 |
| Rússia | 68.391 |
| São Tomé E Príncipe | 110.828 |
| São Vicente e Granadinas | 950.106 |
| Senegal | 322.257.256 |
| Sri Lanka | 29.818 |
| Suécia | 27.332.411 |
| Suíça | 1.169.969 |
| Tailândia | 174.678.146 |
| Taiwan | 582.873 |
| Trindade e Tobago | 203.970 |
| Turquia | 657.380.103 |

| | |
|-------------------|-----------------------|
| Ucrânia | 10.752 |
| Vietname | 233.474.946 |
| Iémen | 112.434 |
| Iémen Democrático | 1.250.966 |
| Zaire | 696.042 |
| Zona Neutra | 22.970.895 |
| Total ... | 34.863.031.661 |

2003

| PAÍSES | Valor (ECV) |
|--------------------|---------------|
| ORIGEM | |
| África do Sul | 380.116.278 |
| Albânia | 120.842 |
| Alemanha | 344.297.119 |
| Andorra | 6.437.306 |
| Antígua e Barbados | 1.725.330 |
| Argélia | 690.185 |
| Áustria | 40.631.622 |
| Barbados | 1.976.320 |
| Bélgica | 1.943.217.388 |
| Brasil | 922.004.340 |
| Camarões | 11.791.635 |
| Canadá | 19.350.276 |
| Chile | 2.986.528 |
| China | 93.599.357 |
| Chipre | 24.000 |
| Costa do Marfim | 906.996.963 |
| Dinamarca | 34.825.810 |
| Dominica | 6.285.105 |
| Egipto | 108.219.302 |
| Eslováquia | 68.212 |
| Espanha | 897.107.584 |
| EUA | 1.180.765.594 |
| Finlândia | 3.768.647 |
| França | 1.067.938.844 |
| Gabão | 60.058.618 |
| Gâmbia | 1.273.517 |
| Gana | 47.074.572 |
| Grécia | 423.729 |
| Guiné-Bissau | 2.481.137 |
| Guiné-Conacry | 17.307 |
| Hong Kong | 2.340.292 |
| Índia | 179.182 |
| Indonésia | 27.018.251 |
| Irão | 78.636 |
| Irlanda | 2.989.368 |
| Israel | 1.771.989 |

| | |
|--------------------------------|-----------------------|
| Itália | 740.621.594 |
| Japão | 309.288.643 |
| Kuwait | 103.645.918 |
| Libéria | 50.207.086 |
| Líbia | 4.589.733 |
| Luxemburgo | 1.307.871 |
| Malta | 11.013.817 |
| Marrocos | 17.825.693 |
| México | 1.751.385 |
| Moçambique | 925.547 |
| Noruega | 9.611.421 |
| País Indeterminado | 515.535.288 |
| Países Baixos | 5.018.068.885 |
| Palaos | 276.527 |
| Panamá | 88.588 |
| Peru | 4.495.944 |
| Porto Rico | 11.204.718 |
| Portugal | 16.546.808.926 |
| Reino Unido | 298.619.224 |
| República Democrática do Congo | 120.884.868 |
| Coreia do Norte | 1.667.664 |
| Roménia | 154.787.488 |
| Rússia | 66.542.372 |
| Síria | 2.153.371 |
| Sri Lanka | 86.883 |
| Suécia | 38.604.552 |
| Suíça | 750.227 |
| Tailândia | 444.047.133 |
| Taiwan (China) | 3.482.918 |
| Timor Leste | 365.734 |
| Trindade e Tobago | 37.750.485 |
| Tunísia | 92.610 |
| Turquia | 979.304.633 |
| Vietname | 166.349.547 |
| Zimbabwe | 2.353.804 |
| Total | 33.785.762.282 |

2004

| PAÍSES ORIGEM | Valor (ECV) |
|------------------|-------------|
| África do Sul | 216.470.834 |
| Albânia | 300.000 |
| Alemanha | 355.428.842 |
| Andorra | 1.256.332 |
| Arábia Saudita | 191.024.408 |
| Argélia | 54.088.935 |
| Argentina | 39.706.991 |

| | |
|---------------------------------------|----------------|
| Áustria | 879.814 |
| Bélgica | 1.173.426.236 |
| Brasil | 1.757.672.602 |
| Bulgária | 800.000 |
| Canadá | 106.865.041 |
| Chile | 1.975.287 |
| China | 14.578.189 |
| Costa do Marfim | 327.273.669 |
| Croácia | 5.258.934 |
| Dinamarca | 38.380.707 |
| Egipto | 181.528.002 |
| Espanha | 1.477.440.864 |
| EUA | 5.091.584.301 |
| França | 940.713.047 |
| Gabão | 106.123.712 |
| Gana | 60.631.821 |
| Grécia | 636.622 |
| Guiné-Bissau | 11.643.448 |
| Hong Kong | 5.047.901 |
| Indonésia | 59.125.590 |
| Itália | 1.147.139.597 |
| Japão | 135.253.953 |
| Kuwait | 249.611 |
| Libéria | 39.912 |
| Luxemburgo | 459.492 |
| Malásia | 1.468.086 |
| Malta | 276.454.748 |
| Marrocos | 151.781.324 |
| Níger | 110.836 |
| Noruega | 168.917.799 |
| País Indeterminado | 560.898.393 |
| Países Baixos | 5.309.107.260 |
| Panamá | 78.000 |
| Paraguai | 157.410 |
| Peru | 4.609.362 |
| Porto Rico | 2.863.784 |
| Portugal | 16.339.349.168 |
| Reino Unido | 383.013.892 |
| Coreia do Norte | 760.829 |
| República Democrática do Congo | 30.621.516 |
| Roménia | 105.569.678 |
| Rússia | 4.408.557 |
| S. Martinho | 1.877.813 |
| Senegal | 288.066.591 |
| Sri Lanka | 3.459.990 |
| Suécia | 45.996.220 |
| Suíça | 10.976.861 |
| Tailândia | 487.442.814 |

| | |
|-------------------|-----------------------|
| Togo | 1.088.084 |
| Trindade e Tobago | 37.131.782 |
| Turquia | 523.797.375 |
| Ucrânia | 8.002.163 |
| Vietname | 233.316.371 |
| Total | 38.484.331.400 |

2005

| PAÍSES ORIGEM | Valor (ECV) |
|-------------------|---------------|
| África do Sul | 242.542.701 |
| Alemanha | 279.027.303 |
| Arábia Saudita | 393.861.680 |
| Argélia | 11.746.509 |
| Argentina | 192.493.665 |
| Áustria | 2.578.129 |
| Barbados | 1.118.232 |
| Bélgica | 627.108.642 |
| Benin | 38.679.633 |
| Brasil | 3.129.437.930 |
| Canadá | 5.732.737 |
| China | 48.004.275 |
| Congo Brazzaville | 21.927.902 |
| Costa do Marfim | 302.917.478 |
| Dinamarca | 39.018.369 |
| Egipto | 99.579.199 |
| Espanha | 2.953.702.341 |
| EUA | 1.056.710.946 |
| França | 772.419.805 |
| Gabão | 185.715.847 |
| Gana | 75.457.301 |
| Grécia | 649.638 |
| Guiné-Bissau | 4.102.770 |
| Guiné-Conacry | 23.519.127 |
| Hong Kong | 465.640 |
| Indonésia | 4.054.798 |
| Irlanda | 652.625 |
| Israel | 891.271 |
| Itália | 1.548.076.262 |
| Japão | 20.033.142 |
| Kuwait | 103.078 |
| Libéria | 161.836.596 |
| Líbia | 6.113.522 |
| Luxemburgo | 2.757.496 |
| Mali | 76.201 |
| Malta | 81.886.727 |
| Marrocos | 120.771.339 |

| | |
|--------------------------------|-----------------------|
| Moçambique | 248.189 |
| Noruega | 24.949.313 |
| País Indeterminado | 500.220.552 |
| Países Baixos | 6.095.464.194 |
| Panamá | 8.473.724 |
| Porto Rico | 2.779.778 |
| Portugal | 17.717.902.813 |
| Reino Unido | 410.005.162 |
| Coreia do Sul | 1.505.769 |
| República Democrática do Congo | 42.165.157 |
| República Dominicana | 200.000 |
| Roménia | 2.571.012 |
| Rússia | 11.095 |
| S. Tomé e Príncipe | 45.100 |
| Senegal | 151.776.040 |
| Síria | 3.522.000 |
| Sri Lanka | 80.450 |
| Suécia | 47.525.447 |
| Suíça | 48.858.840 |
| Timor Leste | 141.271 |
| Trindade e Tobago | 36.652.670 |
| Turquia | 370.653.571 |
| Ucrânia | 22.693.063 |
| Uruguai | 145.693.430 |
| Venezuela | 340.715.700 |
| Vietname | 445.325.160 |
| Total | 38.875.950.356 |

2006

| PAÍSES ORIGEM | Valor (ECV) |
|------------------|---------------|
| | (CVE) |
| África do Sul | 239.215.467 |
| Alemanha | 545.600.092 |
| Arábia Saudita | 12.743.885 |
| Argélia | 2.233.510 |
| Argentina | 336.100.882 |
| Áustria | 1.249.200 |
| Bahamas | 2.221.369 |
| Bélgica | 833.259.839 |
| Belize | 1.357.693 |
| Brasil | 2.976.754.737 |
| Camarões | 2.772.458 |
| Canadá | 28.448.018 |
| China | 172.574.362 |
| Costa do Marfim | 127.848.694 |
| Dinamarca | 13.889.541 |

| | |
|------------------------|----------------|
| Egipto | 3.412.855 |
| Emirados Árabes Unidos | 1.005.836 |
| Espanha | 2.665.821.844 |
| EUA | 659.745.650 |
| Finlândia | 2.476.291 |
| França | 1.184.008.337 |
| Gabão | 19.267.726 |
| Gana | 118.318.634 |
| Grécia | 71.672.250 |
| Guiné Equatorial | 63.873.469 |
| Guiné-Bissau | 13.952.793 |
| Hong Kong | 8.576.206 |
| Índia | 6.209.643 |
| Indonésia | 17.562.746 |
| Irlanda | 1.508.453 |
| Israel | 443.000 |
| Itália | 2.267.235.226 |
| Japão | 200.327.810 |
| Letónia | 1.103.008 |
| Líbano | 3.818.400 |
| Libéria | 20.975.648 |
| Luxemburgo | 77.041.541 |
| Malásia | 10.408.859 |
| Mali | 1.009.944 |
| Malta | 5.353.382 |
| Marrocos | 11.461.683 |
| Moçambique | 595.219 |
| Nigéria | 1.096.770 |
| Noruega | 10.723.643 |
| Nova Zelândia | 916.478 |
| País Indeterminado | 520.625.673 |
| Países Baixos | 7.270.301.918 |
| Paquistão | 9.876.696 |
| Paraguai | 1.142.787 |
| Peru | 7.803.352 |
| Porto Rico | 5.623.185 |
| Portugal | 23.868.523.143 |
| Reino Unido | 649.454.845 |
| Coreia do Sul | 1.415.114 |
| Roménia | 54.629.573 |
| S. Tomé e Príncipe | 175.100 |
| Senegal | 312.424.477 |
| Singapura | 8.880.030 |
| Suécia | 681.992.109 |
| Suíça | 44.537.489 |
| Tailândia | 531.011.266 |
| Turquia | 383.149.044 |
| Ucrânia | 18.142.648 |

| | |
|--------------|-----------------------|
| Uruguai | 284.893.304 |
| Vietname | 101.409.293 |
| Total | 47.502.204.137 |

2007

| PAÍSES ORIGEM | Valor (ECV) |
|-------------------------------------|---------------|
| África do Sul | 173.195.220 |
| Alemanha | 853.905.785 |
| Andorra | 425.964 |
| Angola | 16.496 |
| Arábia Saudita | 60.539.505 |
| Argélia | 1.170.302 |
| Argentina | 208.743.020 |
| Áustria | 115.779 |
| Bélgica | 694.991.985 |
| Belize | 377.321 |
| Brasil | 3.742.730.807 |
| Bulgária | 231.578 |
| Canadá | 29.528.238 |
| China | 618.456.602 |
| Comores | 13.122.472 |
| Costa do Marfim | 260.054.741 |
| Cuba | 920.256 |
| Dinamarca | 29.694.063 |
| Dominica | 7.887.807 |
| Egipto | 7.528.672 |
| Emirados Árabes Unidos | 10.945.252 |
| Eslováquia | 15.732.180 |
| Espanha | 2.666.545.256 |
| EUA | 698.039.518 |
| Finlândia | 2.564.995 |
| França | 5.721.386.855 |
| Gana | 57.551.132 |
| Grécia | 12.792.364 |
| Guiné Equatorial | 414.156.533 |
| Guiné-Bissau | 14.926.605 |
| Hong Kong (China) | 2.512.119 |
| Ilha Norfolk | 1.145.133 |
| Ilhas Turcas e Caicos (Reino Unido) | 68.640 |
| Índia | 18.728.760 |
| Indonésia | 7.491.473 |
| Israel | 1.465.791 |
| Itália | 2.275.111.692 |
| Japão | 170.190.295 |
| Letónia | 3.064.582 |
| Líbano | 10.392.679 |

| | |
|----------------------------------|-----------------------|
| Libéria | 38.921.713 |
| Luxemburgo | 56.004.723 |
| Malásia | 5.803.029 |
| Mali | 3.820.420 |
| Malta | 607.040 |
| Marrocos | 79.585.659 |
| Mauritânia | 39.976 |
| Moçambique | 477.219 |
| Noruega | 10.205.102 |
| Nova Zelândia | 95.636 |
| País Indeterminado | 493.855.575 |
| Países Baixos | 9.770.926.655 |
| Palestina (territórios ocupados) | 38.378 |
| Panamá | 227.480.204 |
| Peru | 67.642.200 |
| Porto Rico | 131.915 |
| Portugal | 27.061.153.333 |
| Qatar | 6.107.089 |
| Quênia | 2.563.909 |
| Reino Unido | 621.400.628 |
| República Checa | 19.962.512 |
| Coreia do Sul | 8.737.591 |
| República Democrática do Congo | 39.889.974 |
| Rússia | 1.069.513 |
| S. Tomé e Príncipe | 1.166.537 |
| Senegal | 494.132.620 |
| Singapura | 3.116.748 |
| Suécia | 616.838.443 |
| Suíça | 5.983.139 |
| Tailândia | 1.001.279.875 |
| Taiwan (província chinesa) | 4.094.277 |
| Trindade e Tobago | 56.035.244 |
| Tunísia | 3.917.156 |
| Turquia | 286.600.556 |
| Ucrânia | 28.418.809 |
| Uruguai | 244.881.652 |
| Venezuela | 30.043 |
| Vietname | 45.808.211 |
| Iémen | 1.678.715 |
| Total | 60.118.950.485 |

2008

| PAÍSES ORIGEM | Valor (ECV) |
|------------------------|---------------|
| África do Sul | 133.505.637 |
| Albânia | 2.098.587 |
| Alemanha | 975.176.733 |
| Andorra | 472.046 |
| Angola | 1.085.980 |
| Arábia Saudita | 3.781.111 |
| Argélia | 1.032.484 |
| Argentina | 733.074.530 |
| Áustria | 2.627.677 |
| Azerbaijão | 564.792 |
| Bélgica | 608.696.335 |
| Benin | 73.934.889 |
| Brasil | 3.528.278.345 |
| Bulgária | 1.028.370 |
| Canadá | 79.075.610 |
| China | 938.548.892 |
| Costa do Marfim | 251.995.242 |
| Cuba | 1.544.815 |
| Dinamarca | 8.202.575 |
| Egipto | 2.371.093 |
| Emirados Árabes Unidos | 3.552.522 |
| Espanha | 4.532.807.249 |
| EUA | 539.620.408 |
| Finlândia | 11.422.858 |
| França | 1.256.088.505 |
| Gana | 153.523.409 |
| Guiné Equatorial | 105.720.939 |
| Guiné-Bissau | 23.146.891 |
| Hong Kong | 2.359.110 |
| Hungria | 464.216 |
| Índia | 12.320.984 |
| Indonésia | 3.663.438 |
| Irlanda | 523.106 |
| Israel | 13.723.494 |
| Itália | 1.695.511.596 |
| Japão | 293.965.112 |
| Libéria | 28.701.489 |
| Luxemburgo | 3.297.297 |
| Macau | 16.679 |
| Malásia | 5.317.163 |
| Mali | 4.977.751 |
| Marrocos | 357.150.991 |
| México | 4.777.303 |
| Moçambique | 485.338 |
| Nova Zelândia | 8.329.354 |

| | |
|----------------------------|-----------------------|
| País Indeterminado | 558.160.543 |
| Países Baixos | 10.575.365.750 |
| Panamá | 92.048.074 |
| Paquistão | 1.299.543 |
| Peru | 64.151.102 |
| Porto Rico | 27.034.345 |
| Portugal | 31.296.233.797 |
| Qatar | 316.576 |
| Quênia | 1.421.100 |
| Reino Unido | 559.700.919 |
| República Checa | 18.720.964 |
| Coreia do Sul | 5.599.097 |
| Rússia | 56.988 |
| S. Tomé e Príncipe | 19.429 |
| Senegal | 411.742.139 |
| Singapura | 63.540.606 |
| Sri Lanka | 1.187.879 |
| Suécia | 270.815.446 |
| Suíça | 8.676.813 |
| Tailândia | 586.735.853 |
| Taiwan (província chinesa) | 1.518.689 |
| Timor Leste | 40.972 |
| Trindade e Tobago | 46.165.073 |
| Tunísia | 4.500 |
| Turquia | 973.655.651 |
| Ucrânia | 3.463.371 |
| Uruguai | 268.454.718 |
| Vietname | 3.937.053 |
| Total | 62.248.629.935 |

2009

| PAÍSES | Valor (ECV) |
|----------------|---------------|
| ORIGEM | |
| | (CVE) |
| África do Sul | 52.074.813 |
| Alemanha | 1.280.650.456 |
| Andorra | 120.000 |
| Angola | 1.549.916 |
| Arábia Saudita | 1.058.011 |
| Argentina | 154.303.530 |
| Áustria | 774.766 |
| Bélgica | 503.904.267 |
| Benin | 273.935.499 |
| Bolívia | 31.782.459 |
| Brasil | 2.507.901.446 |
| Bulgária | 97.057 |
| Canadá | 218.788.182 |

| | |
|------------------------|----------------|
| Chile | 2.739.534 |
| China | 643.764.561 |
| Chipre | 1.215.072 |
| Congo | 42.842.298 |
| Costa do Marfim | 180.016.799 |
| Cuba | 1.205.128 |
| Dinamarca | 12.858.691 |
| Egipto | 62.863.351 |
| Emirados Árabes Unidos | 5.232.964 |
| Eslováquia | 95.740 |
| Espanha | 5.526.553.472 |
| EUA | 583.119.819 |
| Finlândia | 1.014.946 |
| França | 1.088.398.303 |
| Gana | 51.336.372 |
| Guiné Equatorial | 53.699.045 |
| Guiné-Bissau | 14.810.772 |
| Guiné-Conacry | 4.697.520 |
| Hong Kong | 1.767.176 |
| Ilha Norfolk | 4.983.247 |
| Ilhas Salomão | 58.550 |
| Índia | 14.971.381 |
| Indonésia | 2.072.618 |
| Israel | 54.267.620 |
| Itália | 1.737.810.287 |
| Japão | 324.894.651 |
| Líbano | 19.585.622 |
| Lituânia | 475.518 |
| Luxemburgo | 1.208.393 |
| Malásia | 8.204.534 |
| Mali | 3.017.333 |
| Marrocos | 225.439.767 |
| Moçambique | 279.111 |
| Noruega | 915.810 |
| País Indeterminado | 615.389.867 |
| Países Baixos | 9.412.164.391 |
| Peru | 32.479.508 |
| Porto Rico | 318.599 |
| Portugal | 27.168.661.272 |
| Reino Unido | 270.419.481 |
| República Checa | 5.616.551 |
| Coreia do Sul | 37.963.986 |
| República Dominicana | 1.124.862 |
| Rússia | 14.106.271 |
| Senegal | 690.846.380 |
| Serra Leoa | 606.039 |
| Singapura | 8.447.013 |
| Síria | 4.244.490 |

| | |
|--------------------------|-----------------------|
| Suécia | 91.335.280 |
| Suíça | 9.165.580 |
| Tailândia | 838.766.379 |
| Taiwan (China) | 6.576.682 |
| Timor Leste | 11.984.545 |
| Trindade e Tobago | 813.674 |
| Turquia | 172.082.401 |
| Uruguai | 879.609.724 |
| Vietname | 237.121.338 |
| Total | 56.213.200.720 |

Fonte: Dados da Direcção Geral das Alfândegas (DGA)

Quadro 6
Cabo Verde: Exportações por Regiões de Destino (2000-2009)

Valor: ECV

| Região/ Destino | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | Total |
|---------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| U. Europeia | 1.087.043.666 | 1.117.184.442 | 1.129.035.025 | 859.307.586 | 1.044.999.298 | 1.164.459.172 | 1.413.556.558 | 1.228.548.862 | 2.157.191.718 | 2.733.191.564 | 13.934.517.891 |
| CEDEAO | 8.182.300 | 8.743.899 | 22.192.622 | 4.480.177 | 10.283.448 | 4.159.264 | 75.868.495 | 5.720.063 | 159.296.404 | 2.628.368 | 301.555.040 |
| África | 14.840.349 | 9.543.237 | 24.604.927 | 27.163.436 | 3.849.354 | 205.044.415 | 173.357.511 | 116.661.399 | 74.785.308 | 213.304 | 650.063.240 |
| Américas | 156.580.502 | 72.938.066 | 53.968.400 | 269.991.595 | 272.644.338 | 194.582.019 | 143.980.565 | 81.943.708 | 8.564.492 | 32.451.418 | 1.287.645.103 |
| Ext. Oriente | 515.667 | 0 | 5.828 | 1.601.117 | 0 | 0 | 9.325.374 | 114.256.115 | 10.762.446 | 0 | 136.466.547 |
| Resto Mundo | 4.211.566 | 0 | 749.913 | 861.051 | 1.027.372 | 0 | 0 | 0 | 181.751 | 11.041 | 7.042.694 |
| Total | 1.271.374.050 | 1.208.409.644 | 1.230.556.715 | 1.163.404.962 | 1.332.803.810 | 1.568.244.870 | 1.816.088.503 | 1.547.130.147 | 2.410.782.119 | 2.768.495.695 | 16.317.290.515 |

Fonte: Compilação com base nos dados da Direcção Geral das Alfândegas (DGA)

Quadro 7
Cabo Verde: Exportações por Regiões de Destino (2000-2009) + Cálculo do Peso Percentual por Região

Valor: ECV

| | 2000 | | 2001 | | 2002 | | 2003 | | 2004 | | Total | |
|----------------------|---------------|--------|---------------|--------|---------------|--------|---------------|--------|---------------|--------|---------------|--------|
| Regiões/ Destino | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| U. Europeia | 1.087.043.666 | 85,50 | 1.117.184.442 | 92,45 | 1.129.035.025 | 91,75 | 859.307.586 | 73,86 | 1.044.999.298 | 78,41 | 5.237.570.017 | 84,39 |
| CEDEAO | 8.182.300 | 0,64 | 8.743.899 | 0,72 | 22.192.622 | 1,80 | 4.480.177 | 0,39 | 10.283.448 | 0,77 | 53.882.446 | 0,87 |
| África | 14.840.349 | 1,17 | 9.543.237 | 0,79 | 24.604.927 | 2,00 | 27.163.436 | 2,33 | 3.849.354 | 0,29 | 80.001.303 | 1,29 |
| Américas | 156.580.502 | 12,32 | 72.938.066 | 6,04 | 53.968.400 | 4,39 | 269.991.595 | 23,21 | 272.644.338 | 20,46 | 826.122.901 | 13,31 |
| Extr. Oriente | 515.667 | 0,04 | 0 | 0,00 | 5.828 | 0,00 | 1.601.117 | 0,14 | 0 | 0,00 | 2.122.612 | 0,03 |
| Resto Mundo | 4.211.566 | 0,33 | 0 | 0,00 | 749.913 | 0,06 | 861.051 | 0,07 | 1.027.372 | 0,08 | 6.849.902 | 0,11 |
| Total | 1.271.374.050 | 100,00 | 1.208.409.644 | 100,00 | 1.230.556.715 | 100,00 | 1.163.404.962 | 100,00 | 1.332.803.810 | 100,00 | 6.206.549.181 | 100,00 |

| 2005 | | | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | | Total | |
|---------------------|---------------|--------|---------------|--------|---------------|--------|---------------|--------|---------------|--------|----------------|--------|
| Regiões/ Destino | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| U. Europeia | 1.164.459.172 | 74,25 | 1.413.556.558 | 77,84 | 1.228.548.862 | 79,41 | 2.157.191.718 | 89,48 | 2.733.191.564 | 98,72 | 8.696.947.874 | 86,02 |
| CEDEAO | 4.159.264 | 0,27 | 75.868.495 | 4,18 | 5.720.063 | 0,37 | 159.296.404 | 6,61 | 2.628.368 | 0,09 | 247.672.594 | 2,45 |
| África | 205.044.415 | 13,07 | 173.357.511 | 9,55 | 116.661.399 | 7,54 | 74.785.308 | 3,10 | 213.304 | 0,01 | 570.061.937 | 5,64 |
| Américas | 194.582.019 | 12,41 | 143.980.565 | 7,93 | 81.943.708 | 5,30 | 8.564.492 | 0,36 | 32.451.418 | 1,17 | 461.522.202 | 4,56 |
| Ext. Oriente | 0 | 0,00 | 9.325.374 | 0,51 | 114.256.115 | 7,39 | 10.762.446 | 0,45 | 0 | 0,00 | 134.343.935 | 1,33 |
| Resto Mundo | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 181.751 | 0,01 | 11.041 | 0,00 | 192.792 | 0,00 |
| Total | 1.568.244.870 | 100,00 | 1.816.088.503 | 100,00 | 1.547.130.147 | 100,00 | 2.410.782.119 | 100,00 | 2.768.495.695 | 100,00 | 10.110.741.334 | 100,00 |

Fonte: Compilação com base nos dados da Direcção Geral das Alfândegas (DGA)

Quadro 8

Cabo Verde: Exportações por Regiões de Destino (2000-2009), Realçando Alguns Parceiros

| | | | | | | | | | | | | Valor: ECV |
|---------------------|---------------|-------|---------------|--------|---------------|-------|---------------|--------|---------------|-------|---------------|------------|
| 2000 | | | 2001 | | 2002 | | 2003 | | 2004 | | Total | |
| Regiões/ Destino | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Espanha | 44.039.929 | 4,05 | 2.945.548 | 0,26 | 10.217.624 | 0,90 | 3.160.568 | 0,37 | 4.659.638 | 0,45 | 65.023.307 | 1,24 |
| Portugal | 1.001.659.130 | 92,15 | 1.102.643.979 | 98,70 | 1.096.132.375 | 97,09 | 827.862.546 | 96,34 | 1.032.575.137 | 98,81 | 5.060.873.167 | 96,63 |
| Países Baixos | 3.452.848 | 0,32 | 1.330.616 | 0,12 | 1.874.068 | 0,17 | 3.625.601 | 0,42 | 2.037.973 | 0,20 | 12.321.106 | 0,24 |
| U. Europeia | 1.087.043.666 | 96,51 | 1.117.184.442 | 99,08 | 1.129.035.025 | 98,16 | 859.307.586 | 97,13 | 1.044.999.298 | 99,45 | 5.237.570.017 | 98,10 |
| 2005 | | | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | | Total | |
| Regiões/ Destino | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Espanha | 335.396.517 | 28,80 | 496.785.664 | 35,14 | 322.634.127 | 26,26 | 895.658.801 | 41,52 | 1.710.104.315 | 62,57 | 3.760.579.424 | 43,24 |
| Portugal | 810.087.914 | 69,57 | 903.001.671 | 63,88 | 901.801.692 | 73,40 | 979.272.211 | 45,40 | 928.329.612 | 33,97 | 4.522.493.100 | 52,00 |
| Países Baixos | 8.768.766 | 0,75 | 10.481.161 | 0,74 | 3.747.374 | 0,31 | 12.528.401 | 0,58 | 13.513.819 | 0,49 | 49.039.521 | 0,56 |
| U. Europeia | 1.164.459.172 | 99,12 | 1.413.556.558 | 99,77 | 1.228.548.862 | 99,97 | 2.157.191.718 | 87,50 | 2.733.191.564 | 97,03 | 8.696.947.874 | 95,81 |
| 2000 | | | 2001 | | 2002 | | 2003 | | 2004 | | Total | |
| Regiões/ Destino | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Senegal | 3.269.425 | 39,96 | 8.743.899 | 100,00 | 14.886.806 | 67,08 | 4.480.177 | 100,00 | 3.168.905 | 30,82 | 34.549.212 | 64,12 |
| CEDEAO | 8.182.300 | 39,96 | 8.743.899 | 100,00 | 22.192.622 | 67,08 | 4.480.177 | 100,00 | 10.283.448 | 30,82 | 53.882.446 | 64,12 |
| Região / Ano | 2005 | | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | | Total | |
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| Senegal | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 100.000 | 0,06 | 0 | 0,00 | 100.000 | 0,04 |
| Costa do Marfim | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 144.844.606 | 90,93 | 0 | 0,00 | 144.844.606 | 58,48 |
| CEDEAO | 4.159.264 | 0,00 | 75.868.495 | 0,00 | 5.720.063 | 0,00 | 159.296.404 | 90,99 | 2.628.368 | | 247.672.594 | 58,52 |

| | 2000 | | 2001 | | 2002 | | 2003 | | 2004 | | Total | |
|---------------------|-------------|--------|-------------|--------|------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|-------------|--------|
| Regiões/ Destino | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| EUA | 154.975.362 | 98,97 | 72.938.066 | 100,00 | 53.968.400 | 100,00 | 268.575.496 | 99,48 | 270.982.953 | 99,39 | 821.440.277 | 99,43 |
| Brasil | 1.605.140 | 1,03 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 1.416.099 | 0,52 | 1.661.385 | 0,61 | 4.682.624 | 0,57 |
| Américas | 156.580.502 | 100,00 | 72.938.066 | 100,00 | 53.968.400 | 100,00 | 269.991.595 | 100,00 | 272.644.338 | 100,00 | 826.122.901 | 100,00 |
| Região / Ano | 2005 | | 2006 | | 2007 | | 2008 | | 2009 | | Total | |
| | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % | Valor | % |
| EUA | 193.813.014 | 99,60 | 25.001.159 | 17,36 | 21.517.876 | 26,26 | 8.564.492 | 100,00 | 31.958.530 | 98,48 | 280.855.071 | 60,85 |
| Brasil | 769.005 | 0,40 | 1.955.856 | 1,36 | 0 | 0,00 | 0 | 0,00 | 492.888 | 1,52 | 3.217.749 | 0,70 |
| Américas | 194.582.019 | 100,00 | 143.980.565 | 18,72 | 81.943.708 | 26,26 | 8.564.492 | 100,00 | 32.451.418 | 100,00 | 461.522.202 | 61,55 |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Direcção Geral das Alfândegas (DGA)

Quadro 9
 Cabo Verde: Exportações por País de Destino (2000-2009)
 2000

| PAÍSES DESTINO | Valor (ECV) |
|--------------------|---------------|
| Guiné-Bissau | 4.912.875 |
| Mauritânia | 835.015 |
| Senegal | 3.269.425 |
| África do Sul | 7.366.134 |
| Alemanha | 29.148.737 |
| Angola | 4.479.200 |
| Brasil | 1.605.140 |
| Espanha | 44.039.929 |
| EUA | 154.975.362 |
| França | 1.142.265 |
| Hong Kong | 515.667 |
| Itália | 6.710.797 |
| Moçambique | 2.160.000 |
| País Indeterminado | 4.211.566 |
| Países Baixos | 3.452.848 |
| Portugal | 1.001.659.130 |
| Reino Unido | 884.228 |
| Suécia | 5.732 |
| Total | 1.271.374.050 |

2001

| PAÍSES DESTINO | Valor (ECV) |
|-------------------|-------------|
| (ECV) | |
| Mauritânia | 7.009.381 |
| Senegal | 8.743.899 |
| Alemanha | 7.968.365 |

| | |
|--------------------|----------------------|
| Angola | 1.624.500 |
| Espanha | 2.945.548 |
| EUA | 72.938.066 |
| França | 2.295.934 |
| Países Baixos | 1.330.616 |
| Portugal | 1.102.643.979 |
| S. Tomé e Príncipe | 909.356 |
| Total | 1.208.409.644 |

2002

| PAÍSES DESTINO | Valor (ECV) |
|-------------------|----------------------|
| Guiné-Bissau | 5.310.816 |
| Guiné-Conacry | 1.995.000 |
| Mauritânia | 24.439.352 |
| Senegal | 14.886.806 |
| Alemanha | 19.271.545 |
| Angola | 165.575 |
| Espanha | 10.217.624 |
| EUA | 53.968.400 |
| França | 1.539.413 |
| Hong Kong | 5.828 |
| Países Baixos | 1.874.068 |
| Portugal | 1.096.132.375 |
| Indeterminado | 749.913 |
| Total | 1.230.556.715 |

2003

| PAÍSES DESTINO | Valor (ECV) |
|-------------------|----------------------|
| Mauritânia | 11.919.648 |
| Senegal | 4.480.177 |
| Abastecimento | 861.051 |
| Alemanha | 13.258.411 |
| Angola | 8.955.405 |
| Brasil | 1.416.099 |
| Espanha | 3.160.568 |
| EUA | 268.575.496 |
| França | 892.816 |
| Irlanda | 10.507.644 |
| Japão | 1.601.117 |
| Moçambique | 6.288.383 |
| Países Baixos | 3.625.601 |
| Portugal | 827.862.546 |
| Total | 1.163.404.962 |

2004

| PAISES DESTINO | Valor (ECV) |
|-------------------|----------------------|
| Guine-Bissau | 5.614.543 |
| Guine Conacry | 1.500.000 |
| Senegal | 3.168.905 |
| Abastecimento | 796.095 |
| Alemanha | 1.920.476 |
| Angola | 605.181 |
| Bélgica | 2.212.198 |
| Brasil | 1.661.385 |
| Dinamarca | 437.090 |
| Espanha | 4.659.638 |
| EUA | 270.982.953 |
| França | 1.156.786 |
| Indeterminado | 231.277 |
| Moçambique | 3.244.173 |
| Países Baixos | 2.037.973 |
| Portugal | 1.032.575.137 |
| Total | 1.332.803.810 |

2005

| PAISES DESTINO | Valor (ECV) |
|-------------------|----------------------|
| Alemanha | 1.041.453 |
| Brasil | 769.005 |
| Espanha | 335.396.517 |
| EUA | 193.813.014 |
| Franca | 3.090.452 |
| Gâmbia | 528.237 |
| Guiné-Bissau | 3.631.027 |
| Itália | 5.545.833 |
| Marrocos | 202.108.786 |
| Moçambique | 2.935.629 |
| Países Baixos | 8.768.766 |
| Portugal | 810.087.914 |
| Reino Unido | 528.237 |
| Total | 1.568.244.870 |

2006

| PAISES DESTINO | Valor (ECV) |
|-------------------|-------------|
| Brasil | 1.955.856 |
| Canada | 108.242 |
| El Salvador | 116.915.308 |
| Espanha | 496.785.664 |

| | |
|------------------|----------------------|
| EUA | 25.001.159 |
| França | 187.631 |
| Guiné Equatorial | 4.631.130 |
| Guiné-Bissau | 75.868.495 |
| Itália | 3.100.431 |
| Japão | 9.325.374 |
| Libéria | 469.916 |
| Marrocos | 161.396.187 |
| Moçambique | 6.860.278 |
| Países Baixos | 10.481.161 |
| Portugal | 903.001.671 |
| Total | 1.816.088.503 |

2007

| PAÍSES DESTINO | Valor (ECV) |
|-------------------|----------------------|
| África do Sul | 3.174.766 |
| Angola | 502.670 |
| El Salvador | 60.425.832 |
| Espanha | 322.634.127 |
| EUA | 21.517.876 |
| França | 351.224 |
| Gâmbia | 3.052.532 |
| Guiné-Bissau | 1.417.677 |
| Guiné-Conacry | 1.249.854 |
| Itália | 14.445 |
| Japão | 114.256.115 |
| Marrocos | 112.983.963 |
| Países Baixos | 3.747.374 |
| Portugal | 901.801.692 |
| Total | 1.547.130.147 |

2008

| PAÍSES DESTINO | Valor (ECV) |
|-------------------|-------------|
| África do Sul | 76.685 |
| Chipre | 268.741.632 |
| Costa do Marfim | 144.844.606 |
| Espanha | 895.658.801 |
| EUA | 8.564.492 |
| França | 317.894 |
| Gâmbia | 11.286.640 |
| Guiné-Bissau | 3.065.158 |
| Índia | 179.992 |
| Japão | 10.762.446 |
| Libéria | 13.000 |

| | |
|----------------------|----------------------|
| Malásia | 1.759 |
| Marrocos | 65.569.672 |
| Moçambique | 9.125.951 |
| Países Baixos | 12.528.401 |
| Portugal | 979.272.211 |
| Reino Unido | 672.779 |
| Senegal | 100.000 |
| Total | 2.410.782.119 |

2009

| PAÍSES DESTINO | Valor (ECV) |
|-------------------|----------------------|
| Angola | 213.304 |
| Brasil | 492.888 |
| Cambodja | 11.041 |
| Espanha | 1.710.104.315 |
| EUA | 31.958.530 |
| França | 80.232.468 |
| Gana | 287.000 |
| Guiné-Bissau | 1.329.135 |
| Guiné-Conacry | 1.012.233 |
| Itália | 1.011.350 |
| Países Baixos | 13.513.819 |
| Portugal | 928.329.612 |
| Total | 2.768.495.695 |

Fonte: Dados da Direcção Geral das Alfândegas (DGA)

Quadro 10

Verbas Afectadas a Cabo Verde no Âmbito da Cooperação com a UE

Unidade: Milhões de Euro

| Acordos | FED | Período | PIN | PIN Inicial M€ | PIN Bónus M€ | PIN Total M€ | Recursos fora do PIN M€ | Total M€ |
|----------------------------|---------|-----------|-----------------------|----------------------|--------------------|--------------------|-------------------------------|----------|
| Lomé I | 4º FED | 1975-80 | | 4,0 | — | 4,0 | — | 4,0 |
| Lomé II | 5º FED | 1980-85 | PIN nº1 - 1981 | 16,0 | — | 16,0 | 21,5 | 37,5 |
| Lomé III | 6º FED | 1985-90 | PIN nº2 - 1985 | 20,5 | 4,0 | 24,5 | 22,2 | 46,7 |
| Lomé IV | 7º FED | 1990-95 | PIN nº3 - 1990 | 23,0 | 1,7 | 24,7 | 28,4 | 53,2 |
| Lomé IV- bis | 8º FED | 1995-00 | PIN nº4 - 1996 | 30,0 | 3,0 | 33,3 | 20,2 | 53,2 |
| Cotonou | 9º FED | 2000-07 | DEC/PIN nº5 - 2002 | 32,0 | — | 32,5 | — | 32 |
| Cotonou Revisto | 10º FED | 2008-2013 | DEC/PIN nº6 2008 | 51,0 | — | — | — | 51,0 |
| Total | | | | 176,5 | 8,7 | 134,2 | 92,3 | 277,5 |

Fonte: Dados in Costa 2009, p.225.

DEC – Documento de Estratégia de Cooperação

FED: Fundo Europeu de Desenvolvimento

PIN- Plano Indicativo Nacional

Obs: Os montantes do PIN de Lomé IV bis e Cotonou são provisórios. Ainda não existe dados do bónus e recursos fora do PIN do Cotonou e Cotonou revisto.

Quadro 11

Distribuição da Ajuda por Área Temática do DEC 2008-2013

Unidade: Milhões de Euro

| Área de Intervenção | PIN M€ | Modalidade de Aplicação |
|--|-------------|------------------------------------|
| <ul style="list-style-type: none"> Apoio ao Crescimento do País Programa de Redução de Pobreza Boa governação | 32,6 | Ajuda Orçamental |
| <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento da Parceria Especial | 11,5 | Ajuda Orçamental Ajuda Projecto |
| <ul style="list-style-type: none"> Facilidade de Cooperação Técnica | 1,8 | Facilidade de Cooperação Técnica |
| <ul style="list-style-type: none"> Apoio as ONG | 2,0 | Ajuda Projecto |
| Cooperação com PALOP | 1,1 | Ajuda Projecto |
| Reserva | 2,0 | Ajuda Projecto |
| Total | 51,0 | |

Fonte: DEC 2008-2013 e Costa 2009

Países da UE

Alemanha; Áustria; Bélgica; Bulgária; Chipre; Dinamarca; Eslováquia; Eslovénia Espanha; Estónia; Finlândia; França; Grécia; Hungria; Irlanda; Itália; Letónia; Lituânia; Luxemburgo; Malta; Países Baixos; Polónia; Portugal; Reino Unido; República Checa; Roménia e Suécia.

Novos candidatos: Antiga República Jugoslava da Macedónia, Croácia e Turquia.

Países do Grupo ACP (África Caraíbas e Pacífico)

Antigua; Angola; Barbados; Burkina Faso; Burundi; Benin; Bahamas; Botswana; Belize; República Democrática do Congo; República da África central; Congo; Costa do Marfim; Lesoto; Madagáscar; Ilhas Marshal; Mali; Mauritânia; Maurícias; Malawi; Moçambique; Namíbia; Níger; Nigéria; Nauru; Ilhas Cook; Camarões; Cabo Verde; Djibouti; Dominica; República Dominicana; Eritreia; Etiópia; Fiji; Estados Federado da Micronésia; Gabão; Granada; Gana; Gâmbia; Guiné-Conacry; Guiné Equatorial; Guiné-Bissau; Guiana; Haiti; Jamaica; Quénia; Kiribati; Comoros; São Cristóvão e Neves; Santa Lúcia; Libéria; Papua Nova Guiné; Palau; Ruanda; Ilhas Salomão; Seicheles; Sudão; Serra Leoa; Senegal; Somália; Suriname; São Tomé e Príncipe; Suazilândia; Chade; Togo; Timor-Leste; Trindade e Tobago; Tuvalu; Tanzânia; Uganda; São Vicente e Granadinas; Vanuatu; Samoa; África do Sul; Zâmbia e Zimbabué.

Países de CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental)

Benin; Burquina-Faso; Cabo Verde; Costa do Marfim; Gâmbia; Gana; Guiné-Conacry; Guiné-Bissau; Libéria; Mali; Níger; Nigéria; Senegal; Serra Leoa e Togo.

Países que fazem parte da PEV (Política Europeia de Vizinhança)

Argélia; Egito; Israel; Jordânia; Líbano; Marrocos; Autoridade Palestiniana; Síria e Tunísia; Geórgia; Arménia; Azerbaijão; Líbia; Bielorrússia; Moldávia e Ucrânia.

Estados do CARIFORUM

Antígua e Barbuda; Bahamas; Barbados; Belize; Dominica; Granada; Guiana; Haiti; Jamaica; República Dominicana; São Cristóvão e Neves; Santa Lúcia; São Vicente e Granadinas; Suriname e Trindade e Tobago.